

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

ATA Nº 017

PRESIDENTE – SENADOR PEDRO CHAVES

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) – Autoridades, Parlamentares, Prefeitos, Vereadores, representantes de entidades de classe, empreendedores do agronegócio, ambientalistas, biólogos, senhores e senhoras, sejam todos bem-vindos.

Por solicitação, via Ofício nº 36, de 26 de março de 2018, do gabinete do Senador da República, Pedro Chaves, ao Presidente deste Parlamento, Deputado Eduardo Botelho, foi disponibilizado este Auditório para realização desta Audiência Pública com objetivo de discutir com os senhores e os segmentos da sociedade mato-grossense sobre a política de gestão e proteção do Bioma Pantanal.

Para compor a Mesa, convidamos as seguintes autoridades: Exmº Sr. Pedro Chaves, Senador da República por Mato Grosso do Sul e Relator do Projeto de Lei nº 750/2011 na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal; Exmº Sr. Deputado Professor Allan Kardec, Deputado Estadual, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Deputado Eduardo Botelho; Exmº Sr. Wellington Fagundes, Senador da República por Mato Grosso e Membro da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal; Exmº Sr. Cidinho Santos, Senador da República por Mato Grosso e Membro da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal; Srª Liane Amélia Chaves, Promotora, neste ato representando o Ministério Público; André Luís Torres Baby, Secretário de Estado de Meio Ambiente, neste ato representando o Governador do Estado de Mato Grosso, Pedro Taques; Maurício Saito, Presidente da FAMASUL, Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul; José Guaresqui, Superintendente do Ministério da Agricultura, MAPA; Lucélia Avi, Gestora do Núcleo Técnico da FAMATO, neste ato representando o Presidente da FAMATO, Normando Corral; Everton de Almeida Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento Sustentável; João Gonçalves, Coordenador do Instituto Centro da Vida; Nilson de Barros, Mediador e Pantaneiro; Deputado Estadual Dilmar Dal Bosco, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais (PALMAS).

Composta a mesa de honra, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É CANTADO)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) – A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, por meio do Senado Federal, registra e agradece a presença de todas as autoridades presentes nesta cerimônia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Comunico também que esta cerimônia está sendo transmitida ao vivo para todo Estado de Mato Grosso pela *TV Assembleia*, canal 30, via satélite e pela *TV Senado* e também pela *Rádio Assembleia*.

Registro as presenças dos senhores e das senhoras: Ricardo Eboli Gonçalves Ferreira, Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, neste ato representando o Governador Reinado Azambuja; Jaime Okamura, Secretário Adjunto de Turismo do Estado; Myrian Thereza de Moura Serra, Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso; José Lacerda, Presidente da Comissão Especial do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; Dr^a Rosângela Maria Rocha Gimenes, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB de Mato Grosso do Sul; Jorge Antônio Ferreira de Lara, Chefe Geral da EMBRAPA Pantanal; Atil Marques do Amaral (Tatá Amaral), Prefeito de Poconé; Antônio Diógenes de Carvalho (Caçamba), vice-Prefeito de Poconé; Sirineu Moleta, Prefeito do Município de Tabaporã; Mário Alberto Kruger, Prefeito do Município de Rio Verde e Presidente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica; Walney Rosa, Vereador do Município de Poconé; Ademir Zuli, Presidente da Câmara Municipal de Poconé; Márcio Fernandes, vice-Presidente da Câmara de Poconé; José Correa Filho, Vereador do Município de Poconé; Cândido dos Santos Rosa, Diretor-Presidente da EMPAER; Hugo Padilha, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger; Gisele Paim, Vereadora da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger; Cleverson Cabral, Presidente do Conselho do Meio Ambiente-CONTEMA, Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso; Belmiro Lopes de Miranda, Presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Mato Grosso; Major PM Luiz Fernando de Oliveira Dias, do Batalhão de Proteção de Cuiabá; Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios; Vicente Falcão, Diretor do Sindicato Rural de Cuiabá; Nuno Rodrigues da Silva, Chefe do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense; Claudionor Angeli, Presidente da Cooperativa dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Mato Grosso; Darci Carlos Fornari, Técnico da Associação dos Aquicultores de Mato Grosso; Décio Elói Siebert, Presidente do Instituto Pantanal Amazônia de Conservação; Leonardo Leite de Barros, Presidente da Associação Brasileira dos Pantaneiros Orgânicos; Luiz Orcílio Fialho de Oliveira, Diretor da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul-ACRISUL; Gilmar Antônio Brunetto, Presidente do Sindicato dos Empregados da EMPAER; Kassiano Riedi, Presidente do Sindicato das Indústrias de Calcário de Mato Grosso; Wilson Cássio de Araújo, Presidente do Sindicato dos Guias de Turismo de Mato Grosso; Luciano Vacari, Diretor Executivo da Associação dos Criadores de Mato Grosso-ACRIMAT; Luciano Leite, Presidente do Sindicato Rural de Corumbá, Mato Grosso do Sul; Antônio Carlos Carvalho, Presidente do Sindicato Rural de Santo Antônio de Leverger; Arlindo Márcio Torres, Presidente do Sindicato Rural de Poconé; Ida Beatriz Machado, Diretora do Sindicato Rural de Cáceres; Nicolas Rezende Silva, Presidente da Associação de Defesa do Pantanal; Luiz Fernando Homem de Carvalho, Diretor Comercial da ACIR, neste ato, representando o Presidente da Associação Industrial e Comercial de Rondonópolis, Juarez Orçolin; Carlos Avalone, Vice-presidente Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso; Mirasi Pereira Silva, Vice-presidente da Associação Regional de Produtores Agroecológicos; José Fonseca de Moraes, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Pantaneiros; Daniele de Assis Carvalho, Secretária de Meio Ambiente de Poconé; Edson Cezar Beraldi, Secretário de Meio Ambiente do Município de Santo Antônio de Leverger; Dr^a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Fabiana Gouveia, Advogada da Comissão de Meio Ambiente da OAB; Paulo Teixeira de Souza Júnior, Coordenador do Centro de Pesquisa do Pantanal; Bráulio A. Costa, Diretor Executivo da Associação Civil de Ecoturismo do Pantanal Norte; Jorge Santos, Diretor Executivo do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do estado de Mato Grosso; Lalia Franciele Marques de Jesus, Advogada da BRENPO - Usina de Alto Taquari; João Andrade, Coordenador da ONG Instituto Centro de Vida; Baltazar Urich, Presidente da Central de Abastecimento de Mato Grosso-CEASA; André Torone, Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura; Nicola Arruda e Silva, Associação de Defesa do Pantanal; Isidoro Salomão, Presidente da Sociedade Fé e Vida de Cáceres; Bruno Taitson, Analista de Políticas Públicas da WWF Brasil, Cristina Caetano, Superintendente do SESC Pantanal; a presença dos produtores rurais; os servidores da EMPAER; os produtores rurais; os membros do Comitê Popular Rio Paraguai-Cáceres; os membros do Movimento Sem Terra do Município de Cáceres, de Mato Grosso MST; os professores e alunos da UNEMAT; e também os companheiros da imprensa nesta solenidade.

Na sequência, para abertura oficial e conduzir os trabalhos desta Audiência Pública, anunciamos o Senador da República Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Senhoras e senhores, nosso bom dia.

Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimentando a todos e a todas, declaro aberta esta Audiência Pública, de minha proposição, para discutir com os segmentos da sociedade mato-grossense sobre a política de gestão e proteção do bioma Pantanal.

Com a devida licença, farei uso da palavra.

Minhas senhoras e meus senhores, nosso bom dia. Eu estou muito feliz em realizar esta Audiência Pública aqui em Cuiabá com objetivo de encontrar caminhos seguros que permitam aproveitar as potencialidades econômicas e sociais do Pantanal, mantendo a sua preservação ambiental.

Em nome do Deputado Professor Allan Kardec, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa, saúdo as autoridades, os produtores rurais, os ambientalistas, os representantes de sindicatos rurais, os habitantes da bacia pantaneira, os professores e os pesquisadores, os empresários do setor turístico, bem como todos aqueles e aquelas que comparecem a esta importante Audiência Pública.

Minha fala será breve, estamos aqui, principalmente, para ouvir. Este é o papel das Audiências Públicas, e muito me empenhei juntamente com os Senadores deste Estado, o nosso querido Cidinho, Wellington Fagundes, José Medeiros, para que esta Audiência pudesse ocorrer junto com as senhoras e os senhores, perto da população, perto do nosso tão querido Pantanal, que é o objeto maior da nossa Audiência.

Todos os que aqui estão sabem o quanto gostamos e dependemos desse bioma, que é uma das mais importantes reservas da biosfera mundial e que hoje se encontra ameaçado.

Lamentavelmente, o Pantanal ficou esquecido pelas políticas públicas, por isso precisamos regulamentar o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, que define ser o Pantanal Mato-grossense um patrimônio nacional, devendo sua utilização ser regida por lei específica; mas, por um flagrante omissão de quase 30 anos desde a promulgação da constituição, essa legislação ainda não existe.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Essa omissão penalizou de maneira violenta o homem pantaneiro, que viu suas atividades de produção e suas rotinas serem comprometidas, perdendo competitividade pela falta de estradas, escolas, energia, tudo isso como consequência da falta de uma política de gestão para esse importante ecossistema.

Senhoras e Senhores, o Senado Federal está prestes a aprovar uma lei para o Pantanal. Esta Audiência tem esse objetivo.

Em 2011, o então Senador Blairo Maggi apresentou ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 750, que dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. A proposta tinha 20 artigos que estabeleciam claramente objetivos, princípios e diretrizes, não apenas para as áreas protegidas, mas para toda a planície alagável da bacia do Rio Paraguai.

Em julho do ano passado, a CCJ-Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a relatoria do Senador Cidinho Santos, aqui do Estado de Mato Grosso, aprovou a proposta com algumas alterações que aprimoraram ainda mais o projeto original.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, assumi a relatoria do projeto para fazer um novo parecer, mas de natureza econômica sobre a matéria, e foi aprovado por unanimidade.

Preocupado com a escassez de recursos para as diferentes necessidades do bioma, aprovamos uma subemenda que cria o Fundo do Pantanal, a exemplo do Fundo da Mata Atlântica, e obtivemos do Governo Federal o compromisso formal de sua regulamentação, tão logo o projeto seja promulgado.

Foi uma imensa vitória para o Pantanal, produto de muita articulação, razão pela qual aproveito a oportunidade para agradecer a todos que ajudaram nessa empreitada, principalmente o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

O projeto está agora na Comissão de Meio Ambiente, da qual sou o relator da matéria. Essa comissão dará o parecer final. Assim que aprovada na Comissão de Meio Ambiente, vai ao plenário do Senado, aprovado no Senado será remetido à Câmara Federal para aprovação e depois para sanção presidencial.

Na condição de responsável por emitir um novo parecer, agora na Comissão de Meio Ambiente, dirijo-me às senhoras e aos senhores, nosso objetivo aqui é colher sugestões de aperfeiçoamento do texto em discussão para que possamos incorporá-las nesta sua última etapa de tramitação no Senado Federal.

Eu vou abrir um parêntese, é muito importante esta Audiência Pública, como eu falei em Campo Grande, o momento é agora de propormos modificações que vocês acharem pertinentes incluirmos no projeto original. Então, não deixem escapar este momento, porque sairemos daqui para a Comissão de Meio Ambiente e, depois do relatório pronto, vai para o plenário, onde será realmente discutido e aprovado, e depois vai para a Câmara.

Como o Senado é quem recebeu o projeto, ele pode inclusive recusar, refutar todas as alterações da Câmara. É muito importante a nossa definição hoje. Peço mais uma vez, o projeto deve merecer de vocês aperfeiçoamento, não é um projeto pronto, ele precisa receber contribuições efetivas de todos os órgãos, segmentos, federações, associações, sindicatos para que se torne um documento que vai ao encontro da sociedade mato-grossense e sul mato-grossense.

Parece-me claro que a efetividade da proposta depende do engajamento não apenas do Governo Federal, mas também dos governos estaduais e municipais, universidades, entidades do agronegócio, ONGs e todos aqueles que trabalham e moram no Pantanal. Entendo que esse seja um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

ponto relativamente pacífico, e que é outro objetivo da Carta Caiman, assinada em outubro de 2016, entre os Governos de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de unificar a legislação e integrar as ações que envolvem a proteção do Pantanal.

Penso que esteja claro também que a melhor forma de gestão e de proteção não é o isolamento do Pantanal, não é o fechamento, mas a exploração econômica sustentável tal como previsto na ideia de zoneamento ecológico-econômico do projeto em discussão. Sabemos que o agronegócio é uma atividade essencial para o nosso País, ele que garante o nosso PIB. Qualquer decisão deve respeitar a sua importância econômica e o equilíbrio nos limites que o bioma impõe.

A conquista da riqueza e o desenvolvimento devem ser compartilhados em conjunto com a conservação do meio ambiente. Meu desafio será sempre a harmonização dos interesses daqueles que vivem do campo e produzem com aqueles que buscam a conservação ambiental do nosso bioma Pantanal.

Isso é possível, há três séculos, cria-se gado no Pantanal em plena harmonia com a natureza. Devemos respeitar a importância da pecuária pantaneira com seus mais de 05 milhões de cabeças, gerando milhares de empregos, movimentando a economia de inúmeros Municípios.

Quero destacar também que o Pantanal possui nítida vocação para o ecoturismo, principalmente o de Mato Grosso, que tem baixo impacto ambiental e que pode representar uma importantíssima fonte de emprego e também de renda. Por fim, saliento que temos uma obrigação moral transgeracional de preservar o bioma Pantanal, que é singular e único do nosso planeta.

São 600 espécies de aves, 280 de peixes, 90 de mamíferos, 50 de répteis, muitas das quais encontramos apenas no bioma Pantanal. Por isso, é fundamental que encontremos fórmulas eficazes de proteção ambiental para o Pantanal, sem descuidar dos pantaneiros, sua cultura, sua história, que é um exemplo para o mundo.

Agradeço a presença de todos, e agradeço, sobretudo, todas as contribuições que virão realmente desta Audiência Pública.

Àqueles que não puderem se manifestar, solicito que enviem suas sugestões para o endereço eletrônico pedrochaves@senador.leg.br até o dia 30 de abril. O prazo é curtíssimo, eu sei, mas esta é a nossa oportunidade e deve ser bem aproveitada por todos. Tenham a certeza de que todas as sugestões apresentadas serão analisadas, aprofundadas e muitas delas serão incorporadas ao texto original.

Muito obrigado e uma boa Audiência Pública para todos nós. (PALMAS)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) - Na sequência, ainda em tempo, queremos convidar o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios Neurilan Fraga para a mesa de honra. Por gentileza.

A palavra volta com o Presidente da mesa, Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) - Eu gostaria de passar qual vai ser a sistemática da nossa Audiência. No primeiro momento, abriremos a palavra aos componentes da mesa, que terão 10 minutos para fazerem seus pronunciamentos, e na sequência abriremos para o debate com a participação da plenária que terá 5 minutos, um número de 10 pessoas mais ou menos para que não delongue muito a nossa Audiência.

Com prazer, concedo a palavra ao nosso querido Senador Cidinho Campos para fazer seu depoimento.

O SR. CIDINHO SANTOS - Bom dia a todos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Em função da minha proximidade com o Senador Jaime Campos, a vida toda de carreira política juntos, é normal as pessoas me chamarem de Cidinho Campos, lá no Senado, aqui em Cuiabá, mas é Cidinho Santos.

Quero cumprimentar o nosso querido Senador Pedro Chaves, colega lá de Mato Grosso do Sul, pessoa que admiro muito. Nós participamos de um bloco parlamentar denominado União e Força, e todas as terças-feiras almoçamos juntos para discutir a pauta da semana, discutir os projetos, discutir as questões do País, e fico muito feliz em compartilhar com ele a sua visão do Brasil, a sua experiência, eu fico muito contente. Obrigado por sua presença, Senador Pedro Chaves, não só Vossa Excelência, mas todo o pessoal de Mato Grosso do Sul que está aqui hoje, há uma comitiva grande de Mato Grosso do Sul, nosso vizinho, nosso irmão, o Estado-irmão aqui presente.

Cumprimento o Deputado Professor Allan Kardec, o Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado Mauro Savi; meu amigo Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios; André Babi, Secretário de Meio Ambiente; prefeitos presentes, prefeitas, empresários, vereadores, pessoal das organizações não governamentais, nosso amigo da EMBRAPA de Mato Grosso do Sul e também de Brasília aqui presente, sejam bem-vindos; amanhã, nós teremos uma festa grande em Brasília em comemoração aos 75... 75? Quarenta e cinco; Setenta e cinco é de São Vicente, que nós fomos lá, na semana passada, da EMPRAPA.

Quero dizer que eu, como Relator desse projeto na CCJ, quando veio esse projeto em minhas mãos, da relatoria, no ano passado, eu procurei fazer da mesma forma que o Senador Pedro Chaves está fazendo. Eu procurei ouvir todos os segmentos, não só de Mato Grosso, como de Mato Grosso do Sul, procurei ouvir as universidades, a EMBRAPA, e construí um relatório que foi aprovado na CCJ, que se não foi o melhor, foi o possível naquele momento. É um relatório que reúne as condições de sustentabilidade do nosso bioma Pantanal, trazendo segurança jurídica e fazendo com que as pessoas que lá moram independentemente se for ribeirinho, se for um pequeno produtor, se for um grande produtor, tenham segurança jurídica para continuar suas atividades, mas também tenham a responsabilidade da preservação do bioma Pantanal. Evidentemente, sempre que assumimos alguma posição, estamos passíveis a algumas críticas, e eu as recebo, e recebi, com muita humildade.

E agora vejo nas alterações feitas pelo Senador Pedro Chaves, na Comissão de Assuntos Econômicos, a criação do Fundo, que realmente é pertinente, é de muito bom alvitre, e tem o nosso apoio. Eu já reiterei a ele a preocupação apenas dessa questão de mudar o segundo ponto, a mudança da ampliação da Bacia Amazônica, da Bacia do Alto Rio Paraguai. Eu acho que isso cria essa insegurança, que nós não temos mais.

Nós temos que manter a questão dos limites do bioma Pantanal e esquecermos essa questão da Bacia do Rio Paraguai porque criamos toda uma questão jurídica de insegurança para as pessoas que estão nessa região. Essa é a minha opinião. Evidentemente, há pessoas que podem ter opinião diferente. Eu já externei a minha opinião ao Senador Pedro Chaves em função de que várias pessoas já me procuraram, se manifestaram com essa preocupação.

No mais, quero dizer que este Projeto está realmente na fase final de votação agora na CMA. E, Senador Pedro Chaves, a minha assessoria me disse que, na verdade, ela termina na CMA. Ela não passaria pelo Plenário. Então, aprovando na CMA, ela iria diretamente à Câmara dos Deputados. Por isso a participação de vocês aqui hoje é importante para que o Senador Pedro Chaves possa fazer um relatório que realmente consiga atender aos interesses do nosso bioma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Pantanal, porque quando o Ministro Blairo Maggi, à época Senador, fez este Projeto de Lei, a intenção era conciliar. Nós temos um bioma que pertence a dois estados e as leis ambientais de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso muitas vezes se divergem. Basta ver o período da pesca. Tem época que a Piracema aqui é permitida e lá em Mato Grosso do Sul já está suspensa, e várias questões. Na verdade, estamos no mesmo bioma e há essas divergências. Então, a intenção do Ministro Blairo Maggi foi fazer uma lei que realmente pudesse preservar o Pantanal mato-grossense e de Mato Grosso do Sul, mas também garantir as condições para quem vive ali e produz há décadas e décadas.

Então, eu agradeço a participação de todos. Estamos hoje ao vivo pela *TV Assembleia*, pela *TV Senado* para todo o Brasil. Com certeza, é muito bem-vinda esta Audiência Pública aqui em Mato Grosso.

Daqui a pouco eu vou me ausentar, porque eu tenho um voo marcado para 11 horas, mas o período que eu puder, estarei aqui com vocês. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SENADOR PEDRO CHAVES) - Conforme o nosso querido Senador Cidinho falou, esta Audiência Pública está sendo transmitida pela *TV Assembleia* e pela *TV Senado* para todo o Brasil e também pela *Rádio Senado*.

Então, é bastante importante que o País esteja antenado em um assunto tão importante como este.

Com muito prazer, convido o Deputado Estadual Professor Allan Kardec, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Eduardo Botelho, para fazer uso da palavra.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Bom dia a todos e todas!

Bom dia, pessoal!

(PLATEIA RESPONDE: “BOM DIA!”.)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Muito obrigado pela presença de cada um e de cada uma nesta importante Audiência Pública para o Brasil, para Mato Grosso e para Mato Grosso do Sul.

Primeiramente, quero agradecer o Presidente Deputado Eduardo Botelho por me convocar para representá-lo nesta Audiência Pública. Farei um relato que ele me pediu e no restante do tempo colocarei um pouco sobre o meu sentimento enquanto pantaneiro e enquanto Deputado.

“Primeiramente, gostaria de saudar os irmãos mato-grossenses, em nome do Senador Pedro Chaves. Dizer, também, que esta Casa é de vocês, portanto, se sintam em suas próprias casas. A presença de vocês nos alegra, em qualquer circunstância. Imaginem, hoje, neste reencontro onde iremos discutir algo de interesse para os dois estados irmãos.

É uma honra para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso receber a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal para esta Audiência Pública para debatermos o Projeto de Lei nº 750 de 2011, que trata da ‘política de gestão e proteção do bioma Pantanal’, e, assim, lapidar uma nova lei para a proteção e desenvolvimento econômico do Pantanal.”

O Deputado Eduardo Botelho nasceu em Nossa Senhora do Livramento, mas em todo lugar que ele vai diz que tem um pezinho lá. Então, aqui está escrito livramentense, portanto, é pantaneiro também.

Ainda sobre o Pantanal, o Deputado Eduardo Botelho trouxe, neste texto, que o Pantanal tem suas proporções, como já foi dito aqui, mas ele traz uma preocupação com relação ao

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

povo que vive no Pantanal, aos pequenos produtores, pantaneiros das comunidades pesqueiras, aqueles que já estão instalados lá.

Ao final do seu texto, ele conclui: “Em linhas gerais, estamos aqui para debater e compartilhar com todos que vivenciam o desafio permanente de encontrar alternativas para um desenvolvimento responsável e ecologicamente correto, considerando a natureza como um bem comum que deve ser usufruída pelas gerações.

Que tenhamos um encontro prazeroso e, acima de tudo, fértil para as nossas ideias e soluções. O Pantanal é o nosso maior patrimônio!

Muito obrigado!

Deputado Eduardo Botelho.”

Cumprimento o Senador Pedro Chaves; o Senador Cidinho Santos; nosso companheiro Deputado Dilmar Dal Bosco, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais, que ano passado deu-me a honra de começar a fazer a discussão, o relatório dessa lei do Senador Cidinho Santos, do seu Substitutivo; Deputado Mauro Savi, que se encontra presente; nosso Secretário de Meio Ambiente, André Baby, representando o Governador do Estado; nossa Magnífica Reitora, Mirian Serra, obrigado pela presença; Sr. Neurilan Fraga, que representa todos os prefeitos e prefeitas dos 141 municípios do Estado - obrigado, Presidente Neurilan; e em nome do Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, Sr. Hugo Padilha, cumprimento, também, todos os vereadores aqui presentes.

Serei bastante breve na questão do sentimento, aproveitando a presença da nossa ex-Prefeita de Santo Antônio de Leverger, Glorinha Garcia.

Gostaria que a senhora se levantasse, Glorinha, e recebesse uma salva de palmas calorosa da nossa plateia. (PALMAS) Fiz questão de reconhecê-la, ex-Prefeita, por dois motivos: primeiro, pela importância da mulher na política; e, segundo, pela importância do tema aqui debatido. A senhora é pantaneira legítima e está lá na sua pousada na beira do rio do Pantanal, pousada que já é histórica e centenária.

Senador Pedro Chaves, eu venho de Santo Antônio de Leverger, cidade pantaneira, coirmã de Barão de Melgaço. Os Rios Cuiabá e Paraguai fizeram dos nossos povos irmãos desde a subida dos bandeirantes para cá.

Mas antes da subida dos bandeirantes, Secretário Nigro, a habitação já existia aqui pelos índios, pelos índios Bororós, Coxiponeses que não encontramos mais nem rastro deles aqui, porque fizeram enfrentamento com aqueles que subiram para cá para o desenvolvimento. O desenvolvimento naquele período significava matar índio e ocupar terra. Eu acredito que, hoje, precisamos avançar nesse sentido.

Mas essas cidades e esses espaços não podem sair da nossa memória. Da minha memória, por exemplo, não sai. Já tivemos desenvolvimento no Século XIX, quando o ex-Governador da nossa Província, Antônio Paes de Barros, veio da Alemanha e trouxe Dom Jorge Reiners, um engenheiro industrial para construir a maior usina de açúcar da história da região Centro-Oeste, a Usina de Itaici. E Dom Jorge se apaixonou pela região. Ele veio para ficar por quatro anos. Foi construída e instalada a usina, mas ele ficou aqui. Casou-se com uma pantaneira e parte do seu pagamento, que era um pagamento muito alto para um europeu vir para cá, foi terra, terra para ele produzir, mas terra no Pantanal. Ele, então, se instalou ali, inaugurou uma história bastante interessante de Laguna e Pouso Lindo e se tornou, no final do Século XIX, o Rei do Gado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Teve conflito naquele momento, nas primeiras décadas depois de Dom Jorge Reiners, engenheiro de Totó? Sim, teve conflito, mas ele se instalou ali com o gado.

Então, o nosso gado em expansão no Pantanal remonta lá daquele período de 1880, 1890, 1891, quando inaugurou Itaiçi. E está adaptado tanto o cavalo pantaneiro que já estava adaptado... Os historiadores sabem disso e os biólogos, também. O cavalo não é da província americana. O cavalo vem da Península Ibérica, Árabe e Europeia, mas ele foi instalado aqui antes da vinda dos portugueses, ficou na planície e se adaptou. Dizem que é o cavalo andaluz, da Andaluzia espanhola, e outros cavalos árabes que vieram para cá. Eles se adaptaram com seus cascos reforçados e com suas narinas, porque conseguem pastar debaixo d'água. Esta é a história do nosso cavalo pantaneiro! E tem a história do gado que, hoje, com certeza, o gado pantaneiro tanto de Mato Grosso quanto de Mato Grosso do Sul é um dos melhores do mundo.

Mas por que estou contando esta história e estou partindo para o fim? Eu vejo que aqui assim como aconteceu em Mato Grosso do Sul nós vamos discutir vários aspectos e vejo, também, que temos a preocupação com a questão da agricultura. A agricultura que é o esteio do nosso Estado, o esteio do Brasil da produção, mas ora e outra entra em conflito com a questão dos biomas e da natureza.

Talvez, esse seja o caminho, Senador Wellington Fagundes, para que possamos encontrar esse equilíbrio, mas equilíbrio esse, Senador, que tem que ser com um olhar cuidadoso para o bioma Pantanal, com um olhar cuidadoso para o povo pantaneiro, Prefeita Glorinha, que está lá apostando no turismo ecológico ambiental da sua Pousada Tamanduá.

É em nome desses pantaneiros, dessas pantaneiras, que estou, hoje, aqui, na Assembleia Legislativa; da agricultura familiar, do meu avô Petronílio Pinto, bisavô, que plantava fumo, que plantava abóbora e que plantava quiabo nos quatro meses de estiagem, aproveitando o substrato do solo do Pantanal, mas que não tinha ali nenhum tipo de ação invasiva contra a natureza; daqueles que já fizeram uma produção altíssima de cana de açúcar no século XIX, mas, também, utilizavam de outros meios que não fossem invasivos à questão do bioma.

Finalizo dizendo, Senadores e Deputados, Secretário Baby que está aqui, dia 03 de maio, levaremos para o Pantanal esta Audiência Pública, também.

Em nome do Deputado Dilmar Dal Bosco, eu peço autorização para falar em nome da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais: dia 03 de maio, antevéspera do aniversário do maior brasileiro de todos os tempos, Cândido Mariano da Silva Rondon, estaremos no Pantanal, em Mimoso, na Escola Santa Claudina, discutindo o reflexo desta lei. Levaremos para o pantaneiro ouvir também; levaremos para dentro do Pantanal e, na oportunidade, estaremos discutindo também, Senador Pedro Chaves, a questão das PCHS nos rios de planície que em Mato Grosso, infelizmente, tem avançado.

Nós faremos o que for preciso, da Tribuna ou do local, para fazer a defesa do nosso bioma, para fazer a defesa do maior patrimônio ecológico e ambiental da humanidade que é o Pantanal.

Desejo a todos uma grande debate! Que consigamos ter o discernimento para tratar disso; que consigamos ter o conhecimento necessário para que, futuramente, não nos arrependamos tanto de fazer exageradamente e com conservadorismo exacerbado uma proteção, mas, mais do que isso, ter a noção que o Estado é um Estado produtor, que já avançou sobre o cerrado, já avançou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

sobre a floresta e precisamos ter muito cuidado com relação a qualquer tipo de avanço sobre o Pantanal.

Então, eu deixo aqui as minhas impressões, vou ficar até o final do debate para que possamos sair daqui com um pouco mais de luz.

Obrigado! Bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Eu gostaria de agradecer as palavras do nosso querido Deputado Professor Allan Kardec, representando neste ato o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Neste momento, com muito prazer, convido a Dr^a Liane Amélia Chaves, Promotora, neste ato representando o Ministério Público, para fazer uso da palavra.

Gostaria de anunciar a presença do Senador Wellington Fagundes, nosso amigo, que está aqui conosco e é muito grato para todos nós. (PALMAS)

A SR^a LIANE AMÉLIA CHAVES – Inicialmente, quero cumprimentar os componentes da mesa na pessoa do Exm^o Senador Pedro Chaves, a quem agradeço o convite por estar aqui representando o Ministério Público do Estado de Mato Grosso; cumprimentar, também, todos os Sul-mato-grossenses que estão na plateia, todos os nossos mato-grossenses, em especial, dos mato-grossenses, o público de Cáceres - estou vendo aqui muitas pessoas que vieram participar e, também, opinar a respeito desse Projeto de Lei que está em tramitação no Senado.

Eu sou Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente em Cáceres e Promotora de Justiça, também, da Bacia do Alto Paraguai. Essa é a principal razão pela qual estou aqui, não só pensando no contexto de Cáceres, mas pensando no contexto de toda Bacia do Alto Paraguai.

Com base nessa experiência, na minha atuação, é que anotei alguns apontamentos a respeito desse Projeto de Lei. Após participar, também, de um debate que ocorreu em Cáceres, na semana passada, colhendo as preocupações dos cacerenses pantaneiros, como todos vocês que estão aqui, anotei alguns pontos que considero mais relevantes a respeito da lei.

O principal deles, para iniciar o debate, é o que está no art. 1º, que diz respeito ao conceito do que seria o Pantanal, do bioma Pantanal. Está todo mundo falando: “Ah, bioma Pantanal, bioma Pantanal”, e isso vem relatado no art. 1º essa preocupação em dizer o que é o Pantanal.

O Pantanal é um bioma riquíssimo em biodiversidade, isso em termos de fauna e flora, de comunidades tradicionais, de recursos hídricos, de pescadores artesanais, profissionais e, também, produtores rurais, dentre outras atividades. Então, tudo isso cabe no bioma Pantanal.

O coração do Pantanal é o quê? É o pulso de inundação. Sem esse pulso de inundação, sem essa regularidade, nós não temos Pantanal. Nós podemos ter qualquer outra coisa, mas não temos Pantanal. Então, essa é a nossa preocupação em dizer o que é o Pantanal é o que deve ser mantido nele.

Mas, falar em Pantanal, definir bioma Pantanal é uma coisa, outra coisa é: como ele vai ser gerido? Qual é a gestão que queremos para esse Pantanal? E aí não podemos confundir o bioma com a sua gestão, porque no art. 1º fala na questão das planícies inundáveis e fala também na bacia do Alto Paraguai, e essa é uma das nossas preocupações também. Por quê? Porque essa lei discute o que é Pantanal e o que pode e não pode ter no Pantanal, mas não podemos deixar de entender como vai ser essa gestão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Existe uma Lei, que não é recente, de 1997, a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos que previu no art. 1º que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, ou seja, colocando em termos leigos, é a unidade de gestão. A unidade de gestão que foi escolhida pelos nossos legisladores é a bacia. E quando se fala em Pantanal, qual é a bacia? Bacia do Alto Paraguai.

Então, não tem como você prever uma gestão isolada para um bioma. “Ah, a gestão da Amazônia é assim. A gestão do Pantanal vai ser assim.” Mas, e a bacia? Nós sabemos e aprendemos isso. Inclusive, sou mestranda em Ciências Ambientais pela UNEMAT e tenho aprendido muito nesse curso de mestrado. Aprendemos que o Pantanal, as planícies são totalmente influenciadas por aquilo que ocorre no planalto.

Então, quando se fala em Bacia do Alto Paraguai, eu tenho que pensar na planície e no planalto. O que acontece no planalto repercute na planície.

A primeira preocupação que eu tenho aqui com relação a essa lei é o quê? Não basta definir o que é o bioma Pantanal, eu tenho que dizer também como vai ser essa gestão.

A gestão vai mudar a forma de gestão do que está previsto já na Lei 97? Não vai ser mais por bacia? Vai ser uma exceção? Vai ser uma lei que vai prever uma forma diferente de gestão? Nós temos que nos preocupar com isso, porque se vamos manter a gestão por bacia, não está previsto em lei, então temos que prever, também, não só limitar o exercício de algumas atividades ou regulamentar isso aí através de recomendações técnicas como é previsto para a planície, não só para a planície, mas para o planalto também, porque aquilo que acontecer lá no planalto vai repercutir na planície.

O que tem acontecido na bacia que tem mais nos preocupado? Nós chamamos de pressões antrópicas. O que tem mais nos preocupado em relação à Bacia do Alto Paraguai? Desmatamento, não só desmatamento; PCH, que já foi falado aqui pelo Deputado; agrotóxicos, isso já temos sentido lá no Pantanal, não só em nível de planalto, mas, na bacia como um todo, inclusive lá na planície; garimpos artesanais, eu mesma já vi alguns e não pensem que não tem, porque tem lá naqueles rios da bacia tem muitos garimpos pequenos artesanais; as drenagens em várias fazendas que tem acabado com nosso custo de inundação, secado ali várias propriedades. Então, essas são as principais pressões que têm acontecido na Bacia do Alto Paraguai.

O que podemos fazer em termos de legislação para melhorar esse contexto, essa situação da nossa bacia?

Pelo que eu vi na Lei, gostei muito de uma parte que diz o seguinte: “Permitir que as atividades econômicas locais possam ser mantidas em longo prazo”. Essas não são minhas palavras, estou extraindo do Projeto de Lei. Gostei muito dessa parte: “Permitir que as atividades econômicas sociais locais possam ser exercidas em longo prazo”.

Ora, se é permitir, em outra parte da Lei vai dizer o quê? Explorar de forma ecologicamente sustentável.

Então, explorar é um verbo que demonstra ação, você está agindo, e o permitir já não é uma ação. O permitir já está no sentido de você ceder, de você fazer essa conciliação de interesse. É isso que estamos buscando nesta Audiência Pública. Eu acho que um dos pontos principais que devemos focar aqui.

Como é que vamos permitir? Quer dizer que permitir não é fazer o que eu quero, é só aquilo que é bom para mim e o Pantanal tem que caber todos, tem que caber desde o pequeno

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

produtor, da economia de subsistência familiar, até o grande produtor, os grandes empreendimentos e os pequenos empreendimentos, desde que seja ecologicamente sustentável, mas é esse ânimo que deve estar nos movendo neste momento.

Tem uma fala que eu achei bem interessante numa reportagem que li, que é de um representante da ACRESUL, e concordo com essa fala dele, que disse o seguinte numa reportagem: “o produtor rural não pode bancar sozinho o custo de preservar o Pantanal, principalmente porque é um patrimônio da humanidade”.

Está correto! (PALMAS) Não é só ele. Não cabe só a ele bancar sozinho. Esse negócio de bancar, de carregar o mundo pode ser uma coisa que fica legal lá na propagando de camionete, mas não é o caso aqui.

Ninguém quer isso!

Não cabe ao produtor rural.

Essa exploração ecologicamente sustentável não vai ser garantida somente pelo produtor rural, assim como também não vamos garantir ao Pantanal só alimentando a atividade dos pescadores, algo também que já foi alterado com muita razão, porque não é só proibindo a pesca que vamos resolver o problema do Pantanal, assim como não é só alimentando a atividade do produtor rural. (PALMAS)

A proteção do Pantanal, a garantia dele, é o que cabe a todos nós aqui - a todos nós.

Agora, é preciso conciliar os interesses e entender que se não houver Pantanal, se nós não conciliarmos, não terá Pantanal para ninguém.

Então, ou o Pantanal cabe todo mundo, ou não cabe ninguém, ou não haverá Pantanal para todos.

Invoco novamente aquele artigo e dizer que nós temos que permitir, temos que pensar em formas para que esse Pantanal dure não só para as nossas gerações, para explorarmos, mas também para as próximas gerações.

O que mais me preocupa em relação a essa lei? Eu trouxe algumas reflexões. O que mais preocupa o Ministério Público?

Agora eu vou ao ponto principal, porque Promotor de Justiça adora uma Audiência Pública, começa a falar e fica aqui uma manhã inteira, mas não é esse o objetivo. Então, vou me focar agora no ponto que mais preocupa o Ministério Público, creio que a SEMA também - estou vendo aqui o nosso Secretário da SEMA -, o que mais nos preocupa? São as atividades degradadoras, essas atividades degradadoras que eu narrei para vocês aqui, essas pressões antrópicas. Como é que resolvemos isso? Conciliando os interesses.

Mas na prática, como é que isso vai ser feito?

Tem uma previsão também no projeto de lei que diz que “novas supressões de vegetação nativas devem se dar com autorização da SEMA com base em recomendações dos órgãos oficiais de pesquisa”.

Essas autorizações para essas atividades também vão depender do Zoneamento Ecológico Econômico.

Temos alguns problemas aqui.

Primeiro, Mato Grosso não tem essa lei de Zoneamento Ecológico Econômico. Mato Grosso do Sul também não tem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Então, não seria isso que nos daria o norte que precisamos para resolver o nosso problema.

Partimos para as recomendações.

Qual é a nossa preocupação?

A preocupação eu já tenho enfrentado na prática enquanto Promotora de Justiça é a seguinte: vai ter recomendação para cada atividade? Vai ser uma recomendação só para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul? Porque o Pantanal é um só. Vai ser diferente?

Já pensaram a encrenca que vai ser se liberar lá e não liberar aqui e vice-versa? Essa recomendação vai ser prévia ou vai ser no decorrer do processo?

Imagine que você empreendedor entra com um pedido de licença, lá no meio do pedido de licença: opa! Surge uma recomendação. Muda todo o contexto.

Cadê a segurança jurídica?

A recomendação, a princípio, teria que ser prévia. Quem vai provocar essa recomendação?

Digamos que você imagina um empreendimento, você procura a SEMA e a SEMA diz o seguinte: “sobre este assunto não tem recomendação.”

E agora? Procura a recomendação. Pedir aos órgãos de pesquisa que elabore uma recomendação? Até, então, não dá para licenciar. Licencia, porque se não tem recomendação pode licenciar, ou não licenciar? Como vai se dar isso na prática?

Eu tenho experimentado isso em relação às drenagens no Pantanal, que ainda não temos para Mato Grosso recomendações específicas a respeito de como se resolver essa questão das drenagens, e a SEMA fica na seguinte situação: eu sei que não é legal para o Pantanal, mas como isso vai funcionar na prática?

Então, a minha preocupação maior é a respeito dessas recomendações. O Ministério Público, como atua nesses licenciamentos, a preocupação é essa. Vai licenciar? Não vai licenciar? Essa recomendação virá no meio? Depois que o projeto está em andamento, licença prévia concedida, licença de instalação, surge uma recomendação e manda parar tudo? Isso vai parar no Judiciário com certeza. Porque nem eu vou ficar feliz, enquanto Promotora de Justiça, porque se eu tenho uma recomendação me dando embasamento eu vou querer barrar; o empreendedor não vai ficar contente e a SEMA vai ficar no meio.

Eu quero saber como isso vai ser resolver. É algo para pensarmos aqui.

Enfim, senhores, meu tempo já acabou, eu teria muito mais coisa para contribuir, mas quero, enquanto representante do Ministério Público que tem a incumbência constitucional de defender o meio ambiente, dizer que estamos aqui hoje não só para defender o meio ambiente, como eu já disse em Cáceres, mas defender o nosso meio de vida. Não é só porque somos bonzinhos que nós gostamos do Pantanal e achamos bonito, não, nós somos todos pantaneiros, mas no final das contas é dele que extraímos o nosso meio de vida, não só o nosso respirar, o nosso ar, a nossa alimentação, mas o nosso sustento também, só que para isso temos que mantê-lo, para que possamos usufruir ainda por muito tempo.

Então, lutemos por isso.

Muito obrigada! (PAMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Agradeço a Dr^a Liane Amélia Chaves, Promotora, representante do Ministério Público.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Ela tocou em um ponto que me parece bem substantivo. Toda essa lei federal que estamos fazendo, a Lei do Pantanal, é exatamente para dar segurança jurídica.

É ruim essa mudança de lei a toda hora. Com isso dá tranquilidade para o próprio produtor, quando ele sente que o seu projeto foi aprovado, ele pode desenvolvê-lo que ninguém vai interceder ou interferir na sua sequência.

Convido o Ricardo Eboli Gonçalves Ferreira, Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, neste ato representando o Governador Reinado Azambuja, para fazer parte da mesa.

(O SR. RICARDO EBOLI GONÇALVES FERRIRA TOMA ASSENTO À MESA – PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Convido agora o nosso amigo Maurício Saito, Presidente da FAMASUL, para fazer uso da palavra.

O SR. MAURÍCIO SAITO – Bom dia a todos!

É uma honra estarmos aqui representando o Estado de Mato Grosso do Sul e também podendo falar em nome dos homens pantaneiros lá do nosso Estado.

Começo fazendo uma saudação ao Senador Pedro Chaves, Senador de Mato Grosso do Sul, e aqui fazer um reconhecimento público do seu trabalho frente a essa relatoria.

Lembro a todos que por proposição do Senador Blairo Maggi em 2011, após a relatoria do Senador Cidinho Santos, de Mato Grosso, o Senador Pedro Chaves resolveu acampar essa relatoria, mesmo sendo um tema muito espinhoso, mas, dada a importância desse tema a todos nós sul-mato-grossenses e também mato-grossenses, o Senador resolveu aceitar esse desafio.

Lembro aqui também, Senador, a sua abertura ao setor produtivo. Logo no primeiro momento da chegada da relatoria às mãos dele, ele chamou não só o pessoal que defende a questão ambiental, mas também o setor produtivo para que pudesse discutir com bastante tranquilidade, e mais do que isso, com bastante transparência esse projeto de lei.

Eu faço uma saudação ao Senador Cidinho Santos, que teve que se ausentar e também ao Senador Wellington Fagundes, que representam o Estado de Mato Grosso. Muito obrigado pela presença dos senhores.

Cumprimento o Deputado Professor Allan Kardec, representando a Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Quero fazer breves considerações, saudando o Ricardo Eboli, da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, muito obrigado! Ricardo, é importante a presença do Estado de Mato Grosso do Sul nesta Audiência Pública proposta pelo Senado Federal.

Em nome do Ricardo, agradeço a presença de todos os homens pantaneiros que vieram lá de Mato Grosso do Sul (PALMAS).

Quero dizer sobre a importância deste trabalho conjunto e lembrando sempre, não fazendo nenhuma referência a Estado, mas Mato Grosso do Sul tem mais de 70% do bioma Pantanal dentro do Estado. Quero fazer algumas referências, logicamente, não tenho conhecimento técnico profundo do assunto, mas posso falar com tranquilidade em relação ao que é desenvolvido lá no Bioma Pantanal. Primeiramente, quero lembrar que o Pantanal é habitado, isso já é um grande fato para o homem pantaneiro e também a comunidade tradicional que lá se encontra.

Eu quero dizer que temos 270 anos de convivência dentro do Bioma Pantanal com viabilidade econômica o que possibilitou a manutenção de um dado que é a comunidade científica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Saúdo o Jorge Lara, da EMBRAPA Pantanal. Segundo a EMBRAPA, temos dentro do Bioma Pantanal 86% da vegetação nativa preservada. Trago referência aqui, esses 86%, 90% na mão da iniciativa privada que são os produtores rurais que lá se encontram, o homem pantaneiro (PALMAS). Então, por isso a importância do diálogo muito bem lembrado pelo Ministério Público e pelos que me antecederam, a participação do homem pantaneiro nessa elaboração desse PL 750.

Também temos que fazer referência que esses 270 anos de convivência existe por uma pecuária peculiar, somente existente no Bioma Pantanal. E graças a essa pecuária peculiar é que pudemos dar sustentação e falar claramente da viabilidade econômica para que isso pudesse acontecer, não só aos homens pantaneiros, mas também à comunidade tradicional. Temos que lembrar que conforme também lembrado pelo Ministério Público, muito se fala dos municípios peripantaneiros. Nós temos que lembrar que hoje existem tecnologias de produções altamente sustentáveis que também visam à preservação ambiental. Não podemos comparar o que existia de produção há 30, 40 anos com o que existe hoje, tecnologias que são aderidas pelos produtores rurais. Digo isso porque posso citar algumas dessas tecnologias que acontecem no planalto, lembrando sempre que se não houver viabilidade econômica e sustentável no planalto não temos como discutir a viabilidade, a sustentação da planície nos níveis que temos hoje de 86% de preservação.

Eu vou citar algumas dessas novas tecnologias, plantio direto, o que falávamos do plantio direto há trinta anos? Não existia essa tecnologia que é hoje amplamente aderida, na sua quase totalidade, pelos produtores da região do Pantanal. Lembro também que além desse plantio direto, temos hoje verticalizações de produção, podemos citar aqui LP- Licença Prévia e LPF- Laboratório de Produtos Florestais, que acontece nessas regiões e faz com que possamos diminuir os impactos que possam acontecer, por ventura, na planície Pantanal.

Sempre também quando falamos em preservação, nós sempre ouvimos que o bioma está muito afetado. Volto a reforçar o número que foi dito pela comunidade científica, nós temos 86% de preservação do bioma Pantanal, se temos que discutir uma nova metodologia, como temos, porque a sociedade está em permanente em evolução, nós temos hoje uma necessidade de adaptação às condições mercadológicas, não pensando somente neste País, mas pensando também no mundo. Por isso, a necessidade de indução, por parte dos poderes públicos estadual e federal, de programas que também possam valorizar os produtos que são oriundos do Pantanal.

Eu quero dar um exemplo, com toda parcimônia, e que fique também como sugestão para o Estado de Mato Grosso: temos um programa de incentivo à produção orgânica e pecuária lá no Pantanal Sul Mato-grossense. O Governo, por meio de isenção, tributária, coloca novos requisitos para a produção que são compensados com preços diferenciados. E quando nós pensamos nisso também, não podemos pensar tão somente, temos que pensar em todos os produtos que sejam do bioma Pantanal e todas as comunidades tradicionais existentes.

Eu falo isso com bastante tranquilidade, sempre lembrando da necessidade no nosso diálogo com todos que envolvam esse bioma de importante em nosso País.

Também lembro que quando falamos de biomas, de longe, o bioma Pantanal é o mais preservado que existe em nosso País. É exatamente por isso que temos que procurar alternativas no regramento jurídico que deem a garantia e a segurança jurídica daqueles que lá estão para produzir com tranquilidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Quero falar também da grande relação e importância da presença da pesquisa. Quando falamos em pesquisa, o que existe de melhor é a possibilidade de compartilhamento de conhecimento, entre o homem pantaneiro, as comunidades tradicionais e a comunidade científica.

E aqui eu quero fazer referência às EMBRAPAs. Dr. Jorge Lara, temos no Mato Grosso do Sul, a presença de três EMBRAPAs que têm feito com que o Estado possa ter à sua disposição, especificamente o produtor, para que possa aderir a novas tecnologias sustentáveis de produção.

Também não canso de ressaltar a necessidade e a importância dos programas que são oriundos do Governo de Estado.

Aqui eu quero fazer somente uma consideração ao que existe em relação à Legislação -12651, que se tornou o Código Florestal que, no seu artigo 10, remete aos Estados a atribuição de normatizar sobre as áreas de uso restrito. E no nosso caso, as planícies Pantaneiras. E quero dizer que o Estado de Mato Grosso do Sul já possui um Decreto Estadual 14273, que versa exatamente sobre isso. E tem necessidade desse Decreto Estadual também vir aqui para Mato Grosso, para que, mais uma vez, possa reforçar a segurança jurídica do homem do Pantanal, do homem Pantaneiro, para ele produzir com tranquilidade.

Por fim, Senador Pedro Chaves, quero dizer que nós temos a necessidade da manutenção da guia de equilíbrio nas discussões desse PL-750, mas ressalto sempre que o grande responsável pela preservação do bioma Pantanal, até os dias de hoje, é o homem Pantaneiro, são as comunidades tradicionais lá existentes...

(PALMAS)

E por isso a necessidade de ouvirmos com muito carinho esses que são os grandes responsáveis pela sustentabilidade e pela preservação ambiental do nosso bioma.

Um grande abraço a todos, e que tenhamos uma boa audiência.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) - Eu quero agradecer ao Dr. Maurício Saito, Presidente da Famasul, que, com este depoimento muito oportuno, mostrou perfeitamente o equilíbrio entre produção rural e meio ambiente.

É importante que esse depoimento possa vir à tona, principalmente sobre o uso de tecnologia, mostrando essa viabilidade. Às vezes, nós pensamos na produção tradicional, o que cria um viés, na verdade, nesse problema do produtor rural em si.

Agora, com muito prazer eu convido Sr. João Gonçalves, Coordenador do Instituto Centro de Vida- Ambientalista.

SR. JOÃO ANDRADE – Boa tarde. Só quero fazer uma retificação, é João Andrade.

Mas antes de ser ambientalista, eu sou formado em economia e me especializei na área, porque, justamente, eu entendo que tem que ter uma integração entre desenvolvimento no sentido amplo. E quando falamos da questão ambiental e da questão social. Então, nós estamos falando de uma lei de gestão que tem que contemplar isso.

Nós temos que levar qualidade de vida para quem já estava nessa região, para as populações tradicionais, para o homem pantaneiro. Isso é fundamental! Se nós não atendermos esse pressuposto, nós estamos falhando como formadores de lei. E eu quero também fazer um esclarecimento de que não precisamos entrar no debate de que somos contra o desenvolvimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Todos nós gostamos muito dessa região. Moro aqui há 12 anos e circulei muito pela Região da Bacia do Alto Paraguai, entrei muito em contato com os movimentos, com algumas comunidades e o que eu estou trazendo aqui é um pouco do que eu estou sentindo, do que eu estou escutando dessas andanças por aqui. Sem dúvida, é muito importante termos uma lei, é importante ter uma lei que traga segurança jurídica, uma lei que seja federal, porque até agora o Pantanal, em minha opinião, está desprotegido.

Então, é muito importante que tratemos disso considerando a bacia. E o que a Promotora traz é fundamental, porque essa é a unidade geográfica dessa região. Nós não podemos pensar na planície se nós não pensarmos no planalto, porque no planalto é onde as grandes mudanças estão acontecendo.

E quando eu falo do uso do solo, é soja intensiva com uso de agrotóxicos, PCHs que limitam a quantidade da água, que afetam os recursos naturais, então se não levarmos em consideração tudo isso – o pulso de inundação que foi tão falado –, ele estará comprometido. O Pantanal da planície será seriamente afetado se o planalto não for considerado, isso é fundamental. Nós não podemos tapar os olhos para essa questão.

Os cientistas estão falando, não sou eu quem está falando, é a CPP, é a UFMT, são vários cientistas que estão dizendo que essa integração é importante, que não podemos deixá-la de lado.

O que queremos trazer é um conceito de que Pantanal não pode ser pela metade, ele tem que ser inteiro, é a bacia. E aí nós vemos algumas questões que estão sendo... Quando eu falo do planalto, esses impactos que estão acontecendo com as PCHs... Para quem viajar pelo Rio Jauru vai perceber que o conjunto de PCHs ali está causando um impacto tal que o rio pode chegar a secar e ele já secou.

Há um vídeo no *YouTube* que vocês podem acessar: “O dia em que o rio secou”, que justamente traz esse relato. E aí traz o relato de quem vive dos recursos: do pescador, da comunidade ribeirinha, que, de uma hora para outra, aquele bem, que é um bem público, passa a ser visto só por um uso, o uso energético. E nós estamos sendo injusto, porque estamos tirando uma atividade econômica de quem está lá há muito mais tempo.

Há uma questão na lei que trata, por exemplo, sobre a questão da compensação ambiental, e aí eu vejo até uma contradição. Quando fala que a compensação ambiental, a compensação de reserva para quem tem déficit pode ser feito para a bacia, então você pode compensar, aí você usa o conceito de bacia, você deixa de usar o conceito de planície, nós sabemos que o custo ou a oportunidade de uma área para outra é diferente, então obviamente eu vou querer compensar muito mais na planície do que nas áreas de planalto.

Isso é uma contradição que nós vemos na lei. Quando é importante, ela olha para esse conceito de bacia. Outro ponto, acho que a própria Promotora já trouxe, é a questão de que no Estado de Mato Grosso ainda não existe um zoneamento ecológico econômico, isso está em andamento. E nós temos que tomar muito cuidado com esse uso de ordenamento do solo. Então esse é um ponto que nós vamos ter que tratar antes de seguir em frente com essa lei.

Outra questão que chamou muita atenção é com relação à hidrovia, que é um tema que neste Estado já foi muito debatido nos anos 90, chegando à conclusão que a hidrovia traria um grande impacto, principalmente, na área de Cáceres até Corumbá. Atualmente, a hidrovia está sendo estudada. Existe um debate sobre o estudo técnico de viabilidade econômico e ambiental, um estudo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

que ainda está na fase de licenciamento, é um dos primeiros estudos que vão dar base para muitos debates.

Isso daí está em discussão, a sociedade civil vai fazer um debate em maio sobre essa questão, já levantamos algumas questões dos riscos de se implementar uma hidrovia, porque a hidrovia, além de alterar o curso da água, do rio, e além de provocar mudanças na calha e aí altera essa água de inundação, esse poço de inundação na planície, pode trazer o... Qual a carga que ela estará trazendo?

Ainda mais passando por esse trecho entre Corumbá e Cáceres, que é uma área de suma preservação, uma área onde você tem a unidade de conservação, onde você tem um ecoturismo super representativo, aqui nós temos representantes que podem dar essas informações, há uma viabilidade econômica que corre risco com o tipo de carga que estará sendo transportada por essa hidrovia. Então, a hidrovia é uma questão que não podemos seguir em frente enquanto não tivermos todas as informações necessárias com relação aos riscos desse empreendimento na região.

Bom, das PCHs eu já falei. Só citando que existe uma quantidade que beira a 115, 150 PCHs na região, essas PCHs causam um impacto sinérgico na bacia, elas causam um impacto tanto social quanto na ictiofauna. Ela causa impacto até na questão da quantidade de recursos hídricos. Temos que levar isso em consideração em função do plano de bacia.

Nós não podemos discutir PCHs enquanto não houver um plano de bacia que vai dizer qual a gestão saudável para a bacia. Isso é muito importante. Nós não podemos ter uma lei que não leve em consideração essa questão do ordenamento do território, que é o plano de bacia e o zoneamento ecológico econômico.

Eu acho que há também várias recomendações. Não é à toa que o Pantanal tem vários selos de reserva da biosfera, de patrimônio natural da humanidade, de patrimônio nacional e há recomendações do CNZU - Comitê Nacional de Zonas Úmidas, dizendo que essa área não pode receber essas obras que vão causar impactos, porque ela vai comprometer justamente esse selo. Esses selos que nós tanto vangloriamos no Pantanal. Então, temos que ser muito sábios nesse momento para garantirmos a manutenção dos recursos em longo prazo.

E para terminar, eu acho que tem uma questão muito positiva na lei, que é a questão do fundo. Nós precisamos de recursos para uma região que tem outra vocação, que não é a vocação tradicional, que vemos de uso e ocupação de solo, porque ela tem limites, é uma área, do ponto de vista do ecossistema, uma área super-representativa. Então, temos que tomar cuidado. Nós temos que ter um fundo que fomenta as atividades de menor impacto.

E a questão do saneamento na bacia também é grave. A região de Cáceres hoje está sendo altamente impactada pelo não tratamento do esgoto. Então, a questão do fundo é muito importante, mas nós vamos ter um desafio pela frente, que é saber de onde vêm esses recursos, porque esses recursos não brotam do nada. Eles têm que vir de alguma fonte segura. Isso nós vamos ter que discutir.

Então, Senador, essa lei é muito importante para que tenhamos esse tipo de regulamentação federal na região, mas a lei, como está hoje, não está atendendo quem vive no Pantanal. Ela está prejudicando. Ela está gerando impacto. Nós estamos vendo que ela não está sendo uma lei para cuidar desses recursos em longo prazo. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) - Eu quero agradecer ao João Andrade, Coordenador do Instituto Centro de Vida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Eu acho que... João, todas as contribuições, se você puder oferecer por escrito. Essa colocação que você colocou você poderia trazer para nós para agregar, para que possamos colocar no relatório. Não temos nenhuma dificuldade. Nós estamos totalmente abertos. Eu acho que é bastante importante. Esse é o objetivo maior das Audiências Públicas. Agradeço muito o seu depoimento. Eu acho importante trabalhar com o contraditório, para nós é isso que enriquece o nosso debate. (PALMAS)

Agora, com muito prazer, convidamos a Sr^a Lucélia Avi, Gestora do Núcleo Técnico da FAMATO, neste ato representando o Presidente da FAMATO, Normando Corral.

A SR^a LUCÉLIA AVI - Bom dia a todos!

Estou aqui representando a FAMATO.

Cumprimento todos os Senadores, em nome do Senador Pedro Chaves; todos os Deputados, em nome do Deputado Dilmar Dal Bosco; os produtores rurais que estão aqui, em nome do Maurício, Presidente da FAMASUL; demais participantes desta Audiência Pública, como universidades, estudantes e os demais membros da sociedade. É muito importante que todos estejam presentes nesta Audiência Pública e que possamos realmente discutir um projeto de lei, discutir uma gestão para o Bioma Pantanal tanto de Mato Grosso como de Mato Grosso do Sul.

O Maurício fez uma fala, representando a FAMASUL, muito boa, que é o que a FAMATO com a FAMASUL vêm trabalhando e vêm discutindo sobre o Bioma Pantanal. Então, eu não vou me alongar muito na fala institucional da FAMATO, mas vou fazer uma apresentação pequena, com alguns dados do Pantanal aqui do Estado de Mato Grosso. Eu acho que é importante falarmos sobre o nosso Bioma aqui do Estado de Mato Grosso.

Eu faço das palavras do Maurício, as palavras da FAMATO, eu acho que ele representou muito bem.

Gostei muito das palavras da Promotora, eu acho que ela está bem alinhada, está bem entendida do assunto e acho que é isso que nós precisamos realmente.

Eu quero colocar a FAMATO à disposição do Ministério Público para discutirmos essa gestão do Bioma Pantanal, ou da BAP, que seja. Nós estamos à disposição para fazer essa discussão também com o Ministério Público.

Eu fiz uma apresentação e eu já realizei essa apresentação em Brasília, em duas Audiências Públicas que eu participei, tanto na Comissão de Constituição e Justiça como na Comissão de Assuntos Econômicos, que já vimos acompanhando desde quando se tornou substitutivo do Senador Cidinho Santos esse Projeto de Lei 750. É um Projeto de Lei que nós apoiamos com o setor produtivo. Precisa ter contribuições, precisa ter algumas alterações, sim, no Projeto de Lei, mas ele é um Projeto de Lei que está no caminho certo e é isso que vimos trabalhando junto com o Senado.

Eu trouxe alguns dados do Bioma Pantanal, já foi falado, repetido várias vezes aqui: nós temos no Bioma Pantanal 35% do Estado de Mato Grosso e 65% do Estado de Mato Grosso do Sul.

No Bioma Pantanal, nós temos 12,58% milhões de hectares, isso representa 83% do Bioma Pantanal, que está com vegetação nativa. Então, nós temos esses dados que são dados extraídos pelo nosso Instituto Mato-Grossense de Economia, o Maurício falou que a EMBRAPA já conseguiu levantar esses dados, que tem 86%, estão bem próximos esses números. Nós temos 83% do Pantanal conservado com vegetação nativa. Temos somente 15% do Pantanal que está sendo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

utilizado com outros tipos de atividades ou de produção, pastagens plantadas, exóticas, agricultura, então, temos isso no Pantanal. Temos uma cobertura de água de 1,6%, que é o que conseguimos levantar no nosso mapeamento, isso é o nosso Pantanal mato-grossense.

No Estado de Mato Grosso, o nosso Pantanal representa 6,8% do Estado, ele é muito menor do que o Estado de Mato Grosso do Sul. Então, Mato Grosso do Sul, particularmente, quase todo o estado é Bioma Pantanal, no Estado de Mato Grosso 7% é Bioma Pantanal, que compreende 15 municípios do Estado. Dentre esses 15 municípios do Estado, temos municípios que têm um percentual de 1%, que é o caso de Várzea Grande. Temos municípios, como é o caso de Itiquira, que é 3%, e assim por diante, então, precisamos realmente trabalhar essa questão do Bioma Pantanal, definição de limitação, definição do que é o Bioma Pantanal, para realmente entendermos se esse 1% de Várzea Grande, ou esses 3% realmente são Bioma Pantanal, ou não é, como vamos trabalhar com esses municípios. Então, uma legislação ajuda muito, essa legislação com regras claras para fazermos esse trabalho no Estado de Mato Grosso.

Nós temos no Bioma Pantanal também a questão da ocupação das áreas produtivas agropecuárias, 32% estão ocupados com a produção agropecuária do Estado de Mato Grosso. Nesses 32%, temos áreas de pastagens nativas e exóticas dentro do Pantanal. Temos também a questão de outras ocupações, que são rios, cidades e demais áreas do Bioma Pantanal, 3,3%.

Unidades de conservação e terras indígenas, 9,4% estão ocupando hoje o Bioma Pantanal. Área remanescente, 54% é o que temos hoje no Bioma Pantanal do Estado de Mato Grosso.

Temos um rebanho bovino, aproximadamente, de 2,17 milhões de cabeças e temos uma produção agrícola de 18 milhões de toneladas.

Considerando os 10 maiores municípios do Bioma Pantanal... Lembram que eu falei que temos 15 municípios, mas temos 15 municípios que representam não mais do que 20% do Bioma Pantanal? Então, eu trouxe só os 10 municípios que representam mais de 20% do Bioma Pantanal. Esses 10 municípios têm uma população que representa, hoje, 6,4% da população do Estado de Mato Grosso. Ele tem as atividades econômicas de: bovinocultura de corte, de leite, soja, milho, algodão e cana de açúcar, aves e suínos. Temos um valor bruto dessas culturas de 3,20 bilhões, que representam 5,7% do valor bruto da produção do Estado de Mato Grosso, e temos uma geração de emprego nesses 10 municípios maiores do Bioma Pantanal. Temos uma geração de emprego de 5,29 mil empregos diretos; indiretos - 1,4 mil empregos e temos 12,9 mil empregos induzidos. O que isso significam? Diretos são aqueles que, realmente, estão ligados diretamente à atividade, diretamente naquela área do Bioma Pantanal; e indiretos já entramos aquela questão das empresas que vendem o fertilizante, das empresas que vendem o sal, das empresas que estão ali prestando esse serviço; e os induzidos são aqueles que geramos por essas outras empresas ou por esses outros comércios que estão fornecendo produto, material para esses produtores dessa região.

Nós temos, também, algumas dificuldades no Bioma Pantanal. No Bioma Pantanal temos a parte da fronteira com a Bolívia, que é outro problema que o pantaneiro tem. Então, estamos aqui discutindo a Legislação, o Projeto de Lei 750, pensando como vamos utilizar o solo desse Bioma Pantanal, mas temos, também, outro problema que precisa ser visto que é essa questão da fronteira com a Bolívia.

Então, é preciso, também, que os nossos Deputados, que os nossos Senadores, pensem nessas dificuldades que nossos produtores têm no Bioma Pantanal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

E temos algumas dificuldades dos pecuaristas que vêm muito de encontro com esse Projeto de Lei que precisa ser tratado e trabalhado nos Estados. O Estado de Mato Grosso do Sul já fez isso. Ele já regulamentou suas áreas de uso restrito, já regulamentou como essas áreas serão utilizadas no Estado de Mato Grosso do Sul. O Estado de Mato Grosso, ainda, não fez isso. Temos o pedido, essa demanda dos pecuaristas daqui, do Estado de Mato Grosso.

Então, precisamos trabalhar a questão da regulamentação da limpeza de área no Estado de Mato Grosso. Hoje, os produtores do Pantanal não conseguem fazer uma limpeza diária, primeiro porque se fizer sem autorização do órgão ambiental será autuado; segundo, o órgão ambiental não tem uma regulamentação dessa autorização de limpeza diária para esses pantaneiros. Então, como eles ficam nas suas áreas sem conseguirem limpar suas pastagens mesmo que sejam nativas? Precisamos regulamentar isso!

Substituição de pastagem nativa por exótica!

Há vários trabalhos da EMBRAPA Pantanal que mostra que é possível fazer isso no Pantanal. Aqui, no Estado de Mato Grosso, hoje, não é regulamentado e precisa ser regulamentado, precisa ser trabalhado esse ponto, também.

Implantação da agricultura no Pantanal!

Não estamos falando em plantar agricultura na Planície inundada do Pantanal, mas, sim, no Planalto. É possível! É permitido! Há estudos para isso! Então, também, precisamos regulamentar isso, trabalhar isso para que os pantaneiros do Estado de Mato Grosso consigam, realmente, continuar no Pantanal.

Construção de aceiros!

Vão falar assim: “Gente, mas construção de aceiros!” Hoje, se um pantaneiro do Estado de Mato Grosso fizer uma construção de aceiros, ele pode ser autuado, porque não existe uma regulamentação para isso. Então, também, precisa ser trabalhado esse ponto.

Retirada de plantas invasoras!

É a coisa mais comum, mais normal! Há vários estudos mostrando que é permitido fazer isso.

Utilização de fogo como técnica!

O fogo é importante para o Pantanal. Precisa ser regulamentado, precisa ser trabalhado isso para o pantaneiro.

Definição do uso de áreas de uso restrito daqui, do Estado de Mato Grosso!

Não sabemos quais são as áreas de uso restrito. O IBGE tem um mapa; a SEMA tem outro; o zoneamento, que está suspenso, hoje, tem outro. Então precisamos definição, também, aqui, no Estado de Mato Grosso.

Outra solicitação dos nossos pantaneiros que vai ao encontro desse Projeto de Lei é uma discussão em nível Federal, é a redução do valor do ITR para quem tem áreas inundáveis. Esses produtores pagam igualmente, mas utilizam as áreas por menos tempo ao ano. Então, é preciso começar a se discutir isso, também. É outra demanda nossa.

E pagamentos por serviços ambientais!

Nós colocamos e discutimos muito tanto com o Senador Cidinho como com o Senador Pedro Chaves os pagamentos por serviços ambientais aos produtores do Pantanal. Um deles é a compensação da área de reserva legal de outros biomas no Pantanal, nas áreas de vegetação nativa e que os produtores possam continuar utilizando essas áreas. É uma forma de incentivo; é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

uma forma de compensar aquele trabalho que eles estão fazendo ali de conservação. Então, temos que levar em consideração isso nesse Projeto Lei: pagamentos por serviços ambientais, incentivo para esses produtores.

Era isso que eu queria falar para os senhores! Acho que esse Projeto de Lei é muito importante! O Substitutivo do Senador Cidinho está no caminho certo. É preciso, ainda, fazer algumas alterações, mas está no caminho certo. É o que o pantaneiro, realmente, precisa. Nós precisamos fazer a conservação do Bioma Pantanal com o desenvolvimento. Não adianta só pensarmos em conservação que não dará certo. Nós sabemos que isso não funciona no bioma Pantanal.

Também, coloco a todos os pantaneiros que estão presentes que a FAMATO iniciou ano passado uma parceria com a EMBRAPA Pantanal e trouxe essas tecnologias para o Pantanal. Há essa intensão que o Maurício falou de fazer um boi orgânico, de ter uma comissão, uma associação para isso. Então, estamos trabalhando nesse caminho para, realmente, conseguirmos trazer aquilo que Mato Grosso do Sul já tem para o Estado de Mato Grosso. Então, estamos trabalhando com isso e só achamos que será possível termos uma preservação, uma conservação do bioma Pantanal, se tivermos o desenvolvimento junto, mas esse desenvolvimento com tecnologia, com estudo científico.

Então, temos parcerias com a EMBRAPA, estamos tendo parceria com a UNEMAT e estamos buscando parceria com a UFMT. Então, estamos buscando essas parcerias. É isso que a FAMATO está fazendo, hoje, para os pantaneiros.

Era isso, gente!

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) - Eu quero agradecer a Dr^a Lucélia Avi, gestora do Núcleo Técnico da FAMATO, representando o Presidente Normando Corral, pelo seu depoimento que deve ter sido muito bom para o Núcleo e, talvez, para outros não tão bom.

É importante, como eu falei, que haja opiniões divergentes para que possamos, realmente, ter a nossa conclusão positiva.

Quero anunciar a presença do nosso querido Senador da República José Medeiros.

Seja bem vindo! (PALMAS)

Vocês notem a importância desta Audiência Pública! Os três Senadores, a Bancada inteira está presente. Eu acho que em raríssimos eventos acontece isso como em Mato Grosso do Sul, também.

Então, realmente, dou parabéns a todo povo cuiabano, a todo povo mato-grossense, principalmente aos Senadores.

Neste momento, eu passo a presidência ao Senador Wellington Fagundes, porque vou atender a *TV Globo* em uma reportagem rápida.

(O SENADOR WELLINGTON FAGUNDES ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 11H10MIN.)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Bom dia a todos!

Eu quero registrar, Senador Pedro Chaves, também, o prestígio de Vossa Excelência!

Eu estudei em Campo Grande o meu 2º Grau, exatamente, na Escola Elite Mace, de propriedade do Senador Pedro Chaves, que depois investiu em uma universidade, uma das

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

maiores universidades do Brasil que, hoje, também é a chamada Kroton, que virou a maior do mundo. O Senador Pedro Chaves, além de ser um grande profissional na área da educação, também, é nosso companheiro. Eu que estou lá na condição de líder do Bloco Moderador, inclusive, quando chegou esse projeto que eu tinha que distribuir... Quem é que vai querer mexer com a caixa de abelha? Aí fui lá, falei com ele: “Isso aqui eu quero, é importante para os nossos dois Estados e está fazendo um grande trabalho o Senador ouvindo a todos”.

Fica à vontade, Senador!

Eu convido, para fazer uso da palavra, o Everton de Almeida Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento Sustentável – ABIDES.

O SR. EVERTON DE ALMEIDA CARVALHO – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar o Senador Wellington Fagundes; o Senador José Medeiros; o Deputado Dilmar; o Deputado Allan Kardec e o Senador Pedro Chaves, que se ausentou.

Realmente, eu concordo que é um belo trabalho, um trabalho superimportante, porque antes não existia Lei e agora temos a Lei. Isso faz uma diferença muito grande em termos de ordenamento, de quando ela for aprovada, concretizada, vamos ter isso.

Então vou fazer uma abordagem aqui um pouco mais sistêmica, porque, na realidade, estamos tratando de um sistema... O Pantanal não está isolado. Nós sempre falamos que o ecossistema do Pantanal é Mato Grosso, o ecossistema do cerrado, o ecossistema da Mata Amazônica. O Pantanal não está isolado.

Então...

Próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Everton...

O SR. EVERTON DE ALMEIDA CARVALHO – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Por favor, eu queria interrompê-lo, rapidamente, para convidar a nossa Magnífica Reitora Miriam, da Universidade Federal, para fazer parte da mesa conosco, dada à importância que representa, principalmente, a Universidade Federal de Mato Grosso.

Agora, desculpe-me um pouco, nós tivemos a pouco, também, com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso a criação da Universidade Federal de Rondonópolis, que é minha cidade.

Reitora, eu queria mais uma vez dizer e agradecer, porque não foi, na verdade, uma disputa, pelo contrário, desde os Reitores Paulo Speller, Maria Lúcia Cavalli e hoje a Reitora Miriam apoiaram esse trabalho e hoje temos criada mais uma Universidade Federal em Mato Grosso. Com isso, para o ano que vem, nós teremos a possibilidade de ter mais recursos para as duas Universidades Federais.

Então, na verdade, aqui é um desmembramento que, tenho certeza, será uma grande somatória para o Estado de Mato Grosso.

Por isso, eu agradeço muito o seu trabalho, de toda reitoria, por ter concluído esse tão sonhado projeto da Região Sudeste de Mato Grosso.

No futuro, eu já disse isso - Mato Grosso tem 900 mil quilômetros quadrado, 3,5 milhões de habitantes, com quatro regiões muito definidas, região do Araguaia, com a sede em Barra

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

do Garças, região do Nortão de Mato Grosso, com sede em Sinop - teremos mais duas universidades, sem dúvida nenhuma, porque Mato Grosso é o Estado que mais desenvolve no Brasil.

Então, esta discussão que estamos fazendo é fundamental, porque é uma região que atende Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, até a Bolívia, daí a necessidade de estarmos discutindo com todo apoio das universidades e dos centros de pesquisa.

O SR. EVERTON CARVALHO – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria, também, de cumprimentar a Reitora, até porque a ABIDS – Associação Brasileira de Integração de Desenvolvimento Sustentável, da qual sou Presidente - também sou pantaneiro, todos somos pantaneiros -, está abrigada, hoje, lá no NIEPE – Núcleo de Planejamento Energético da UFMT, que é o órgão principal de análise energética da Universidade e tem colaborado com o Governo do Estado, elaborou agora, recentemente, o Balanço Energético 2016, uma atualização de toda a questão energética de Mato Grosso, com base nos dados: saímos de 2009 e pulamos agora para 2014.

Então, essa é uma coisa superimportante quando estamos falando, exatamente, de sustentabilidade.

(EXIBIÇÃO DE *SLIDES*)

O SR. EVERTON CARVALHO – Essa localização é importante, colocar o Pantanal, a área alagada, e o entorno, que é a bacia do Alto Paraguai, o nosso foco, o nosso interesse.

Eu gostaria até de remeter àquilo que falou aqui o Deputado Professor Allan Kardec, mostrando essas várias fases da nossa história, que o rio, o Pantanal, os recursos hídricos sempre estiveram presentes desde a fundação de Cuiabá, com Antônio Pires de Campos chegando ao nosso São Gonçalo velho, hoje São Gonçalo Beira Rio. Chega aqui, por meio do Rio Cuiabá, vindo de São Paulo, de Sorocaba, de Bauru, trazendo batelões de dois metros de largura, de vinte, vinte e cinco metros de comprimento, trezentas, quatrocentas pessoas, mantimentos, etc., uma viagem, uma epopeia, sair de São Paulo e chegar a Mato Grosso, em sessenta dias de navegação, mostrando o valor da colonização, dessa história que passa pelo Pantanal.

Outro momento histórico, também, o Deputado mencionou, os índios Itaiçi, o marco de uma era econômica de Mato Grosso, onde a produção de açúcar nessas usinas não era só essa. Mas, Totó Paz foi um dos principais desenvolvimentista de Mato Grosso, mostrando que naquela época podíamos plantar cana. Hoje é polêmico plantar cana no Pantanal.

Existe uma discussão hoje em andamento que algumas pessoas defendem e outras dizem que é danosa, mas é exatamente a lei que vai regulamentar isso.

Agora, recentemente, o moderno é o *soft*, o baixo impacto ambiental. Nós sabemos que o turismo é uma indústria não poluidora, em termos, ela também tem seus impactos, mas é muito menos poluidora do que outras indústrias que utilizam insumos que podem impactar de uma forma mais grave o meio ambiente.

A minha premissa e o eu quero trazer de contribuição, porque muita coisa já foi dita, é que os ecossistemas não são isolados. Há interações tanto do ponto de vista de fenômenos naturais, como também as questões antrópicas do homem. Então, nós estamos com o avião em movimento, vamos ter que consertar esse avião em pleno voo, usando todas as tecnologias e todos os conhecimentos, a integração dos conhecimentos.

Por isso, eu falo uma conjunção de saberes, de acordo com Moran. Nós estamos falando de sistemas complexos dentro da teoria de Moran, onde temos que aplicar os conhecimentos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

múltiplos. Estamos falando de ecologia, considerada uma das ciências modernas, porque agrega uma quantidade maior de conhecimentos individuais para explicar os fenômenos.

Agora nós chegamos ao desenvolvimento sustentável com COP21, de Paris, consolidando agora um instrumento até mais poderoso do que ecologia nas suas três dimensões, a social, a econômica e a ambiental.

Então, isso é importante nós termos em mente quando vamos tratar dessa Lei e do que vai se desdobrar. E aqui eu dou um exemplo dos famosos rios voadores, que as pessoas acham que isso é coisa de ambientalistas. Não é. Rios voadores existem, sim. Inclusive, tem interações entre o Bioma Amazônico com todos os outros biomas, porque ele passa e causa chuva, recolhe a umidade, etc..

Alguma coisa do nosso problema real, porque não podemos ficar só no teórico, esse é um pré-estudo que fizemos no NIEPE e na ABIDES, mostrando o impacto do derramamento de esgoto não tratado no Rio Cuiabá, que foi falado aqui também.

Nós temos aí um lançamento de 85 mil e 700 metros cúbicos por dia de esgoto não tratado no Rio Cuiabá.

Olha a seriedade disso! Nós temos que nos preocupar em classificar qual é a dimensão desses impactos, proporcionalmente. O que é mais impactante? O que vamos poder resolver com tecnologias mais modernas?

Hoje nós temos tecnologia muito modernas em tratamento de esgoto que podem muito bem serem aplicadas em Cuiabá e temos hoje um custo, considerando a metodologia do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, total de quase 350 milhões por esse impacto. Esse número pode ser revisto, podem ser consideradas várias tecnologias. Nós usamos metas da sinergia e aplicamos isso dentro dessa metodologia do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Valor ambiental do ecoturismo. Essa fonte é uma fonte da EMBRAPA. Pesquisadores fizeram esses cálculos do custo ambiental, valor ambiental do Pantanal, essas composições, condições mais otimista, menos otimista, utilizando diversas tecnologias, chegamos a 8 mil, 120 dólares a 17 mil, 467 dólares.

Esse é um número porque estamos trazendo para a Faculdade de Economia da UFMT essa discussão sobre valoração dos serviços ambientais.

Por que isso? Porque sem esses parâmetros básicos de cada processo que ocorre dentro do ecossistema, ficamos achando coisas. “Ah, PCH é poluidora, tem problema e tal, vai causar...”

Pode ser que sim! Mas qual é dimensão disso? Quais são os parâmetros? Quais são os serviços ambientais que está em jogo nesse processo? Será que nós temos que banir as PCHs?

A China supre energia para 300 milhões de habitantes com PCH. (PALMAS)

É necessário ter esse equilíbrio, não que também vamos, de uma maneira indiscriminada, e foi muito bem colocado pelo diretor do Instituto Vida que temos que considerar a questão da bacia, e a Promotora também, vamos ver dentro da bacia, vamos aprofundar isso, ver as viabilidades e as inviabilidades.

Próximo, por favor!

Esse assunto já foi considerado, o desmatamento no entorno do Pantanal e toda essa morfologia, a geografia mostrando que é uma área que está sucinta a termos essas intervenções com o cuidado devido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

A questão energética, que é o balanço que eu coloquei aqui, temos que ver, por exemplo, que a energia que Mato Grosso consome, a energia que mais consumimos é o óleo diesel, que não é produzido aqui, mas que polui aqui por causa do transporte.

O transporte está ligado à questão da hidrovia, que é um assunto que foi debatido aqui, mas que tem que ser visto dentro de uma sistemática maior.

Não dá para ver a hidrovia somente como uma questão do Pantanal, é uma questão que envolve toda essa dinâmica do desenvolvimento do Centro Sul Americano, com a Bolívia e todas as implicações que isso tem, porque nós estamos avançando, nós estamos tendo mais pressão demográfica, mais pressão econômica.

Mato Grosso, hoje, produz $\frac{1}{4}$ de todos os grãos produzidos no Brasil.

Ora, esse é um dado fundamental para mostrar que não podemos ficar parados e esperar termos que consertar avião e voo.

A questão do gás natural, que eu coloco aqui porque estou tratando basicamente dessa questão energética, é outra questão séria.

Nós construímos um gasoduto de 600 quilômetros e esse gasoduto está parado! Acabou de ser encerrada a atividade da UTE Mário Covas por falta de acordo com a PETROBRAS, etc., etc., etc., mas são 400 mil KVA. Isso é duas vezes Manso! Então, temos que discutir esse assunto, terá a renovação do contrato da PETROBRAS com a GASBOL e temos que inserir essa questão do gasoduto lateral.

Para finalizar, destaquei os pontos, os artigos da lei que tratam da questão do Zoneamento Ecológico Econômico de Mato Grosso.

Tem toda razão quem levantou essa questão, porque ela está nas diretrizes, está nos papéis de responsabilidade do poder público. Então, tudo irá depender desse zoneamento, praticamente, a parte mais substancial da lei está obviamente vinculada à definição desse zoneamento.

Consultando o Governo do Estado, podemos verificar que a Comissão de Zoneamento que foi criada no dia 31 de março de 2016, nesse momento o documento básico, que é o estudo, o zoneamento propriamente dito, está sob consulta dos membros até final de maio.

Olhem bem o processo como é. No final de maio vamos ter um documento consolidado onde todos os atores - e uma comissão bastante ampla e acho que ela tem competência para fazer isso -, uma nova reunião em 06 de junho irá bater o martelo nessa versão, uma consulta pública em 60 dias e entregará para a Assembleia Legislativa em novembro de 2018, para começar o processo de discussão dentro da Assembleia Legislativa.

Só lembrando que a última lei foi praticamente revogada pelo Ministério Público em 2012. Então, estamos num vazio.

Tem razão quando falou um representante, nós vivemos num vazio, as coisas mais importantes que serão feitas em relação a essa lei depende dessa aprovação.

Eu, obviamente, estou colocando a ABIDES à disposição do Senador e da Comissão para ajudar e viabilizar, inclusive, conclamado ao Deputado Professor Allan Kardec, aos Deputados que estão presentes, para conduzir esse assunto e podermos dar o devido encaminhamento ao zoneamento econômico de Mato Grosso.

Muito obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Agradeço o Professor Paulo Teixeira.

Quero também convidar a nossa Reitora Professor Myrian Thereza de Moura Serra para que possa fazer aqui também algumas considerações.

Cumprimento o Luizão e o Raul Pinto em nome de toda nossa cidade de Rondonópolis, que aqui estão presente, depois eu vou falar um pouquinho.

Com a palavra a Professora Myrian Thereza.

A SRª MYRIAN THEREZA DE MOURA SERRA – Bom dia!

Em nome do Senador Pedro Chaves eu cumprimento a toda autoridades aqui presente.

É muito importante estarmos celebrando aqui, com quatro Senadores, representação de nossa Bancada Estadual, representação de setor produtivo, ambientalista, de produtores rurais, de sindicatos, enfim.

É um momento muito importante, muitos professores e estudantes da Universidade Federal aqui presentes, e pantaneiros.

Quero dizer que de certa maneira, inclusive afetiva, estou vinculada a essa possibilidade de termos o Pantanal preservado, um sistema de gestão com qualidade, mesmo sendo cuiabana de coração, sou corumbaense de nascimento, também pantaneira.

Estou na Universidade Federal de Mato Grosso com muitos desafios.

Recentemente entregamos para o Estado de Mato Grosso, para 109 prefeitos, um plano municipal de saneamento básico. Ao realizar esse diagnóstico e esse estudo já verificamos de imediato uma nova demanda que tem uma relação direta com quase tudo que está se dizendo aqui, que é agora o novo passo, um estudo, um diagnóstico para entregar aos municípios do Estado de Mato Grosso, ao Governo do Estado de Mato Grosso, um diagnóstico acerca das bacias hidrográficas.

Vejo que não terá muito efeito pensarmos no Pantanal não só do planalto, da planície, mas também pensamos em todo conjunto das bacias hidrográficas que alimentam o Pantanal. Isso está relacionado não apenas ao Estado de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, mas temos várias regiões do país, inclusive relacionado a outros países, como foi falado aqui da Bolívia, mas também relacionado ao Paraguai e outras confluências.

Então, penso que esse momento é importante para discutir também esse Projeto de Lei para a gestão do Pantanal, mas ele traz para o Estado de Mato Grosso, traz para esta Casa a responsabilidade também de discutir a questão da utilização do solo, a questão da legislação específica da pesca, em conjunto com Mato Grosso do Sul.

Penso que esse momento suscita para nós aqui uma discussão importante do Projeto de Lei, mas também abre outras possibilidades para que possamos discutir outras questões ambientais, as PCHs, a questão do solo, enfim, a questão do pantaneiro, a questão social, para que possamos discutir tudo isso, porque todo esse conjunto não está dissociado, não está separado da questão do bioma do Pantanal.

Estou aqui muito feliz em ver que estamos conseguindo fazer uma Audiência com todos os setores praticamente presentes neste espaço.

E nós também, da Universidade, estamos aqui para ouvir essas demandas, ouvir aqui os pantaneiros que residem no local, quais são as suas demandas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Infelizmente eu também não poderei ficar presente todo o momento, nós temos aqui professores da Universidade que vão acompanhar. Também viajo agora, após o almoço, para Brasília, para o encontro de Reitores das Universidades Federais. Mas, agradeço muito a presença de todos vocês, agradeço o convite, e quero dizer que a Universidade Federal de Mato Grosso está sempre aberta à sociedade com aquilo que nós podemos contribuir: com a produção do nosso conhecimento.

Muito bom dia, muito obrigada a todos.

Espero que nós tenhamos aqui encaminhamentos relacionados a esse Projeto de Lei, mas também a esta Casa, e ao Estado de Mato Grosso. Bom dia!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Eu quero agradecer aqui muito a Magnífica Reitora Myrian Thereza De Moura Serra, Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso, pelo seu depoimento, foi muito importante.

Agora passo a palavra ao nosso querido amigo, Senador José Medeiros, em nome da República, para fazer o uso da palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS – Meu bom dia a todos.

Cumprimento o dispositivo, em nome do Senador Pedro Chaves; em nome do Senador Wellington Fagundes, cumprimento a todos que estão aqui, os Vereadores, Secretários.

E parabêniso, na verdade, a plateia, porque nós estamos tratando de um assunto muito importante para os dois Estados e eu estou vendo que está lotado aqui, lotado o outro Plenário. E essas coisas nem sempre acontecem na nossa República, aqui em Mato Grosso, muitas vezes estamos tratando de temas muitos importantes e as pessoas acabam não acompanhando.

E esse tema, eu fiquei muito contente de ver aqui, está todo mundo participando, interessado, e mais, geralmente eu meço a importância do tema, Senador Pedro Chaves, pela quantidade de gente que está no *WhatsApp*. Aqui deve ter 5% no *WhatsApp*, os outros todos estão prestando atenção muito forte nos assuntos; para ver o quanto isso tem impacto na vida do mato-grossense, na nossa vida e é muito importante fazermos ponto e contraponto, mas, acima de tudo, é importante termos uma preocupação com o nosso desenvolvimento, com a proteção do Pantanal, mas sem fundamentalismos e parte a parte. Porque o que importa para nós, que eu creio que todos queremos, é continuarmos nos desenvolvendo e continuarmos tendo o nosso bioma, o nosso Pantanal.

Agora, eu vejo que foi colocado pelo professor um dado muito preocupante. Eu sempre falo sobre esse tema, mas eu não tinha visto configurado em termos econômicos, em termos de impacto a questão dos esgotos in natura dentro dos rios. Eu vejo às vezes alguns órgãos ambientais muito parecidos com aquela parte bíblica que diz: o sujeito filtra um alfinete, mas deixa passar um elefante, não é? Lógico que a Bíblia não diz assim, mas, grosso modo, é bem assim. Você se preocupa, às vezes, com miligramas e uma coisa do tamanho dessa... Temos, por exemplo, cinquenta e oito municípios que derramam esgoto totalmente sem tratamento dentro do Pantanal. Como podemos conceber? Às vezes, estamos preocupados com uma coisa ou outra e essa coisa todos os dias?

Eu, por exemplo, cito aqui uma das preocupações da Bancada, inclusive tivemos uma reunião na casa do Senador Wellington Fagundes, em Brasília, no apartamento dele, em que falávamos da preocupação com o sistema de tratamento de esgoto de Cáceres. Você chega a Cáceres

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

e olha aquelas manilhas, aquilo lá não é água tratada, não... Está caindo direto, na veia do Pantanal aquilo ali... É nesse momento que começamos a discutir, Senador Pedro Chaves, os dois Estados tratando desse tema. Eu fico muito contente que esteja na sua mão, na mão do Senador Cidinho esse tema, porque eu sei que terá honestidade de propósito, honestidade intelectual para ouvir a todos e podemos sair daqui, não com uma legislação draconiana, que tenha a soberba de resolver problema graves com uma canetada, mas, acima de tudo, procurando achar caminhos.

Eu digo isso, porque quando eu estava vindo para cá, recebi um *WhatsApp* de um amigo falando: “Pelo amor de Deus, observe isso aí.”, quer dizer, ele não sabe bem o que será tratado, mas ele já está com medo, porque ele é pecuarista no Pantanal, ele já está com medo assim: alguma coisa vai vir para arrebentar conosco, e lógico que nós não podemos, o Estado não pode ser temido, o Estado tem que ser respeitado, tem que criar suas argumentações, nós não podemos tolher o desenvolvimento do Estado.

E o Deputado Allan Kardec me lembrava de uma coisa ali interessante, falando justamente da historicidade disso, provavelmente ele colocou aqui que nós já cultivamos cana no Bioma do Pantanal e de repente se fala: “Nossa!”.

Esses dias mesmo, nós tivemos uma discussão sobre plantação de cana, por exemplo, em áreas antropizadas da Amazônia Legal. Isso quase... Eu achei que teria uma catástrofe mundial em cima dessa coisa. Nós temos que observar que, às vezes, nós ficamos discutindo o Estado como se fosse só ali no mapa, mas, vai andar Mato Grosso, vai andar Amazonas e o Brasil.

Só aqui, eu sempre digo, só aqui em Mato Grosso, cabem dez países do tamanho de Portugal, aqui cabem sete “Inglaterra”, quase duas “Franças”. Então, quando nós falamos em áreas antropizadas, às vezes, a área está milhares de quilômetros do núcleo, lá de onde a pessoa pensa Amazônia. E quando fala Amazônia a pessoa já pensa: “Nossa! Vão devastar a floresta, tocar cana, meter fogo.”. E não é isso. Por isso, a importância dessas discussões, para nós não diminuirmos o problema, diminuir o problema não, não diminuir a discussão, como o professor disse aqui, fazer uma coisa muito afunilada, por exemplo, eu vejo que muita gente se escandaliza em determinado momento, todos que estão aqui sabem disso.

Já houve momentos em que o Ministério Público tolheu a possibilidade de você fazer o uso da, da... Como dizia o nosso saudoso Amador Tut, o uso das rodovias líquidas, o uso da hidrovia. Mas, é bem sabido, evoltando à historicidade do Deputado Professor Allan Kardec, novamente, que em determinado momento, determinado momento não, nós fomos colonizados aqui, nós entramos aqui pelas hidrovias.

Eu discuti há poucos dias com o Embaixador da Argentina, ele falou que o que o Brasil e a Argentina precisam fazer urgentemente é reativar economicamente essa hidrovia entre esses dois Países. É um canal que está aberto para nós, e nós temos hoje aqui, Senador Pedro Chaves, uma carga de milho que é produzida em Sorriso, por exemplo, e chega a Santa Catarina o dobro, é uma carreta para plantar o seja o que você colheu e a outra você paga de frete. E nós competimos no mercado internacional, por exemplo, com os Estados Unidos, vou citar aqui, que tem três sistemas, três modais de transportes extremamente estruturados entre si, que é o hidroviário, rodoviário e ferroviário, e que competem entre si. Então, o nosso produto, em que pese a nossa competitividade maior ou a nossa produtividade maior, chega com o dobro do preço nos mercados internacionais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Essa preocupação, eu acho que a grande pergunta e o desafio de todos aqui temos é como continuarmos desenvolvendo e protegendo o que nós temos; mas, acima de tudo também nessa discussão, sem tomarmos prejuízos por medo do que não vimos. Porque, geralmente, tem muito medo da mudança e qualquer coisa já falam: “Vai acabar com o Pantanal”.

Então, é preciso discutirmos. Inclusive, teve alguém aqui que disse que – olha, eu não sou entendedor do assunto – “até o fogo é importante para...”. Quer dizer, precisamos discutir isso mesmo, eu não entendo, mas eu achava que o fogo era o fim da picada. Poxa! Vai tocar fogo no Pantanal! Agora, nós vamos conversando, pegando subsídios e, de repente, melhorando a nossa legislação, porque tudo que nós precisamos é melhorar a legislação.

Aliás, eu lembro que, certa feita, alguém fez uma pergunta ao Senador Wellington Fagundes: “Quais os projetos que ele já tinha para apresentar lá no Senado quando lá chegasse”. Ele sempre foi Deputado. Ele falou: “Bom, eu tenho uma meta, se possível, que é enxugar”. Há projeto demais, e às vezes há legislação demais que até atrapalha, e legislações que não são boas.

Eu parabenizo a Comissão do Meio Ambiente, sou membro também da Comissão de Meio Ambiente, eu penso que essa discussão é muito rica e parabenizar o Estado de Mato Grosso do Sul pelo Senador que tem. Aliás, gente, eu vou contar um negócio aqui para vocês: eles fazem *bullying* lá conosco, viu? Esses dias me disseram que nós somos distrito de lá. Aí eu falei... Aí eu devolvi, eu devolvi, eu falei: olha, na verdade, aqui já existia e criou depois, então... Mas, na verdade, são dois Estados irmãos, e há essa briga.

Toda vez que a Rede Globo erra e fala no *Jornal Nacional* alguma coisa que aconteceu no Estado de Mato Grosso do Sul e fala Mato Grosso, eu sou casado com uma campo-grandense, ela grita lá da cozinha: “Do Sul!” Então, eles têm isso, tem que falar Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, mas são dois Estados irmãos.

Eu quero agradecer, vou pedir licença para sair, Presidente Senador Pedro Chaves, que eu tenho que pegar um voo agora, tenho que pegar um voo mesmo, não é aquele do Marco Aurélio não, realmente tenho que pegar; agradecer a presença dos Vereadores em nome do Vereador Wellaton; e dar um abraço nos rondonopolitanos, que eu estou vendo ali o nosso querido Luiz Carvalho Homem Filho e o nosso Raul Pinto.

Só para contar, veja como são as coisas, eu lembro que na época em que se estava decidindo em Rondonópolis quem seria candidato a Deputado Federal, Senador Pedro Chaves, tinha Raul Pinto, Clóvis Roberto Basarolhe e o Senador Wellington Fagundes, a cidade dormiu com expectativa de quem vai ser, amanhã, o candidato? E ficou o Senador Wellington Fagundes e fez essa brilhante carreira.

Mas quero deixar aqui a minha homenagem ao nosso Engenheiro Raul Pinto e também congratular com a nossa Reitora que passou por um problema de saúde muito grave e que falou hoje brilhantemente.

No mais, um abraço a todos! Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Eu quero agradecer muito ao nosso Senador José Medeiros, um dos mais atuantes do Congresso Nacional, principalmente, do Senado. São muito oportunas suas colocações. Muito obrigado!

Convido para fazer uso da fala o Sr. José de Assis Guaresqui, Superintendente do Ministério da Agricultura, MAPA.

O SR. JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI – Bom dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Quero, de forma especial, cumprimentar o Senador Pedro Chaves, que tão bem está coordenando esta Audiência Pública; os Senadores Wellington Fagundes, José Medeiros e Cidinho Santos, que já saiu, e o nosso Deputado Professor Allan Kardec, em nome dos quais, eu cumprimento todo o dispositivo de autoridades.

Bom dia, senhores e senhoras, produtores, profissionais que estão discutindo esse tema.

Ao longo das palestras, me senti esgotado nas demandas e nos questionamentos que iria fazer, porque as correntes já foram estabelecidas, principalmente, pela nossa Promotora que representa o Ministério Público e o Município de Cáceres, o qual eu tenho a honra ter escolhido para morar nos últimos 35 anos, eu, como capixaba, me estabeleci em Cáceres. Eu tive a honra de ter sido Vice-Prefeito daquela cidade e vê tantos cacerenses aqui hoje honrando essa Audiência Pública e trazendo a sua contribuição seja de forma direta ou de forma indireta... Então, penso que essas correntes já foram estabelecidas.

Mas o tema Pantanal é estimulante por natureza. Não só pela biodiversidade que apresenta, pela possibilidade econômica, turística, social, logística, por meio dos seus rios. Portanto, quem vive, quem conhece, quem tem a curiosidade de estudar sobre o Pantanal sabe a importância que representa para a sociedade brasileira, para a sociedade mundial.

Qualquer que seja a nossa vontade ou a nossa interferência, nós vamos contribuir de uma maneira positiva ou negativa, dependendo da corrente que aborda o Pantanal.

Eu fiquei pensando qual é a minha contribuição depois de tantas informações que já foram demonstrados? Eu acho que, economizando do meu tempo, deixarei para a plateia, que eu vejo com representações das mais importantes do nosso Estado e do Mato Grosso do Sul. Aí eu vou citar algumas pessoas que, profissionais ou não, vivem dentro do Pantanal e poderão contribuir, como todos os que estão aqui, como o nosso representante lá de Cáceres, Dr. José Dalbem, que é um produtor do Pantanal, conhece, faz as suas interferências econômicas, mas com grau de responsabilidade que tem por conhecimento e por dedicação.

Vejo o Francisco Idelfonso, profissional, engenheiro agrônomo, pesquisador, que é pantaneiro, viveu no Pantanal, foi meu colega de faculdade, voltou e, há 35 anos, faz pesquisa e desenvolvimento no setor do Pantanal, assim como o Paulo Moura. Enfim, não vou ficar citando, porque todos têm um grau de importância e poderão fazer uma contribuição talvez um pouco maior do que eu.

Por isso eu quero dizer, no linguajar futebolístico dissemos, quando o time se acovarda, que “o medo de perder tira a coragem e a vontade de ganhar”. E no Pantanal não é diferente, o produtor, às vezes, com medo de agredir o meio ambiente, de sofrer qualquer penalidade por isso, às vezes, deixa de fazer uma atividade econômica rentável e que traga para a sua família, traga para o meio ambiente, inclusive, benefícios que podem contribuir para a preservação desse bioma tão importante.

Eu quero colocar que, às vezes, atribuímos um crime tão grande a um produtor que combate a sua erva daninha na pastagem para poder produzir; a um pescador que, às vezes, corta um pequeno arbusto para fazer um anzol de galho, e nós falamos que ele está prejudicando, trazendo grande prejuízo para o meio ambiente pantaneiro.

Copiando um pouco, mas já estava escrito aqui, o que o Senador José Medeiros disse: enquanto nós atribuímos esses crimes... E o Pantanal vem há 300 anos sofrendo essas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

influências, principalmente nós do setor público nos esquecemos de que nós contribuímos, todos nós, para o prejuízo ambiental quando não controlamos os nossos efluentes, os nossos esgotos que são jogados a céu aberto. Como ex-Vice-Prefeito de uma das maiores cidades de influência do Pantanal, me penitencio por isso.

Então, eu acho que precisamos tratar o Pantanal não só do ponto de vista da intervenção do pescador, do produtor, do profissional, mas principalmente de todos nós que contribuímos diuturnamente para o prejuízo pantaneiro. Eu acho que essa é a situação que precisamos acordar, porque para isso o setor público e todos nós precisamos contribuir. Essa, sim, é a nossa obrigação.

Para terminar, eu quero dizer que o que falta no Pantanal para que possamos usufruir dos seus benefícios e preservá-lo é o regramento. É o regramento que permite no dia a dia sabermos o que é possível fazer para o seu benefício, e aí eu tenho que parabenizar o nosso Senador Blairo Maggi, atualmente nosso Ministro, a quem me orgulha muito estar aqui, em nome do Ministério, representando.

Quero dizer que esse regramento é o que está sendo proposto e temos a grande oportunidade de fazer um regramento perfeito sem querer pender por correntes que defendam o Pantanal sem integridade, sem interferência, ou aqueles que querem deliberadamente fazer uma interferência que venha a trazer prejuízo, seja ela na logística, seja ela na produção, ou excessivamente na produção.

Então, parabeno o nosso Ministro Senador Blairo Maggi por essa iniciativa desse regramento e tenho certeza de que todos nós teremos o juízo suficiente para fazer desse regramento a nossa cartilha de preservação do Pantanal.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) - Eu gostaria de agradecer o Sr. José Guaresqui, Superintendente do Ministério da Agricultura - MAPA, por suas palavras.

Antes de anunciar o próximo, eu gostaria de registrar a presença da Dr^a Rosângela Maria Rocha Gimenez, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, seja bem-vinda, obrigado pela sua presença.

O próximo convidado é o Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, muito prazer.

O SR. NEURILAN FRAGA - Bom dia a todos!

Quero cumprimentar a mesa em nome dos nossos Senadores Pedro Chaves e Wellington Fagundes; também do Deputado Professor Allan Kardec, neste ato, representando toda a Assembleia Legislativa; os senhores; as senhoras; a imprensa que está dando cobertura para este evento.

Quero falar, Senador Pedro Chaves, da minha alegria e da minha satisfação em estar aqui representando os 141 municípios do Estado de Mato Grosso para tratar de um tema de extraordinária importância, relevância, haja vista que o Pantanal é a maior planície alagada do mundo, é onde nós moramos, exercemos as nossas atividades e executamos os nossos projetos.

Pelo que foi dito por todos que já falaram, já usaram esta tribuna, percebemos que há uma integração de ideias de que é preciso conservar o bioma Pantanal, contudo respeitando as atividades econômicas que há dezenas de anos vêm sendo executadas pelo homem pantaneiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Porém, eu gostaria de fazer algumas perguntas e ao mesmo tempo alguns questionamentos, porque o Pantanal, da mesma forma que o bioma amazônico, é de extrema importância e de interesse da comunidade mundial. Ele não é só importante para nós pantaneiros, mas é importante para o Brasil e importante para o mundo no que diz respeito a questões climáticas e ambientais.

E o pantaneiro não pode pagar essa conta sozinho, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não podem pagar isso sozinhos. O Pantanal é importante para o mundo, e precisamos ter uma compensação pelos resultados que o bioma pantaneiro, o bioma Pantanal produz para a humanidade. Então, essa conta tem que ser dividida com todos os cidadãos do Brasil e do mundo.

Outro ponto que quero colocar é que - quando se fala e foi colocado pela promotora com muito propriedade - nós temos que tratar a bacia como um todo, mas é preciso levar em consideração que o projeto que está sendo discutido é uma lei que vai dar segurança jurídica, porém temos que ter outras ferramentas para poder continuar promovendo o desenvolvimento da região. E é preciso, Senador Wellington Fagundes - Vossa Excelência que está com um projeto de futuro -, criarmos um programa de desenvolvimento sustentável das atividades econômicas sociais do Pantanal, incluindo Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Porque são duas situações diferentes dentro desse bioma: as planícies e os planaltos.

O planalto, eu como sou da região onde nasce o Rio Paraguai, que é da cabeceira do Rio Paraguai, umas das regiões mais pobres do Estado de Mato Grosso, um dos menores IDHs do Estado Mato Grosso, comparado inclusive com o Rio Grande do Norte, que é um dos menores do Brasil.

Nós não podemos deixar de considerar que essa região precisa ser desenvolvida, e o planalto é muito diferente da planície.

O tratamento das planícies tem que ser um, que são áreas inundadas, enquanto o planalto não tem áreas praticamente inundadas. Precisamos ter todo um cuidado diferenciado, não adianta preservarmos, ter a preocupação de preservar o Pantanal, e ao mesmo tempo deixar de se preocupar com as pessoas que moram no Pantanal.

Nas planícies já tem, como foi colocado pelo pessoal de Mato Grosso do Sul, já tem uma vocação econômica bem consolidada, bem desenvolvida, mas no planalto não, principalmente na nascente do Rio Paraguai, nós não temos essa vocação econômica consolidada ou bem identificada. Até porque começou o garimpo, e como foi colocado pela promotora, esse garimpo exauriu e hoje nós temos um dos menores IDHs do Estado e uma população que não tem emprego, que não tem trabalho, e que não tem condições de ter um modo, uma qualidade de vida da forma que deveria ter.

Além do zoneamento agroecológico que tem de ser consolidado, também temos que criar um programa de sustentabilidade econômica, social, principalmente para a região do planalto onde nascem os principais rios salvadores dessa planície maravilhosa e de tão importância para o mundo, e especificamente para o Brasil.

Quero parabenizar, mais uma vez, a iniciativa e dizer que nós estamos muito satisfeitos em discutir esse Projeto, em criar uma lei que dê segurança jurídica e que todas as divergências ou mesmo convergências sejam consideradas na elaboração final desta lei.

Obrigado a todos! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) - Agradeço o Sr. Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, pela sua efetiva contribuição.

Com prazer, agora, chamo para usar da palavra o nosso querido Senador Wellington Fagundes, Senador da República por Mato Grosso do Sul, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e Líder da Bancada Moderadora do Senado.

(PARTICIPANTES CAUSAM BURBURINHO – INAUDÍVEL.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - Não tem problema nenhum!

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) - Desculpa!

É por Mato Grosso, gente! (RISOS)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - Ainda continuo tendo uma boa influência em Mato Grosso do Sul, principalmente com os companheiros.

Eu quero, Senador Pedro Chaves, cumprimentá-lo em nome do Senador Cidinho, do Senador José Medeiros e do Senador Blairo Maggi, que foi inclusive autor da proposição.

Eu vou iniciar cumprimentando o meu companheiro de escola, de faculdade, o Nilson de Barros, que já está com o cabelo todo branco, mas é jovem, ainda, também. (RISOS) Fizemos a faculdade juntos.

Em seu nome, Nilson, eu quero cumprimentar todos os companheiros de Mato Grosso do Sul que estão aqui, que vieram prestigiar este evento; cumprimentar o Deputado Estadual Professor Allan Kardec, o Deputado Mauro Savi, que esteve aqui, e o Deputado Dilmar Dal Bosco, enfim, cumprimentar toda a Assembleia Legislativa.

Mais uma vez, quero agradecer a Assembleia Legislativa pela parceria que tem feito conosco da Bancada Federal. Muitas audiências nós já fizemos aqui sobre os assuntos mais variados possíveis. A última Audiência Pública nós fizemos em Rondonópolis, como eu disse, na minha cidade, e a Assembleia Legislativa levou toda estrutura para que pudéssemos tratar da implantação da Universidade Federal de Rondonópolis, em parceria com a *TV Senado*, com a *TV Assembleia*, ou seja, com todos os meios de comunicação tanto do Senado como da Assembleia Legislativa. E foi extremamente relevante visto que, eu que sou nascido em Rondonópolis, creio que a criação da Universidade Federal de Rondonópolis é um marco divisor na nossa história, até porque, Rondonópolis não tem a marca do Pantanal, mas está tão perto do Pantanal quanto Cuiabá. Temos Itiquira como uma das regiões mais preservadas do Pantanal, mas ao adentrarmos o Estado de Mato Grosso vemos que... Ainda, não houve nenhuma iniciativa de mostrar que ao adentrarmos em Mato Grosso, também, estamos adentrando o Pantanal. Não tem uma placa que sinaliza isso! Eu sempre fiz essa crítica! Acho que precisamos divulgar mais esse grande potencial que Mato Grosso tem. O Estado de Mato Grosso do Sul, talvez, já esteja mais avançado, inclusive, nos estudos, enfim, na própria exploração.

Até quando tratamos da criação dessa Universidade em Rondonópolis discutimos, também, que o nome fosse Universidade do Pantanal. Mato Grosso do Sul, também, já discuti transformar o Estado de Mato Grosso do Sul no Estado do Pantanal. Eu entendo que esse nome Pantanal é uma grife. De qualquer forma, é um trabalho que podem fazer os dois estados não só no gerenciamento como na promoção do que representa essa grande planície inundada que é um patrimônio da humanidade.

Eu quero cumprimentar, em nome da Universidade, também, o Professor Paulo Teixeira, que é do Centro de Pesquisas do Pantanal; o André Luiz Torres, da SEMA, em nome de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

toda Secretaria; e o Sr. Neurilan Fraga, que acabou de falar, que é o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, que, também, tem um papel relevante nesse trabalho a ser desenvolvido na questão do que é e do que se pode fazer em relação à preservação do Pantanal.

Em nome do Guaresqui, quero cumprimentar toda a mesa, todas as pessoas que aqui estão.

Quero dizer que estamos tratando aqui de um tema que, pessoalmente, considero fundamental, importante não só para Mato Grosso, mas para a vida do Planeta, que é o desenvolvimento econômico, aliado à preservação ambiental em um dos biomas mais sensíveis do ponto de vista da biodiversidade que é o nosso Pantanal. Tanto que esse bioma é reconhecido pela Organização das Nações Unidas como patrimônio natural da humanidade e reserva da biosfera.

São 200 mil quilômetros quadrados que ocupam os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte da Bolívia e do Paraguai. Nessa planície convivem 650 espécies de aves, 260 de peixes e 80 de mamíferos como a onça pintada que é o maior felino das Américas. Sem falar no homem pantaneiro que convive em harmonia com animais e plantas, respeitando o ciclo das águas que rege a vida do Pantanal.

Hoje, 95% das áreas do Pantanal estão ocupadas por propriedades privadas e, ainda assim, mantém 85% da vegetação nativa preservada. O que não significa que seja dispensável a definição de um marco regulatório para a proteção e exploração desse bioma. Quero repetir: isso não significa que seja dispensável a definição de um marco regulatório para a proteção e exploração desse bioma.

Desta forma, o Projeto de Lei do Senado, que está em apreciação e é tema desta Audiência Pública, deve definir as formas de preservação do meio ambiente e a correta exploração dos recursos pantaneiros. Nesse aspecto, nada melhor que ouvir o homem do campo, aquele que está lá, aquele que conhece o dia a dia.

Por isso, quero dizer que refuto como fundamental, Senador Pedro Chaves, ouvirmos as comunidades envolvidas, que sabem melhor do que ninguém, claro, o que deve ser feito, quando dever ser feito e como deve ser feito. É por isso que estamos aqui!

Acredito que em grande parte os problemas, hoje, registrados no Pantanal não nascem no Pantanal, mas em regiões próximas. O que faz mal para o Pantanal é o que está fora do Pantanal como as cidades que não tratam adequadamente os resíduos sólidos e o esgoto. Soma-se a isso a falta de proteção das nossas nascentes. Um dos casos mais graves está na nascente do Rio Paraguai, em Alto Paraguai, a 250 quilômetros daqui. Como todos nós sabemos o Rio Paraguai está entre os principais formadores do Pantanal.

Quero aqui - falei há pouco na imprensa -, praticamente, fazer uma denúncia pública, porque tudo o que estamos fazendo e falando aqui estará nos Anais da Comissão.

Há uns 08, 10 anos conseguimos recurso para fazer uma obra que eu entendia ser uma das mais importantes já executadas na Capital. Na época, o Roberto França era Prefeito. Trata-se da elevatória do Mané Pinto e da Prainha. Foram investidos, aproximadamente, 8 milhões de dólares naquela obra. Então, a Prainha recebe água do Mané Pinto; depois, toda da Prainha e tinha uma elevatória que mandava para a central de tratamento. Só essa obra representa tirar mais de 30% de contaminação do Rio Cuiabá, conseqüentemente, do Pantanal.

Essa obra funcionou por uns 3, 4 anos. Um dia passei por lá e vi tudo depredado, tudo abandonado. O que aconteceu? Resolveram por decisão da Administração Municipal, à época,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

não do Roberto França, depois... Ele construiu a obra. Resolveram desativar a obra, porque isso representava economia de energia.

Eu gostaria de convidar a todos para que fossem lá conhecer aquilo que eu diria que é a maior agressão ao nosso Pantanal e desrespeito com o recurso público. Por quê? Foi investido recurso público a fundo perdido e para economizar energia está indo o esgoto a céu aberto, o que representa, como eu disse, mais de 40% da contaminação do Pantanal. (PALMAS)

O que dizer então do lixo que vai parar nesses cursos d'água e o esgoto jogando *in natura*?

Como membro da Comissão de Meio Ambiente apresentei emendas que permitirão acessar recursos em várias fontes e programas do Ministério do Meio Ambiente destinados à região do Pantanal.

Sugeri a destinação de 250 milhões para investimentos em saneamento básico nos municípios que estão no entorno do Pantanal. Além disso, a Comissão de Meio Ambiente também aprovou a inclusão de 100 milhões de reais para o apoio à implementação da política nacional de recursos hídricos; 200 milhões para a gestão do uso sustentável da biodiversidade e mais 100 milhões para ampliação e consolidação do sistema nacional de unidade de conservação.

O Senador Pedro Chaves tem trabalho muito, inclusive há um compromisso do Presidente da criação do fundo para o desenvolvimento do Pantanal. Agora o problema é o seguinte: no Brasil criam-se os fundos, mas o fundo depois o Governo absorve todos esses recurso para o tal do colchão, nome que inventaram que é para fazer o colchão da estabilidade.

Então, infelizmente, mesmo tendo todo o esforço do Congresso Nacional de alocar os recursos, às vezes, esses recursos são contingenciados e não chegam à ponta e, infelizmente, é aquilo que é o resultado do nosso trabalho que acaba não acontecendo.

Aliás, apenas 4,4 do Pantanal encontram-se protegidos por unidades de conservação. O que dizer então das PCHs?

Vi aqui, recentemente, notícia que o Ministério Público estadual emitiu recomendações para que não sejam emitidas licenças e autorizações para instalação da Hidrovia Paraguai/Paraná de pequenas centrais elétricas. Hoje 45% dessas PCHs estão em funcionamento e outras 114 estão em processo de análise.

Eu quero lembrar aqui, também, de outra obra extremamente importante... Por isso, eu digo que a rigidez da lei tem que vir de acordo com o bom senso. Nós temos que promover o desenvolvimento, sócio, econômico, ambiental, mas, claro, com respeito à legislação ambiental, sem dúvida nenhuma.

Eu me lembro bem, como Deputado ainda, que tivemos uma grande enchente no Bairro Grande Terceiro, onde é a UNIC, aquela parte toda ali, e praticamente dizimou toda aquela região. Um engenheiro daqui tinha construído o projeto da Usina de Manso. A Usina de Manso começou a ser construída e ficou paralisada quase vinte anos, quinze anos. Não, Paulo Moura? Eu me lembro de Dante de Oliveira, à época, como Governador, me procurou, eu era coordenador da Bancada, para que pudéssemos arrumar um recurso e reativar a Usina de Manso, e conseguimos. Foi concluída a Usina de Manso.

Para aqueles que, às vezes, estão nos assistindo ou que não conhecem a Usina de Manso veio resolver alguns problemas da cidade: resolveu o problema das inundações; resolveu o problema de manter o fio da água para que na seca também não tivesse um problema ambiental

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

muito grande; trouxe uma solução para geração de energia, porque quando ela entrou em geração foi exatamente na época do apagão; ela, hoje, é uma das maiores promotoras do turismo do nosso Estado; temos hoje a piscicultura lá que pode ampliar muito mais. O mais importante: Mato Grosso, Cuiabá é uma das únicas capitais do Brasil onde teremos reservatório de água para mais cem a duzentos anos.

Então, eu acho que isso é bom senso. Se é uma obra que vem para atender a preservação, porque isso é preservação ambiental, claro, teve o impacto de uma inundação que foi feita, mas, com certeza, o resultado disso para a nossa população é muito melhor. Eu creio que nem tanto ao céu, nem tanto ao mar, desde que seja feito com bom senso.

Por isso, Senador Pedro Chaves, eu creio que esta Audiência Pública é fundamental e Vossa Excelência tem feito isso, algumas Audiências Públicas já foram feitas em Brasília, exatamente, para que possamos normatizar, porque se você não tem uma garantia jurídica, você não vai ter segurança jurídica. Se não tem segurança jurídica, a possibilidade, então, de ter a depredação ou outra situação é muito maior.

Eu quero, ao finalizar, Senador Pedro Chaves, dizer que eu venho com entusiasmo a esta reunião, mas gostaria de dizer que esta reunião não pode acabar aqui. É importante que todos que vieram e aqueles que estão nos assistindo saibam que vocês podem sugerir e deve fazê-lo independente daquilo que vamos aprovar. Eu acho que toda lei, sem dúvida nenhuma, pode ser aperfeiçoada, mas nós temos que ter um marco regulatório. Eu acho que é isso o resumo de tudo. Por isso, eu quero parabenizá-lo, Senador!

Como eu já disse aqui, como Líder do Bloco Moderador, quando chegou esse projeto para ser distribuído, eu falei com o Senador Pedro Chaves e ele falou: “Não, pode passar, é um assunto que eu quero, porque sei da importância de discutir isso e procurarmos, então, fazer uma regulamentação que sirva de base e de norte para tudo isso.”

A história de Mato Grosso todos sabem, já foi falado aqui, a navegação, a Hidrovia Paraguai-Paraná, inclusive, agora estamos realizando a construção da BR-174, ligando Cáceres até Porto Morrinhos porque não é possível deixarmos de utilizar dentro daquilo que eu sempre tenho dito, hoje com a tecnologia existente não é mais os rios que têm que se adaptarem as embarcações, nós temos condições de fazer com a tecnologia que as embarcações se adaptem à circunstância de cada hidrovia.

Então, por isso eu quero concluir agradecendo a oportunidade de estar aqui, desejando uma excelente Audiência Pública.

Aqueles assuntos que não forem possíveis discutir aqui, talvez todos que gostariam de falar possam não ter oportunidade, mas que utilizem por meio de sugestões, por carta, ofício, de qualquer forma é possível chegar e vamos estudar isso lá com muito carinho, dada a importância que representa isso, principalmente para as futuras gerações.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Gostaria de cumprimentar o nosso querido Wellington Fagundes, Senador da República por Mato Grosso, membro da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e Líder do Bloco Moderador.

Muito obrigado, Senador Wellington, por sua contribuição! Eu acho que para nós é muito importante o seu depoimento. Agradeço a Relatoria que o senhor passou às minhas mãos. Muito obrigado!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Eu acho o Senador muito generoso. Tem relatorias importantes que ele tem, realmente, pedido para eu fazer, como o Código Comercial, a reforma do Código Comercial e outras relatorias importantes. Ele confia muito neste Senador aqui. Eu sou um estudioso, mas ele tem colaborado demais e tem mostrado uma relação republicana muito positiva.

Muito obrigado!

Passo a palavra agora ao Ricardo Eboli, Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, neste ato representando o Governador do Estado, Reinaldo Azambuja (PALMAS).

O SR. RICARDO EBOLI – Bom dia a todos!

Quero agradecer o convite realizado pelo Senador Pedro Chaves; cumprimento os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos, que esteve por aqui, e o José Medeiros; cumprimentar o Deputado Professor Allan Kardec e todos Deputados da Casa, os demais membros da mesa e EMBRAPA Pantanal na figura do Jorge.

Tivemos, a partir de 2011, por proposição do Senador Blairo Maggi, portanto, cerca de 27 anos depois da Constituinte de 1988, a proposição de uma lei do bioma Pantanal.

Temos que refletir como se comportaram os Estados durante esses 30 anos desde a Constituinte, tanto o Estado de Mato Grosso do Sul como o Estado de Mato Grosso no que concerne a um regramento.

Durante todos esses 30 anos o Pantanal tem regras. Em Mato Grosso do Sul viemos regulamentando pesca, regulamentando supressão, regulamentando licenciamento, enfim, hoje temos um Pantanal, uma planície pantaneira com disciplinamento de uso.

É muito importante que essa lei não venha a colidir com todo esse regramento que foi estabelecido pelos os órgãos ambientais, afinal são eles que fazem valer a execução da lei.

Recai sobre nós a responsabilidade do relacionamento com o usuário dos recursos naturais de toda aquela região, temos como exemplo a questão do Código Florestal, que estabeleceu o Cadastro Ambiental Rural e esqueceu-se, com todo o mérito dessa ferramenta, de como funcionaria o Cadastro Ambiental Rural-CAR nos órgãos estaduais de meio ambiente, recaindo sobre nós lá em Mato Grosso do Sul a responsabilidade, em dois anos, de termos 80 mil imóveis rurais inseridos numa base de dados que não existia.

Não funcionou. Duas vezes foi já prorrogado o prazo de inscrição do CAR, uma ferramenta importante, mas que não foi verificada pelos legisladores a incumbência aos órgãos ambientais para que eles dessem conta de atender as demandas da sociedade. Possivelmente, ainda que se encerre agora no dia 31 de maio, será prorrogado.

O Pantanal de Mato Grosso do Sul, senhores e senhoras, está muito bem.

O Pantanal do Mato Grosso do Sul gera beleza, gera turismo, gera bezerro sustentável, gera peixe.

E o que recebe? Esgoto? Assoreamento do Rio Taquari? O que recebe de bom aqueles que sempre preservaram o Pantanal?

Não podemos ter uma política, uma lei, e isso eu falei lá em Campo Grande, que seja mais uma lei que venha restringir direitos.

Ninguém de outros biomas faz melhor do que vocês pantaneiros. (PALMAS)

Não podemos colocar os pantaneiros, as comunidades, como sendo os exterminadores do futuro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Os conservadores do passado e do presente são o povo pantaneiro. E aqueles que destruíram não fizeram o seu dever de casa, no bioma Mata Atlântica, no bioma cerrado, no bioma caatinga e no bioma pampa. (PALMAS)

Elementar, 86% de uma vegetação nativa preservada em 270 anos usando.

Quem fez isso no planalto?

Todos que me antecederam aqui - 90% - só relatam problemas de degradação no planalto.

Então nós, com base no Código Florestal de 2012, disciplinamos a área de uso restrito. Os pantanais, as planícies pantaneiras neste País precisavam de um regramento.

Nós definimos Pantanal e aqui eu gostaria de esclarecer a todos que o nosso Município de Bonito não é Pantanal, porque Pantanal é onde tem poço de inundação, onde tem Tuiuiú, onde tem enchente, onde paisagem de Pantanal.

Não podemos, por um erro do passado de não ter feito uma política pública para o planalto, colocaram agora como sendo o Pantanal causador de desgraça!

Aqui nós poderíamos falar muito mais do Bioma Planalto, porque é o Planalto que os problemas estão acontecendo para a planície. (PALMAS)

É claro isso!

O Pantanal é um problema exógeno e não endógeno e Mato Grosso do Sul fez o zoneamento ecológico-econômico desde 2009, nove anos, com uma regra funcionando em harmonia.

Em 2015, com orientações da EMBRAPA Pantanal, que muito nos ajuda, com orientações da USP, recebemos as proposições de economia e ecologia e, em consenso, fizemos o Decreto nº 14.273, que delimita a área da planície inundável do Pantanal, que é a área que inunda, que definiu o que pode e o que não pode ser feito, e reduzimos de forma inédita, nesses quarenta anos de Mato Grosso do Sul e 50% da vegetação arbórea necessita ficar preservada, não com a discricionariedade somente do órgão ambiental, mas por ouvir os pantaneiros, e ainda, em que pese o valor dessas audiências públicas, nós nos reunimos no ZEE-Zoneamento Ecológico-Econômico em Mato Grosso do Sul por vários anos.

No nosso próprio regulamento, e vou dar o nosso Decreto nº 14.273, também nos reunimos por vários anos e chegamos a um consenso, que está disciplinado aqui, e pedimos aos senhores Senadores nesta oportunidade histórica, que, ao definir o texto desse relatório, preservem o que já foi feito pelos regramentos estaduais, sob pena de termos uma lei desarmônica e não queremos isso para o nosso Estado e para os pantaneiros que lá residem.

Então, são com essas palavras que agradeço.

Vamos para frente porque o Pantanal precisa de fomento e pagamento àqueles que sempre preservaram. Não podemos mais restringir ao Pantanal.

Muito obrigado!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Quero agradecer o Ricardo Eboli, Presidente do Imasul, neste ato representando o Governador Reinaldo Azambuja. Eu acho que o que ele colocou de forma bem enfática é que não há nenhuma incompatibilidade entre a Lei Federal e as Leis Estaduais, tem atribuição específica para uma e para outra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

A Lei Federal vai dar os parâmetros gerais, obviamente, para os dois pantanais para que haja uma conciliação entre Pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, alguns parâmetros que são realmente cláusulas pétreas, vamos dizer. Ao passo que tem outras atribuições que pertencem ao Estado. Então, não há conflito algum, pode ficar tranquilo o representante do Governador, realmente estamos fazendo uma... que é geral, que é para que os dois tenham uma certa sintonia. Seria impossível o Pantanal lá de Mato Grosso do Sul... O Governador resolve fazer algo, aí o Governador aqui de Mato Grosso resolve fazer outra coisa, então seria conflito total, esse bioma seria totalmente fracionado, não é esse o objetivo. É unificar o Bioma Pantanal, é obvio que isso é importante.

(PLATEIA SE MANIFESTA - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Com muito prazer, eu passo a palavra ao Sr. André Luis Torres Baby, Secretário de Estado do Meio Ambiente, neste ato representando o Governador do Estado de Mato Grosso Sr. Pedro Taques.

O SR. ANDRÉ LUIS TORRES BABY – Bom, quero cumprimentar a todos ainda com um bom dia, um boa tarde. A maioria esteve conosco e não almoçou. Cumprimento o Senador Pedro Chaves com um abraço do Governador Pedro Taques, que pediu que eu viesse cumprir essa agenda e saudá-lo com a iniciativa junto com os Senadores Mato-Grossenses Cidinho Santos, Wellington Fagundes e José Medeiros, na oportunidade de exercer a discussão, o contraditório, as Instituições de Pesquisa, as populações tradicionais, os produtores, os Órgãos de Meio Ambiente, dispor cada um seu ponto de vista e podermos construir um Ato Normativo coerente com a atividade do Pantanal. Cumprimento também a Assembleia Legislativa de Estado de Mato Grosso em nome do Deputado Professor Allan Kardec, do Deputado Dilmar Dal Bosco, em nome dos quais, cumprimento toda a mesa.

Quero dizer que em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eu já venho trabalhando nos últimos dois anos e discutindo questões de políticas públicas ligadas ao Pantanal, além da divisa geopolítica. O pássaro que voa lá é o mesmo que voa aqui, o ar que tem aqui é o ar que também vai para lá, e as águas não conhecem essas divisas territoriais. Portanto, estamos, sim, buscando cada vez mais equacionar políticas públicas coerentes respeitando, acima de tudo, a peculiaridade de cada Estado ou a sua especificidade. Mas, colocando como pauta específica o próprio Pantanal. Desde então assinamos uma carta chamada Carta de Caimã, em outubro de 2016, que nos deu essa robustez de trabalharmos juntos com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, com o qual tivemos a oportunidade também de resgatar um título que estava em vias de ser extinto, o patrimônio como reserva da biosfera mundial. E fizemos esse trabalho ainda com a saudosa Fátima Sonora, quem eu gostaria de lembrar.

Bom, conciliar os interesses no Pantanal, trabalhar essa complexidade, como alguém que me antecedeu aqui citou o Edgar Mohan, de verdade, é um desafio, mas, também é uma oportunidade para que possamos enxergar todos os atores, todas as oportunidades, aqueles que estão no Pantanal por mais de duzentos anos, enxergar também a sua complexidade no que tange ao planalto e a planície.

Então, conciliar os interesses é uma tarefa do Poder Público, é uma tarefa do Parlamento, e assim nós vamos fazer, esperamos fazer com bastante afinco, com bastante transparência, com bastante honestidade. E coloco a Secretaria de Estado de Meio Ambiente à disposição, já fiz uma visita anterior ao Senador Cidinho ainda no ano passado para discutir um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

pouquinho sobre o Projeto de Lei nº 750, e agora nesta oportunidade também aprofundamos o debate colhendo manifestações para que possamos não só aprimorar o PL, mas também aprimorar o que tem de desdobro e que será a função como o próprio PL prevê as ações do Poder Público a nível estadual.

Colocar em debate a oportunidade de expandirmos esta discussão para as ações além da planície, envolver as cabeceiras do Pantanal como um todo. E com relação ao fundo, talvez estabelecermos a proposta de mecanismos claros para que tenhamos uma gestão mais participativa, com envolvimento da comunidade, da sociedade civil organizada, e assim por diante.

Então, quando formos debater os limites da proposta da Secretaria, que possamos também ir além da planície alagável e também debater o contexto do Pantanal como o todo e as suas áreas de influência.

Sem dúvida nenhuma, um dos maiores problemas do Pantanal hoje é o agrotóxico, a forma como é utilizada, o quanto ele acaba servindo em forma de lixiviação para os nossos rios.

Os resíduos sólidos, temos feito um trabalho com os municípios do Vale do Rio Cuiabá para que promovamos uma adequação não só de aterro sanitário, mas também a parte de saneamento. E a Reitora muito bem citou o trabalho que o Governo de Mato Grosso fez com a academia em relação a mais de 100 planos municipais de saneamento. Estamos fazendo o segundo convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso para que tenhamos também um plano estadual cada vez mais plural, cada vez mais coerente com a realidade mato-grossense.

Não só isso, mas envolvendo os dois principais municípios do Vale do Rio Cuiabá, Várzea Grande e Cuiabá. Para minha tristeza, não tem nenhum dos dois Poderes públicos municipais aqui sendo representados e são agentes poluidores do Pantanal ou que podem ser agentes de sustentabilidade do Bioma Pantanal, como um todo.

Quero dizer também sobre as Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs. Estamos trabalhando com uma espécie de um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público Estadual, por meio de um estudo que está sendo realizado. A contratada pela Agência Nacional de Águas da Fundação Eliseu Alves, que é da EMBRAPA, queremos entender os estágios, em que funções estão esses empreendimentos para que possamos traçar um marco zero e assim estabelecer melhor esses procedimentos, para que esses empreendedores possam ser observados e onde podem ser, eventualmente, implementados. Então, estamos já em discussão com o Ministério Público Estadual sobre isso, para que nós, de forma bastante coerente, possamos trabalhar dessa melhor forma evitando os impactos desordenados, entendendo melhor os impactos simétricos, assim reservando ao grande Pantanal, os recursos hídricos nessa bacia como um todo.

Unificar a gestão e a proteção é um desafio.

Nós estamos querendo cada vez que esse PL esteja adequado à realidade dos Estados, porque os órgãos estão sedentos de segurança jurídica para que façam um bom licenciamento ambiental, para que faça. uma gestão não só desse bioma, como dessa bacia hidrográfica, como um todo.

Um dos exemplos que nós podemos levar adiante, até com os empreendimentos que já estão localizados nessa bacia, é o Projeto Cultivando Água Boa, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, em parceria com a WWF, tem levado isso adiante e quer colocar isso cada vez mais pautado, ou seja, recuperar nascentes, recuperar beiras de córregos, beiras de rios por meio das áreas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

de preservação permanente para que possamos restabelecer e assim dar uma maior fluidez a essas águas, restabelecer o fluxo hídrico nessa bacia como um todo.

Temos feito muito, estamos restabelecendo o comitê de bacias hidrográficas, o plano estadual de recursos hídricos, a qualidade ambiental dessas águas, nós estamos aumentando para mais de 100 análises na bacia como um todo. Ou seja, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente tem avançado muito no que tange a recursos hídricos, por meio da Superintendência de Recursos Hídricos e do Comitê Estadual de Recursos Hídricos.

Desse modo, o PL é de extrema importância, em que temos a oportunidade de enxergar o Pantanal de forma única, de forma unificada, de entendermos como trabalhar as questões do planalto e da planície. Sabemos que o que produzimos aqui impacta Mato Grosso do Sul e vice-versa. Eventualmente, algum empreendimento que lá também é produzido impacta aqui, não só pelo fluxo da água, mas eventualmente pelo fluxo do ar e pelo fluxo das chuvas e assim por diante.

Parabenizo a iniciativa, eu acho que este é um ambiente democrático de direito, um ambiente em que devemos discutir juntos com a academia e com a sociedade civil organizada, com a população, com os produtores rurais, com as pessoas interessadas em promover um Mato Grosso cada vez mais sustentável, também um Mato Grosso do Sul cada vez mais sustentável.

Estamos avançando com essa política pública não só para esse bioma, mas para os outros dois biomas mato-grossenses, o Cerrado e o Pantanal, por meio da estratégia PCI: Produzir, Conservar e Incluir. Não há como promover políticas públicas hoje voltadas para um meio ambiente urbano ou rural sem enxergarmos que é possível, sim, avançarmos em produção, que é possível, sim, incluirmos pessoas nesse processo para que todos tenham os benefícios e os ganhos devidos desse avanço, ou seja, desse crescimento, e também não há como deixar a conservação de lado. Esse é o tripé que enxergamos necessário, é assim que o Governo de Mato Grosso tem pensado, o Governador Pedro Taques tem pensado, e assim lançamos essa estratégia na COP-21.

É essa a nossa missão, trabalhar um Mato Grosso sustentável e coerente, respeitando quem vive na terra e, obviamente, prevendo a vocação e o crescimento para esta e para as gerações futuras.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) – Agradeço o Sr. André Luís Torres Baby, Secretário de Estado de Meio Ambiente, representando o Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Taques.

Neste momento, inicio os pronunciamentos com a participação da plateia, passo a palavra ao caríssimo Dr. Nilson de Barros, conhecedor profundo do Pantanal, criador, professor universitário, tem todos os predicados, e que conduzirá os pronunciamentos como Mediador.

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Muito obrigado, Senador.

Senhores, esta Audiência Pública tem por objetivo três itens básicos: informar à sociedade, e é isso que estamos fazendo, como anda esse projeto de lei no Senado; ouvir pronunciamento de autoridades dos dois Estados que estão envolvidos e de pessoas ligadas à região; e, por último, colher informações da sociedade como um todo.

Colher informações da sociedade, teremos essa oportunidade por meio das instituições de encaminhamentos de propostas por escrito ao Senador, que ao final passaremos o e-mail para onde puder ser encaminhado no Senado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Abriremos agora a palavra para algumas perguntas ou pronunciamento que as pessoas irão fazer relacionadas ao assunto, por favor. Teremos 05 minutos para cada expositor ou para cada pessoa que pedir a palavra. Eu já tenho algumas inscrições e começo com Bráulio Carlos, Diretor Executivo da Associação do Ecoturismo do Pantanal Norte.

O SR. BRÁULIO CARLOS – Boa tarde e muito obrigado!

Eu sou Bráulio Carlos, Diretor Executivo da ECOPAN, Associação do Ecoturismo do Pantanal Norte. Pelo sotaque vocês perceberam que eu não sou daqui; porém, há 30 anos, eu decidi adotar o Pantanal como minha família, e o Pantanal me adotou, tanto que sou proprietário de terras lá. E a adoção é um ato de amor, porque você escolhe alguém para fazer parte da sua família sem ver a procedência dele e se preocupa com o futuro dele.

Como eu adotei o Pantanal e o Pantanal me adotou, eu me preocupo com o futuro que o Pantanal tem, como proprietário de terras, como empresário de ecoturismo e representante de uma associação que trabalha com turismo.

Se analisarmos, basicamente, a história do Brasil, vemos que vários ciclos econômicos têm surgido desde o descobrimento, começando com o ciclo do pau-brasil, o ciclo da cana de açúcar, do ouro, do algodão, do café, da borracha, e todos os ciclos tiveram começo, meio e fim. Então, não podemos esperar que o ciclo do Pantanal com a pecuária extensiva, que já teve um ciclo de ouro, o Brasil foi o maior produtor de charque do mundo, e as usinas no Pantanal eram as maiores produtoras desse charque, nós já vivemos esse padrão.

Então, não podemos condenar o pantaneiro e condenar a pecuária extensiva a ser a única alternativa econômica para a região, sabendo que os problemas atuais que o pantaneiro sofre, que a pecuária sofre estão ligados basicamente ao tipo de pecuária que servir, não existe mais campos limpos como existia há 300 anos, nossos bosques não são mais limpos, não são mais ricos, pelo contrário nossos bosques estão desaparecendo.

O grande problema da planície pantaneira está ligado intrinsecamente ao futuro, ao modelo econômico que escolhemos na planície. E, na planície, o Cerrado acabou, não existe mais, é um modelo de monocultura que ecologicamente não funciona, tanto não funciona que nós precisamos colocar insumos todo ano para que a produção seja constante.

Então, depender somente de colocar todos os ovos numa cesta vai levar a falência da economia, como no ciclo da borracha, do ouro, da cana de açúcar, como foi colocado aqui, imagine uma Audiência Pública, 30 anos atrás, discutindo o que será feito do café, o que será feito do açúcar, quando o Brasil era o maior produtor do mundo de ambas as culturas.

Precisamos, sim, ouvir o pantaneiro, antes do pantaneiro, do homem tradicional, estavam os índios Paiaguás, índios Guatóis, índios Guaicurus e somente sobreviveram, como pantaneiro sobrevive hoje, por 30 anos, não porque eles mudaram o meio ambiente, mas porque se adequaram, se adaptaram. Se nós adaptarmos uma economia ao Pantanal, simplesmente, teremos a falência econômica tanto da economia, quanto do homem pantaneiro e da sua cultura. A cultura cresce, a cultura se desenvolve a cada ano que passa, não poderemos negar que, daqui a 05 anos, os meus filhos serão pantaneiros.

Então, precisamos desenvolver o turismo não como uma solução, não como um messias que chega para resolver todos os problemas do homem pantaneiro, porém como uma alternativa que hoje se mostra viável.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Se formos analisar números - e como economista eu dou alguns números -, em trinta hectares de fazenda, ou trinta hectares de uso, ou bem menos, talvez dez hectares de rio, no Porto Jofre, entre a fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o turismo de observação de onça movimenta 25 milhões de reais, em quatro meses. Eu quero ver uma fazenda na planície, que considere dez hectares, desenvolver esse número em valores econômicos, e fazer um gráfico semelhante. (PALMAS)

Então, a posição que nós temos sobre a Lei, basicamente preocupa o artigo 6º, que cita o bioma Pantanal, o bioma Mata Atlântica e cerrado para dar compensação de reserva legal desses biomas, caso haja desmatamentos.

Todo mundo sabe, e os pantaneiros mais do que ninguém sabem que as nossas terras são desvalorizadas, terra alagada não vale nada.

Porém, um hectare no Pantanal, ou melhor, um hectare no planalto compra uma fazenda no Pantanal.

Não podemos permitir que o desmatamento no planalto sirva de motivo para que as terras dos pantaneiros sejam utilizadas como um tampão de venda para o desmatamento que existe lá em cima. Porque hoje, com a economia quebrada, simplesmente fará com que todos... (PALMAS)

O SR. BRÁULIO CARLOS A. COSTA -...os pantaneiros tradicionais saiam das suas terras, e vão morar nas cidades. Esse é um item interessante do artigo 6º, e de fato, o artigo 4º, que trata da geração de energia... É incrível falar sobre a geração de energia, quando temos na maioria dias de sol, e todos reclamam do calor no Pantanal, e não temos incentivo para energia elétrica solar. (PALMAS)

Temos hoje, Porto Jofre, o maior que gera 25 milhões de dólares em quatro meses, vive queimando combustível fóssil, sustentabilidade zero. É esse tipo de turismo que enfrentamos, não sejamos ingênuos de achar que PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas, que movimentam até 30 mil quilowatts, não precisam de um impacto ambiental, são a solução para a energia elétrica, e representam somente menos de 2% da energia elétrica que o Estado necessita. (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS - Sr. Bráulio, por favor, concluindo.

O SR. CARLOS BRÁULIO A. COSTA - E concluindo, precisamos, no inciso II do artigo 4º, fomentar a certificação ambiental das atividades sustentáveis, desenvolvendo inclusive incentivos fiscais. Nós precisamos de fomento, porque nós sabemos que o pantaneiro está quebrado, está falido. Se não tiver o Governo incentivando, fomentando a economia, o Pantanal infelizmente estará à beira da falência econômica, cultural e tradicional.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS - Antes de dar continuidade, eu gostaria de pedir autorização ao Senador para convidar o Coronel Rabelo para me dar uma mão na mediação. O Coronel Rabelo faz parte da assessoria ao nosso Senador Pedro Chaves, principalmente em cima desse projeto.

Na continuidade, eu chamo o Sr. Leonardo Leite de Barros, Presidente da Associação Brasileira de Pecuária Orgânica, foi uma atividade que iniciou no Estado de Mato Grosso e se fortaleceu bastante em Mato Grosso do Sul.

Sr. Leonardo, por favor, o senhor está com a palavra por cinco minutos restritos, porque há bastantes inscrições.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

O SR. LEONARDO LEITE DE BARROS - Boa tarde a todos!

Senador Pedro Chaves, receba os meus cumprimentos e todas as autoridades presentes. Eu vou falar em nome da comunidade pantaneira. Apesar de ter nascido em Campo Grande, meus ascendentes nasceram em Livramento, então eu me sinto bastante papa-banana, e estou bem em casa hoje aqui!

Eu vou citar um fato histórico, Senador, para pautar a minha fala. Não se tem notícia de ter ouvido nenhum tiro, Senador, na ocupação do Pantanal. Nosso Pantanal foi ocupado de forma pacífica, ordeira e com trabalho, esse é um dos pilares da cultura pantaneira e eu vou usar isso para nortear a minha fala. Quer dizer, eu vou buscar tudo o que eu ouvi hoje aqui, vou buscar as convergências que foram muitas, foram a maioria. Então, 86% da vegetação original do Pantanal estão conservadas, estão postas. Este é um dado controverso, esta preservação se deu graças a processos produtivos criados por esses pantaneiros, que historicamente conseguiram este fato. E por si só, nós deveríamos louvar e levar esta notícia ao mundo como uma coisa absolutamente extraordinária, pois ela é.

Mas eu quero falar dos 15% antropizados, e eu gostaria de chamar a atenção da nossa comunidade científica, das nossas ONGs. Vou falar desses 15% antropizados do ponto de vista empírico, do ponto de vista do produtor, do ponto de vista da comunidade pantaneira. Na minha região, que é Ancolândia, desses 15%, Jorge, seguramente, 80% desses 15% antropizados são de substituição de pastagens que os herbívoros não comem, que o nosso gado não come, e que é objeto de grandes incêndios. Portanto, eu estou dizendo que talvez nossa comunidade científica tenha que fazer um estudo do ponto de vista de impacto ambiental positivo e negativo naturalmente, entendeu? Estou dando um dado absolutamente verdadeiro.

Outro dado importante diz respeito à antropização feita no Pantanal. Nós não usamos a substituição de pastagem, nem mesmo a implementação de pastagens exóticas no Pantanal para aumentar a unidade animal por hectare, nós usamos para aumentar a nossa produtividade. Este dado é extremamente importante do ponto de vista ambiental.

Então, Senador, gostaria, finalizando - já me sinalizaram aqui -, de fazer alguns pedidos às organizações aqui presentes, eu vou começar com as ONGs, vocês que são nossos parceiros. Apontar o que é certo, o que é errado, é uma coisa do passado, muito embora vocês o façam com bastante propriedade. Mas eu vou fazer um pedido a vocês: venham para o nosso lado, nos ajudem a vender produto sustentável, comuniquem o mercado consumidor, porque este, sim, faz a revolução verde quando faz as escolhas de produtos e serviços sustentáveis, então nos ajudem a vender esses produtos.

Senhores legisladores, cuidem, abracem esta comunidade pantaneira, porque se este cidadão sair desse bioma, talvez, um grande desastre ecológico do Pantanal vai realmente acontecer. Então, a legislação, Senador, deve nos trazer incentivos verdadeiros, porque essa história de rentabilização por ativos ambientais, que eu ouço há 20 anos, não vai acontecer agora e nem em médio prazo, então traga incentivo fiscal, traga financiamentos através do ABC que realmente nos possibilitem desenvolver coisas novas.

Comunidade científica, Jorge, nós precisamos da EMBRAPA, nós precisamos da EMBRAPA para desenvolver tecnologia limpa e moderna para continuar produzindo de forma sustentável, e finalmente, comunidade pantaneira, vamos buscar novos negócios. Eu estou falando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

de certificação, de originação de produto. Estou falando de levar ao mercado consumidor produtos e serviços notadamente sustentáveis. E para isso nós vamos precisar de coisas modernas.

Era isso que eu tinha para falar para os senhores!

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. NILSON BARROS - Dando continuidade, com a palavra o Sr. Jorge Antônio Ferreira de Lara, Chefe Geral da EMBRAPA/Pantanal.

O SR. JORGE ANTÔNIO FERREIRA DE LARA - Boa tarde a todos!

Gostaria de ser conciso nos 5 minutos que tenho e cumprimentar o Senador pela oportunidade; cumprimentar o Deputado Professor Allan Kardec que é o nosso anfitrião; e em nome deles cumprimentar todas as pessoas que estão na mesa como as que estão na plateia.

Como tenho que ser conciso, assim serei, irei direto ao ponto.

Nós chegamos num momento histórico, de divisor de águas: 270 anos de pecuária, 270 anos de preservação. E estamos chegando, agora, à seguinte situação: é possível, ainda, preservar o Pantanal? No nosso ponto de vista, sim! E para preservar só tem um jeito. Por que eu digo que só tem um jeito? Porque temos 2 parâmetros para pensarmos. Primeiramente, 85% preservados; segundo, 90% são propriedades privadas. Essa equação tem que fechar! Temos que manter os 85% preservados lembrando que os proprietários que vivem no Pantanal têm que viver do Pantanal. O produtor tem que ter direito a ter uma escola descente para o seu filho; tem direito a ter um plano de saúde como todos nós temos. Por outro lado, o Brasil, também, merece ter o Pantanal preservado. Como equacionar isso? Como fazer com que o produtor consiga viver do Pantanal e como fazer com que ele continue preservado? Bom, tem um jeito. O jeito chama-se consenso. O bom senso já existe! O Pantanal está lá. Então, houve bom senso. A questão é o consenso. E como se chega ao consenso? Por meio da ciência e da tecnologia. Os dados quando bem analisados, quando bem feitos mostram o que, realmente, é.

Por outro lado, o Pantanal não é só a pecuária. Nós temos, também, o agroecoturismo que tem que ser lembrado.

Senador, há uma posição de Governo liderada pela Casa Civil, mas esse ponto passou por nós e eu estou indicando agora. Eu notei na Lei, no art. 7º, que seria interessante incluir as ações de agroecoturismo, também, como financiáveis pelo Fundo. Fica aqui a lembrança. (PALMAS)

Bom, mas na lei do agroecoturismo temos, também, ribeirinhos e pequenos produtores que devem ser lembrados. Muitas vezes, preocupa-me a questão dos produtores pelo seguinte: nós temos tecnologia, Leonardo, como você já pediu para nós aqui, disponível. Sabe qual é a minha preocupação, Leonardo? Os produtores terem capital para poder usá-la. Por isso, tanto importante quanto a tecnologia é equacionar os produtores dentro das discussões sobre o Pantanal.

Evidentemente, o Pantanal tem uma função muito grande dentro da pecuária nacional. Como ele está preservado serve para mostrarmos aos gringos que no Brasil, sim, se faz pecuária sustentável. Toda vez falam que não! Então, eu acho muito injusto que as sociedades sul-mato-grossense e mato-grossense sozinhas tenham que arcar com isso. Eu acho que toda sociedade brasileira deve se engajar nessa questão.

Tenho um minuto e eu quero só dar um recado: é muito “ista”! É muito ruralista; é muito socialista; é muito ambientalista. Tem que tirar esse “ista” da jogada que só separa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

(PALMAS) Na verdade, tirar esse “mané-que-ista” e se tivermos que ter algum “ista” que sejamos todos sustentabilistas.

Era só isso!

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) - Obrigado, Jorge.

Com a palavra, o Dr. Décio Elói, do IPAC, Instituto do Pantanal e Amazônia, que dispõe de cinco minutos.

O SR. DÉCIO ELÓI – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Pedro Chaves, Coordenador desta Audiência Pública.

Prometo que não vou usar os 5 minutos. Serei bastante breve!

Temos uma discussão em pauta sempre que se fala do Pantanal: planície/planalto. É evidente que o planalto não é a planície pantaneira, mas, conforme a Sr^a Liane falou; conforme o Deputado Professor Allan Kardec falou e outros que me antecederam falaram, é no planalto que nasce o Pantanal. Acabamos de ver os números que foram apresentados aqui, que não me lembro da quantidade, mas, se não me engano, 85.000m³ de esgoto são jogados no Rio Cuiabá e vão para o Pantanal.

Então, a minha proposta...

Eu conversei com o Senador Pedro Chaves antes do encontro, entreguei uma via por escrito ao Senador Wellington Fagundes e encaminharemos aos demais Senadores, a proposta que é muito simples: incluímos no art. 2º da Lei o conceito de Arco das Nascentes do Pantanal. O que é o Arco das Nascentes do Pantanal? É o território localizado no divisor de águas da região hidrográfica do Paraguai, com a região hidrográfica Amazônica, com a região hidrográfica Tocantins-Araguaia, com a região hidrográfica do Paraná no entorno das nascentes dos Rios Juru, Cabaçal, Sepotuba, Bugres, Paraguai, Cuiabá, São Lourenço, Taquari, Negro, Miranda e Apa. Quando tivermos inserido na Lei o conceito do que é Arco das Nascentes do Pantanal teremos esclarecido uma dúvida. Não discutiremos mais planalto e planície e faremos o que é fundamental: proteger as nascentes dos rios que formam o Pantanal.

Para essa discussão do planalto e da planície é evidente que as características do planalto são totalmente diferentes das características da planície pantaneira. Quando tivermos, realmente, criado esse fundo ou outros meios de financiamento que, também, seja incluso um inciso no Artigo 4º da Lei dizendo: “Promoção de ação de ações de conservação na região do Arco das Nascentes do Pantanal.”. Enquanto não estiver definido o que é o Arco das Nascentes do Pantanal essa região das nascentes não terá acesso aos recursos desse Fundo ou de outros programas que venham a ser criados.

Era só isso que eu gostaria de colocar.

Eu falo em nome do Instituto Pantanal Amazônia de Conservação e, também, sou Conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos desde 2006.

Levaremos para a próxima reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos essa discussão.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) - Se todos concordam, nós vamos reduzir esse tempo para 3 minutos para que mais pessoas possa, falar. *O.K!*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Com a palavra, o Sr. Bruno Taitson, Analista de Políticas Públicas da WWF Brasil, que dispõe de 3 minutos.

O SR. BRUNO TAITSON – Boa tarde a todos e todas!

É um prazer estar aqui discutindo o Projeto de Lei do Pantanal.

Inicialmente, quero agradecer o Senador Pedro Chaves por essa iniciativa.

De fato, é fundamental trazer os debates para aqueles que serão impactados pelas políticas públicas. Isso não é regra em Brasília. Então, é muito importante ressaltarmos essa postura do Senador e do gabinete do Senador em trazer este debate tanto à Audiência que aconteceu há uma semana em Campo Grande, como esta que está acontecendo hoje. Percebemos que as duas Audiências Públicas estão sendo, de fato, valorizadas pela sociedade que vem comparecendo e isso é muito importante.

Nós temos uma oportunidade histórica em fazer uma lei que promova desenvolvimento do Pantanal com bases sustentáveis. Isso é fundamental e vimos nas últimas audiências mais consensos do que discordâncias, isso é importante também para comprovarmos de uma vez por todas que essa dicotomia ou é preservação, ou é produção, ou é produtor rural, ou é ambientalista. Essa discussão está superada. Essa discussão está superada e nós temos que o tempo inteiro trabalhar nesse sentido que, de fato, o produtor quer proteger o Pantanal, a Amazônia, a Mata Atlântica, e aqueles que lutam por um modelo de conservação, obviamente, sabem que a natureza não existe sem o ser humano produzindo, criando empregos, gerando rendas, gerando receitas e alimentos para a população.

O WWF está há quase 20 anos no Pantanal, iniciativas que são voltadas para a produção sustentável, para o desenvolvimento da região, pecuária orgânica. Então, nós temos aí várias iniciativas de pagamento por serviço ambiental para recompensar o produtor rural que conserva margens de rios, que conserva nascentes, isso é fundamental.

E falando em linhas gerais, bem brevemente, vamos entregar para o Senador Pedro Chaves as nossas contribuições para o projeto de lei e eu vou enfatizar apenas duas delas, devido ao tempo mais reduzido: a questão de se incluir no escopo da lei a região das cabeceiras, o planalto. Isso aí não há como protegermos a planície sem proteger o planalto.

Nós estivemos recentemente no Município de Diamantino, onde conversamos com nem um, nem dois, mas três, quatro, cinco produtores rurais, assentados, dizendo que é fundamental ter na lei instrumentos para recompensar os produtores, os assentados, que contribuem para preservar as nascentes, porque são essas nascentes que formam o Pantanal.

Então, é um ponto fundamental essa abordagem de paisagem, que sem ela, de fato, não conseguimos uma lei que seja minimamente efetiva, até porque 40% da região das cabeceiras encontram-se sobre alto risco ecológico. Então, é mais um motivo para que a lei contemple essa região para que ela possa dar os incentivos econômicos ao produtor que protege e respeita a lei, que a grande maioria.

Então, nós temos que estar atentos a essa questão.

Por fim, outro ponto fundamental é que o fundo do Pantanal, que é uma grande ideia, tenha na sua composição, nas suas instâncias decisórias representantes da sociedade civil; representantes dos produtores; representantes das organizações e dos governos para que sejam fundo, cujas decisões contemplem a sociedade como um todo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Vou entregar ao Senador as nossas contribuições com um pouco mais de detalhamento e agradeço uma vez mais pela oportunidade e pelo tempo aqui.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Obrigado, Bruno.

Senhores, as manifestações aqui é claro que vão constar na Audiência, mas o mais importante é o encaminhamento pelas instituições das propostas e sugestão de alterações ou de apoio às questões aqui. Então, aqui, estamos falando meio que para nós mesmo.

Com a palavra o Sr. André Torone, da Associação Brasileira de Ecoturismo.

O SR. ANDRÉ TORONE – Boa tarde!

Eu, em nome do Senador Pedro Chaves, cumprimento os componentes da mesa; em nome do Sr. Ricardo, que nos representou muito bem na sua fala, cumprimento todos os pantaneiros, o povo presente.

Eu vou querer tocar aqui, rapidamente, numa das grandes problemáticas do Turismo do Pantanal que são as licenças operacionais que estão totalmente engessadas, como sabe quem atua na Secretaria de Turismo, por meio dessas regulamentações e, sobretudo, por estarem agora, ainda, insistindo em colocar para o Pantanal áreas de preservação permanente.

Nós já somos uma área de uso restrito e nós estamos de acordo em assim o ser nós não podemos ainda continuar sofrer mais restrições com áreas de preservação permanente.

O que quer dizer área de preservação permanente? Cada impulso da água a cada fluxo de enchente o que molhou não pode ser usado. A minha pousada, que é uma das pousadas mais tradicionais que tem no Pantanal, cuja primeira construção data de 1944, nessa cheia fiquei totalmente ilhado, ou seja, não posso estar lá.

Então, eu sei que hoje em dia para se obter uma licença operacional, você precisa, inicialmente, começar pelo CAR, e o CAR vai continuar com essa história de área.

Nós tivemos isso aqui em dois artigos na Lei, André, art. 5º: “Em área de preservação permanente, a supressão e intervenção na vegetação nativa somente poderá ocorrer na hipótese de utilidade pública, de interesse social, de baixo...” Enfim, eu acho que aqui deveria ser substituída essa área de preservação permanente e tirar essa coisa de utilidade pública, interesse social de baixo impacto, porque ela acaba prejudicando a implantação de qualquer novo projeto de turismo.

Como nós sabemos e todos que estão aqui presentes e vários que me antecederam citaram, o turismo representa a grande força da conservação do Pantanal, não só pela cultura desse movimento da sustentabilidade que nós trazemos, como pela difusão das belezas desse patrimônio que muito nos auxiliam para estarmos mantendo essa posição de destaque mundial.

Aqui no art. 7º, eu sugiro até retirá-lo, está escrito: “É permitido o acesso de pessoas e animais nas áreas de preservação permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental”. Uma confusão danada. Quem é baixo impacto ambiental? Quem vai determinar o baixo impacto ambiental? Isso aqui inibe e põe em risco todos novos empreendimentos. Eu preferiria que falasse assim: olha, não tem nenhum hotel com mais de 25 apartamentos, sei lá, 30 apartamentos, mas não começar a criar esse tipo de coisa, que é um pouco como a linguagem, que alguém me falou aqui antes, do planalto e da planície, o que é planalto e o que é planície. É até onde tem Tuiuiú?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Nós precisamos, realmente, encontrar maneiras de definir onde é que estão os riscos.

Surpreendeu-me também a ausência total de qualquer comentário sobre garimpos e PCHS. Sabemos que juntos, com os agrotóxicos e os efluentes emitidos pelas cidades, são os principais geradores de destruição do nosso ecossistema.

Era esse item que eu queria deixar claro, porque, realmente, se continuarmos nessa camisa de força de APP nós não podemos estar onde estamos. Então, todos nós pantaneiros estamos fora do nosso lugar. Isso precisa ser substituído no meu entendimento.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS – Obrigado, André.

Com a palavra, o Sr. Luciano Vaccari, Diretor Executivo da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul – ACRIMAT.
(PLATEIA SE MANIFESTA – INAUDÍVEL)

O SR. NILSON DE BARROS – Desculpe! Desculpe! Nós passamos pelo mesmo problema lá, porque todo mundo que vai lá fala de Mato Grosso e não fala de Mato Grosso do Sul. Então, desculpem-me! Mas é que a nossa origem é daqui.

Obrigado.

O SR. LUCIANO VACCARI – Imagina! Não tem que pedir desculpas. Sentimo-nos, inclusive, muito bem representado pela nossa irmã ACRISSUL.

Quero cumprimentar todos, na presença do Senador Pedro Chaves, e todos os produtores na presença do nosso ex-Presidente José Bernardes e do Sr. Leonardo Leite de Barros, de Mato Grosso do Sul.

Vou ser bem breve, até porque nas últimas quatro horas tomaram-me dois minutos da minha breve fala, mas é impressionante a facilidade que nós temos de dificultar as coisas.

Se nós queremos discutir preservação do Pantanal, nós podemos, dentro desta sala, selecionar 20, 30 pessoas que entendem melhor do que ninguém de Pantanal, pessoas que estão produzindo e preservando o Pantanal, Sr. Paulo Moura, há quase 300 anos, fizeram isso e utilizaram apenas 14% da área do Pantanal.

Vou dar um número de Mato Grosso. Mato Grosso, se fosse um país, teria o 4º rebanho comercial do mundo, Sr. Cristóvão - do mundo -, e dessas vinte e tantos milhões de cabeças, 10% estariam no Pantanal.

A nossa contribuição, Sr. Presidente, Sr. Senador, é de que o texto do Projeto de Lei, que, aliás, vem em muito boa hora, se já não vem tarde, é que deixe de maneira clara as delimitações do que é a planície do Pantanal, porque eu confesso que em determinado momento eu fiquei em dúvida se eu tinha prestado atenção nas minhas aulas de geografia lá trás, na década de 80, quando se discutiu o que era planície e planalto. Lembro-me que planície pantaneira era a área alagada do Pantanal Mato-grossense do Estado de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, uma planície una.

Usar um projeto de lei e uma audiência pública como esta para confundir os Senadores e os legisladores quanto se inclui a discussão do BAPI - Boletim de Análise Político-Institucional é agir de má fé com os produtores que ficaram aqui durante horas... (PALMAS) Horas!

Se querem discutir o uso de solo da BAPI, vamos discutir o uso de solo do BAPI no momento adequado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Nós viemos aqui discutir o projeto de lei que trata da planície do Pantanal. Aliás, quero cumprimentar o Senador Blairo Maggi e o Senador Cidinho pela iniciativa, e Vossa Excelência pela brilhante relatoria.

Imaginem, os Pantaneiros que nos ouvem e nos veem por meio da imprensa, se chegassemos em Diamantino e disséssemos, como diz o Sr. Ubaldo, da EMBRAPA Pantanal, Sr. Jorge “saudações pantaneiras”; se chegassemos em Poconé, em Dom Aquino, Poxoréu “saudações pantaneiras”!

A primeira coisa que falaria seria: “de onde esse cara caiu? De onde esse cara caiu?”

Pantanal tem a sua característica típica, é formado por aquele sujeito, Sr. Cristóvão, que vive daquilo e que entende do Pantanal.

Dê uma fazenda no Pantanal para qualquer pessoa que não conhece o Pantanal para cuidar, que em duas cheias leva embora. Quebra! Porque não conhece o Pantanal pantaneiro.

Vou aqui pedir permissão para usar uma frase de Zélito Dorileo: “o boi, senhores, não precisa do Pantanal, é o Pantanal que precisa do boi”. (PALMAS)

Que isso fique muito claro e use a sabedoria desses produtores.

Grande abraço. Obrigado.

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) - Muito obrigado Luciano.

O Sr. Carlos Avalone se encontra?

O Sr. Carlos Avalone se encontra no plenário? Já saiu?

Vou chamar Fernanda Martins Portocarrero, produtora rural de Cáceres.

A SR^a FERNANDA MARTINS PORTOCARRERO - Bom dia a todos!

Eu quero cumprimentar os Senadores, os Deputados, todas as autoridades presentes, em especial meus conterrâneos cacerenses, alguns ainda estão por aqui, e os pantaneiros, queridos colegas pantaneiros, que sabem a dura luta que nossos antepassados viveram, enfim, e nós estamos aqui hoje exatamente para conseguir coisas positivas, imediatas, antes que os pantaneiros realmente desapareçam na preservação do Pantanal, porque só se preserva o que se usa.

Quero falar de um ponto aqui que só foi abordado pela representante da FAMATO, com relação ao ITR.

Senhores Deputados e Senadores, nós só poderemos ter algum benefício de imediato agora, se essa legislação do ITR for diferenciada para o Pantanal, porque é muito difícil você calcular um ITR que seja justo para os produtores pantaneiros, às propriedades pantaneiras.

Eu quero dizer aqui uma coisa que eu acho que a maioria desconhece. Os pantaneiros de Cáceres, dezenas deles, inclusive eu, têm multas de ITR lançadas pela Receita Federal em ITR suplementar, em valores milionários, o mínimo é um milhão de reais, chegando a 10 milhões de reais.

As propriedades estão hipotecadas, com discussão judicial e sem acessos a financiamentos pelos bancos oficiais.

Então, quero sensibilizar aqui os Senadores e Deputados para que em Brasília possam, de imediato, pode ser um pedido audacioso o que estou fazendo agora, mas que de imediato deem uma demonstração de boa vontade na isenção dessas multas milionárias que estão afligindo todos nós pantaneiros.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Os quilombolas do Pará tinham a mesma multa e foram isentados em 2014 por um projeto de lei.

Quero fazer esse pedido nessa demonstração. O incentivo pode vir assim nessa isenção dessa multa.

Ninguém está pedindo aqui para deixar de pagar ITR - eu pago 16 mil reais de ITR anual -, não estou pedindo isso, mas acho que essa isenção seria bem vinda para que as nossas propriedades pudessem realmente obter financiamentos oficiais e que não precisássemos vender as propriedades por conta dessa inviabilidade financeira.

Muito obrigada pela atenção de todos.

Bom dia! (PALMAS).

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) - Com a palavra, o Sr. Paulo Moura, representante dos produtores pantaneiros.

O SR. PAULO MOURA - Senador Pedro Chaves, em seu nome e em nome do Deputado Professor Allan Kardec queremos cumprimentar a todos que compõe o dispositivo.

Faço uma referência especial aos nossos amigos de Mato Grosso do Sul na pessoa do Nilson de Barros, nosso amigo de mais de 30 anos.

Quero dizer, Senador Pedro Chaves, que a origem da nossa família é do Pantanal de Barão de Melgaço e de Santo Antônio de Leverger, mas eu sou casado com uma pantaneira de Poconé e estou há 44 anos naquela região.

Então, posso dizer que conheço as dificuldades do povo pantaneiro e do Pantanal de uma maneira geral.

Quero dizer que, na verdade, o Pantanal está preservado única e exclusivamente pelo povo pantaneiro. Se não fosse ele não teríamos o Pantanal preservado do jeito que está, com 86%, um número que realmente muita gente desconhece, acha que o Pantanal está sendo devastado, está sendo acabado.

A pecuária, na verdade, é a grande sustentação do povo pantaneiro, aliada a outra atividade econômica muito importante, que é o ecoturismo.

Então, quero, concluindo, dizer o seguinte: o Projeto de Lei nº 750, do Senado, que teve em boa hora o Substitutivo Integral do Senador Cidinho, que Vossa Excelência, Senador Pedro Chaves, ofereceu mais dois artigos, o art. 15 e o art. 16. O Art. 15 perfeito. O Art. 16, no meu pensamento, eu acho que a gestão do fundo deve ser ampliada.

É uma sugestão que fazemos. Eu quero afirmar e dizer aos nossos companheiros pantaneiros que estão aqui, pessoal de Cáceres, pessoal de Poconé, que está presente, pessoal de Santo Antônio de Leverger: nós entendemos que o projeto é importante e que merece, evidentemente, ajustes e que Vossa Excelência receberá com certeza as contribuições que vamos encaminhar ao seu gabinete.

Agradeço a atenção.

E digo mais uma vez que o Pantanal está vivo, está na forma conservada em que se encontra, graças ao homem pantaneiro. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Obrigado, Paulo pelos três minutos.

Senhores, eu vou informar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

O Senador tem compromisso a partir das 13h30min, e nós vamos até às 13h30min, depois as perguntas que não puderem ser respondidas, eu estou tentando encontrar, eu dei uma alterada na ordem para pegar pessoas de várias representações aqui.

Com a palavra, o Sr. José Fonseca de Moraes, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Pantaneiros, que dispõe de três minutos.

O SR. JOSÉ FONSECA DE MORAIS – Boa tarde a todos!

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Por favor, plateia, o que vocês querem?

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Eu peguei a lista que me deram.

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE – Isso não está igualitário. Eu estou pedindo desde a hora em que cheguei para falar e eu não estou sendo ouvida. Convidaram-nos para sermos ouvidos. E não estamos sendo ouvidos. Eu só obrigada a interromper o serviço de vocês.)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Deixa eu só dizer o seguinte: Eu disse no começo aqui a orientação ...

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Não, senhor. Quando eu sentei à mesa eu já tinha uma lista de inscrições.

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Bom, tudo bem.

Vocês querem fazer a organização da lista, eu estou tentando seguir uma ordem das inscrições que teve e essas últimas, deixa eu só concluir, que chegaram aqui, eu comecei a saltar buscando representação. O próximo seria o pescador. Aí eu pensei em um aluno, alguém falou lá, um aluno...

(A PLATEIA SE MANIFESTA)

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) – Então, eu na sequência, aqui, até às 13h30min.

Eu só gostaria de esclarecer que esta Audiência Pública, o seu processo é informar a sociedade o encaminhamento e...

(UM PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA)

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) – Eu sei, meu amigo, mas a forma como ela foi colocada, era para informar o andamento que estava. Segundo, ouvir as autoridades como foi feito em Campo Grande, da mesma forma e, por último, colher algumas informações. E as informações mais importantes são, na realidade, aquelas que serão encaminhadas pelas instituições, por escrito, ao Senado. Aqui é uma manifestação espontânea de você falar, porque vai ficar registrado...

Meu amigo, me desculpe, foi dessa forma que me passaram para a condução.

(A PLATEIA SE MANIFESTA)

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) – Continuando, pantaneiro, por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE MORAES – Boa tarde!

Cumprimento a todos os componentes da mesa na pessoa do Exmº Sr. Senador Pedro Chaves, demais autoridades, senhores e senhoras.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Está até difícil falar, não ser repetitivo com o tanto de conteúdo excelente e de todo tipo que tivemos nessa Audiência Pública.

Há séculos, o Pantanal, com sua fauna e flora, povoada por bovino e equino da raça pantaneira e pelo homem. Homens esses determinados que ali vieram e vivem em perfeita harmonia com a natureza, de forma sustentável.

Esse bioma tem hoje é preservado, falou-se aqui em 85%, 86% da sua totalidade. Se é isso, é o bioma mais preservado do mundo. Há, porém, a necessidade econômica para manutenção do homem e dos animais nessa planície de substituição de área de campo, hoje com uma vegetação do capim popularmente conhecido como fura-bucho, pela substituição do outro capim que possa resistir à água para melhoria da produção da bovinocultura.

Tenho plena convicção de que se o Pantanal não tiver essa população em harmonia do homem, da bovinocultura e da equinocultura, porque bovinocultura sem cavalo pantaneiro não existe, não tem como existir, o Pantanal provavelmente não estaria com essa margem de 85% de preservação. Se pegarmos essa preservação há 30 anos, eu tenho certeza que esse número não seria 85%, seria na casa de 90%. As autoridades têm que focar inicialmente e, principalmente, é no que desce para o Pantanal do planalto, principalmente os dejetos produzidos pela população das grandes cidades como Cuiabá e outras que não precisamos citar.

Em 2018 se fala assim: “Projeto para tratar dejetos em uma capital de um Estado.”. Aí, o Senador Wellington Fagundes relata aquela situação em que foi feito um trabalho, gastou-se milhões para fazer, aí o outro Prefeito Municipal chega: “Não, não muda, não vai ser mais assim, vamos fazer de outra forma.”. Então, como funciona isso? Um legislador pode chegar em uma outra situação e mudar. Muda-se!

Eu acho que o foco, para encerrar, é que mantenha o olho bem aberto sobre esse programa do tratamento nos resíduos que descem para o Pantanal; e mantenha bem o olho na valorização e na possibilidade de manter o homem e a bovinocultura dentro do Pantanal, porque se isso não ocorrer e se o homem sair hoje do Pantanal, o Pantanal irá virar um barril de pólvora, como já temos casos de propriedades de mais de 100 mil hectares comprados a título de preservação ambiental. Mas, quando o fogo entrou, no ano passado, não houve quem apagasse esse fogo.

Então, o que faz manutenção dentro do Pantanal é pé de boi, é pé de cavalo, isso que mantém o Pantanal livre e preservado. Uma boa tarde (PALMAS).

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Muito obrigado, Sr. José.

O Sr. Gilmar... Eu seguirei a lista agora na ordem, até onde der. *Ok?*

(O SR. GILMAR BRUNETTO FALA DA PLATEIA – INAUDÍVEL).

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Não estou te excluindo. Com a palavra, Gilmar Brunetto, do Sindicato da EMPAER.

O SR. GILMAR BRUNETTO – Boa tarde a todos!

Agradecemos o Senador Pedro Chaves; o levemente Deputado Professor Allan Kardec, pela oportunidade.

Eu trabalho na Pesquisa e Assistência Técnica de Mato Grosso.

Qual é a maior riqueza do Pantanal? Água. Esse produto está diuturnamente sendo destruído desde a sua nascente nas margens e ao passar pelas grandes cidades, esse produto precisa ser preservado. A nossa instituição EMPAER tem todas as condições, por meio do conhecimento, da informação, de contribuir com isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

As Prefeituras são maléficas ao Pantanal, porque não constroem e não mantêm ambientalmente corretas as estradas, que são grandes poluidoras do meio ambiente. Na instituição rural, temos condições de contribuir, temos viveiros em todas as regiões, se acharem interessante, temos como produzir mudas, dependendo da região, para preservar as nascentes e as margens dos rios.

E para isso, Senador, é preciso que na lei desse fundo conste recursos para pesquisa e extensão rural pelas condições para levar essas informações a sociedade mato-grossense e as cidades brasileiras.

Muito obrigado, Deus os ajude, e que essas informações sejam aprovadas, não adianta vir aqui, aprovar e aí Senadores de outros Estados chegam lá e reverterem essa situação.

Muito obrigado e sucesso pelo trabalho, Senador. (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Próximo inscrito, Ingrid Leite, ambientalista.

Após a Ingrid, irei fazer uma leitura dos que estão inscritos para vocês saberem também qual que é a sequência.

A SR^a INGRID LEITE – Boa tarde a todos, queria que fosse bom dia ainda, mas está alongando aqui a discussão e temos que pedir no grito sempre para falar.

Se tiver que haver uma regulamentação para o bioma Pantanal, precisamos discutir e entender que todo o Pantanal vai além do que estamos chamando só de planície alagada. O Pantanal é alimentado pelas nascentes, já foi pedido aqui que esse ponto seja incluído, então, já me senti contemplada nessa pauta, se existe pulso de inundação, cheia e seca, no Pantanal, nós dependemos sim lá das nascentes. Então, podemos pensar em especificar mais essa defesa dessas nascentes, que não está contemplada nesse projeto.

Outra coisa, fala-se para que os povos, as comunidades tradicionais e os ribeirinhos sejam ouvidos. Vocês ouviram hoje aqui algum representante, além dos pantaneiros maiores, eu não estou tirando o direito e a razão, que estão há 20 anos aqui também, sendo ouvidos aqui, eu não ouvi. Eu não ouvi um pescador aqui, eu não ouvi ninguém lá de cima que já está sentindo a falta de água, porque ninguém está discutindo que dentro do Pantanal já não há água para a população beber. Gente que mora há muito tempo, pé no chão também, que mora nas suas áreas de Pantanal, e que na época da seca as nascentes secam, porque o desmatamento está tão avançado, de maneira tão cruel, que moradores já têm que ir longe para buscar água. Nós temos que pensar também em preservar as fontes, os aquíferos para a época de seca, de vazante, que isso já não está acontecendo.

Outro ponto que eu gostaria de colocar também aqui é o seguinte: nós falamos tanto de valorização de serviço ambiental que temos que prestar atenção a qual Pantanal nós queremos servir? Se é o Pantanal só dos grandes negócios, dos grandes empreendimentos, que estão decretando o fim dessa área inundada, e não tem condição, nós já estamos no limite dos empreendimentos, estamos no limite dos agrotóxicos que estão vindo dessas plantações, cada vez mais, ao Pantanal.

Quando se fala em regulamentar, colocar na lei, temos que discutir com todo mundo, temos que ampliar essa visão, ouvir outros pesquisadores que também mostram que já estamos no limite de determinados empreendimentos aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

O que adianta, como falou o senhor que eu não me recordo o nome agora, o que adianta... Já sabemos que essas PCHs contribuem apenas com 2% de energia necessária. E nós já colocamos mais de 100 PCHs em discussão na SEMA, para serem implantadas, já há uma série de outras implantadas.

No Rio Jauru, já estamos no limite, no mesmo dia, o rio enche e seca de repente, porque eles precisam fechar lá e depois abrem, e, de repente, é para ter uma produção de energia maior, não há peixe, não há bicho que viva com esse descontrolado que nós estamos causando no Pantanal.

Precisamos... E vou encaminhar sim, Sr. Senador Pedro Chaves, as propostas que temos para fazer.

Mas isso precisa ser falado, precisa ficar registrado que muitas pessoas não foram ouvidas, e do jeito que essa lei está sendo encaminhada, ela não preserva o Pantanal. Então precisa ser discutida sim, não adianta passarmos com urgência, com pressa, com uma série de lacunas abertas, que vão decretar o fim do Pantanal, e aí não terá gado, não terá nada!

É preciso pensar nisso, o que nós vamos ganhar e o que nós vamos perder.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Sr. Presidente, só por uma questão de informação importante, nós já estamos às 13h30min, e quero parabenizar o esforço, o vigor físico de Vossa Excelência e dizer aos companheiros e companheiras de Mato Grosso que no dia 03 de maio, numa quinta-feira, estaremos em Mimoso na Escola Estadual Santa Claudina, para discutir o desenrolar dessa lei que ainda está em processo de tramitação e outras questões relacionadas também ao Pantanal de Santo Antônio de Leverger e de Barão de Melgaço.

Nós vamos andar com esta Audiência da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo menos em três outros Municípios, nós queremos agendar em Cáceres e em Poconé também. E só para aproveitar ainda o público, Senador, para que possamos convidar o pessoal para participar conosco. A primeira será no dia 03, às 19h, no Distrito de Mimoso, em Santo Antônio de Leverger.

Obrigado.

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Convido a Professora Zulema Netto Figueiredo, da UNEMAT, de Cáceres.

(O MEDIADOR CITA O NOME DOS PRÓXIMOS INSCRITOS ENQUANTO A PROFESSORA ZULEMA NETTO FIGUEIREDO DIRIGE-SE AO PÚLPITO.)

A SR^a ZULEMA NETTO FIGUEIREDO – Bom dia! Em nome do Senador Pedro Chaves, cumprimento os demais da mesa.

Eu gostaria de citar o livro *Gestão do Amanhã*, que cita que este é o momento das transformações, é um livro de gestão, o ciclo das mudanças. Por quê? Este é o momento em que temos a possibilidade tecnológica de fazer as mudanças. Eu acredito, não vou usar alguns termos específicos da lei, mas vou utilizar o termo ecossistema para nos referir a tudo em que estamos envolvidos, a todos os atores envolvidos neste processo.

É preciso hoje, senhores... Para todos os problemas que foram elencados aqui, eu acredito que existe solução, existe conhecimento possível para promovermos a sustentabilidade social, econômica e ambiental de todos os envolvidos neste processo, de todos os sistemas de produção envolvidos dentro do Pantanal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Acredito que isso só seja - vou fazer aqui as palavras do nosso colega Jorge Lara - na verdade a necessidade de implantação, que depende da possibilidade econômica, não é, Jorge? É por isso que nós temos que pensar na sustentabilidade econômica para ser possível a adoção de algumas tecnologias que hoje estão disponíveis para o Pantanal.

Seja que tipo de empreendimento em grande ou pequena escala, hoje é possível. E, gente, há a necessidade das pesquisas, da validação dos dados, nós precisamos de todo mundo, não é, professora Solange. Precisamos de todos os dados, nós precisamos trabalhar juntos: áreas agrárias, áreas humanas, a área de biologia, a área... Então, todo o conhecimento... Nós precisamos nos ajustar. E aqui vou falar uma frase do Rattan Lal: “Nós temos que transformar a ciência em ação”, Rattan Lal é o prêmio Nobel em conservação e Agronomia. Então, eu acredito que hoje nós temos todo o conhecimento possível, e estou falando da Universidade do Estado de Mato Grosso, ela é sediada em Cáceres e tem atendimento em todo o Estado de Mato Grosso.

Então, nós temos vários cursos de todas as áreas, e eu acredito que hoje nós temos que juntar essas forças e transformar realmente em ação o que nós temos de dados e informação. Jorge Lara, da EMBRAPA, está aqui presente, nós temos que juntar as nossas... e resolver os problemas, porque não dá talvez para continuar, a Lei vai ser perfeita? Talvez não seja o que desejamos, mas ela precisa ser validada, como muitos dos dados que nós temos, e os dados também são temporais, pode ser que algumas situações sejam adaptadas ao Pantanal Mato-Grossense, outros ao Pantanal Sul Mato-Grossense. Então, nós precisamos, sim, da união de todos e transformar em uma questão, além de preservar, através do manejo, nós conseguirmos que todos os atores tenham rentabilidade econômica, e ninguém vai ficar lá se não tiver alguma rentabilidade econômica. E o difícil, senhores, nós precisamos, sim, fazer pesquisas que sejam adotadas e adaptadas e que possam ser levadas por um âmbito estadual ou até dentro de todo o complexo que envolve o Pantanal.

Então, coloco a nossa instituição, a UNEMAT, tem todo... Para pesquisar dentro do Pantanal. Nós temos... Eu ouvi muito aqui com relação ao planalto. Hoje, nós trabalhamos dentro da área de agricultura, também nós temos uma forma de manejo diferenciada. Por quê? Tudo o que nós vamos perder em problemas de conservação de solo ou tanto em problemas relacionados ao Pantanal, às áreas alagadas, reflete em uma só situação, na produtividade. Então, hoje não existe a possibilidade de se ter uma situação de empreendimento que não seja rentável. E isso, só através... Nós temos... Eu só queria falar, comentar, que nós temos situações de integração lavoura- pecuária e outras modalidades de sistemas de produção que nós estamos testando aqui.

Obrigada, senhores.

O SR. NILSON BARROS - Obrigado, Sr^a Zulema.

Senhores, eu cometi um... E risquei um nome que não deveria ter riscado, e agora me alertaram aqui, Belmiro Lopes de Miranda, Presidente da Federação dos Pescadores de Mato Grosso.

O SR. BELMIRO LOPES DE MIRANDA - Bom dia a todos!

Cumprimento a mesa. Eu quero fazer uma pergunta à mesa: quem é o Governo? Porque eu vi Senador e Deputado falar que fez isso e fez aquilo, mas tudo isso é o Governo, vocês são o Governo, vocês que são para fazer tudo isso.

Deputado Professor Allan Kardec, o senhor está convidando para a Audiência Pública lá em Mimoso, terra do meu avô, mas a respeito de uma PCH que estão querendo construir lá no Rio Mutum. Já tem um projeto, e nós estamos aqui brigando sobre o Pantanal. O pantaneiro é o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

tradicional. Aqueles que foram para o Pantanal se instalaram no Pantanal. Nós temos que ver, nós falamos em pantaneiros. Você sabe o que é pantaneiro? Você sabe o que são tradicionais, aqueles que sobrevivem do Pantanal? Esses são os pantaneiros. O Pantanal é 70% propriedade particular. Todos vocês sabem, vocês conhecem.

Eu, como representante dos pescadores, nós somos também tradicionais e pescadores tradicionais artesanais. Os pescadores estão passando por dificuldades.

Se eu for falar aqui, eu vou falar o dia todo e não acaba. Três minutos que eu tenho para falar não dá para falar o que eu tenho para falar. Os pescadores não têm mais onde pescar, porque as propriedades são particulares e eles não podem entrar. Como estamos preservando o Pantanal...

Para termos uma ideia, aqui em Mato Grosso, tem a usina do Manso, e o rio está 50%, 30% com menos água. E tem mais seis PCHs acima do Manso construindo, e há projetos de mais quatro aqui em Nobres. Você sabe o que vai acabar? Com certeza vai acabar o Pantanal, sim. Vai acabar a água. E se não bastasse acabar a água, vai virar o Tietê. Porque o que tem de esgoto no Estado de Mato Grosso, não é só falar que é aqui em Cuiabá.

O Senador Wellington Fagundes falou de Rondonópolis. Rondonópolis acabou de construir lá no rio São Lourenço uma PCH. Isso, gente, nós temos que ver o que é bom para o Pantanal. O que é bom para preservar o Pantanal? Se falar aqui: “Você manda o seu projeto ou manda a sua sugestão para nós”, isso está na boca de todo mundo. Nós temos que ver o que é bom para o Pantanal, porque discutir Audiência Pública assim é muito bom, mas ouvir a cada um que tem seus problemas lá dentro do Pantanal e também aqui no Cerrado... Porque está acabando com a plantação de soja, plantação de algodão, e os peixes estão morrendo por conta dos venenos que estão jogando aí. Vocês podem ver que aqui, em Cuiabá, esse Rio Cuiabá tem uma pedra ao lado da Ponte Júlio Müller - para quem conhece - chamada Pedra 21. Era um dos lugares mais perigosos desse rio. Hoje, está lá a pedra com 3, 4m para fora, inclusive, na cheia.

Proteger o Pantanal, gente, é proteger contra essas construções que estão aí a ver navio! Quem quiser construir está indo fazer isso aí. Por quê? Quem é o Governo? Quem libera isso?

Governo, gente, até nós, civis, somos governos, porque nós votamos e colocamos essas pessoas que estão para nos representar e não nos representam com qualidade. Precisamos de Governo que faça acontecer para que não tenhamos que vir aqui discutir em Audiência Pública o que está acontecendo e o que, ainda, vai acontecer.

Muito obrigado!

Eu tinha muito mais para falar, mas estamos aí nas mãos dos governantes.

(PALMAS)

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) - Com a palavra, o Sr. Eduardo Ferraz, produtor rural de Poconé.

O SR. EDUARDO FERRAZ – Cumprimento todos os amigos aqui presentes; o pessoal da mesa e, principalmente, o pessoal da plateia que pacientemente aguarda o pronunciamento de todos aqui.

Eu sou produtor rural no Pantanal, sou pantaneiro, amo o Pantanal, vivo e sobrevivo dele e vim aqui compartilhar com os senhores uma situação dramática: sou proprietário de uma pequena propriedade no Pantanal, de 364 hectares, dos quais, apenas, 14 hectares não são

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

inundáveis. Neste momento, tenho 350 dos 364 embaixo d'água. Isso me fez começar a pensar em maneiras alternativas para a produção de renda e riqueza dentro do bioma Pantanal, respeitando, cuidando e guardando esse amado Pantanal que temos, hoje.

Para os senhores terem uma ideia, se pegarmos...

Todas as ideias trazidas aqui foram muito convergentes, foram excelentes. É muito bacana quando as ideias se somam. Nesse sentido, temos visto todos falarem aqui que falta orçamento, que falta dinheiro, que precisamos viabilizar um fundo. A situação brasileira não é diferente! A situação brasileira é dramática. Nós temos um orçamento deficitário de 159 bilhões este ano. Se você pegar os IDHs de municípios pantaneiros, verá que estão sempre entre os 3, 4 piores do Estado de Mato Grosso. Isso se chama pobreza. Tem como fazer isso? Tem! Precisamos utilizar a inteligência, utilizar a ciência da EMBRAPA, das universidades federais, das associações de pantaneiros, produtores, de ONGs interessadas, realmente, em preservar o Pantanal com o homem pantaneiro lá.

Eu gostaria de trazer um assunto aqui que, ainda, não foi alvo de nenhum debate: que seja incluída a lei do Pantanal. Existe uma invasão de propriedade, hoje, silenciosa no Pantanal. Existe uma invasão de propriedade que está sendo vista de uma maneira empírica. Vemos isso a olhos nus! Está na cara de todo mundo, mas, ainda, não vi nenhum estudo a respeito disso vindo de partes que dizem que têm preservado o Pantanal. Eu estou falando aqui do cambará, da invasão do cambarazal nas propriedades. Ele tem sujado os campos limpos das propriedades. Ele tem afastado herbívoros das propriedades pantaneiras. Ele tem contribuído e muito com os incêndios. Ele concorre 4 vezes mais com a sua florada e sementeira do que com as árvores tipicamente do Pantanal como o ipê rosa, a nossa Piúva, e como o para-tudo. Eu não vejo ninguém trazer esse assunto à baila.

E a ideia é essa, gente! Nós precisamos fazer da riqueza natural uma riqueza social e uma riqueza patrimonial para o Pantanal. Precisamos usar o cambará do brejo, que não é espécie pantaneira, é invasora do Pantanal e é infestante. Ela tem capacidade de até 3 vezes mais de crescimento que o ipê que é símbolo do nosso Pantanal. Ela floresce 4 vezes ao ano e o ipê quando floresce é uma vez ao ano. Então, ele não tem condições de competir. Ela vem! Como ela chegou ao Pantanal? Por meio da inundaçã. As inundações que vêm com os esgotos que todos trataram aqui trazem, também, as sementes do cambará. Estão às margens dos rios e começam a povoar os nossos corixos e com a inundaçã ela aparece em nossos campos.

Na minha frente - esse é meu vizinho André Torone - tem um proprietário rural com uma propriedade de 10.000 mil hectares e com 300 cabeças de gado somente. Os campos dele estão tomados pelo cambará. Agora, ele pode fazer 1 real, 1 centavo desse Cambará que está lá? Isso pode ser usado para caixaria, caixeta de hortifrúti. Isso pode ser usado para caixa de móveis. É uma madeira branca que se colhida certa dá dinheiro e dá renda. Todo mundo fala: "Eu preciso de um fundo; eu preciso do dinheiro; eu preciso do BNDES, eu preciso do BID."

Gente, nós temos dinheiro dentro do Pantanal! Vamos viabilizar isso na nossa lei, o aproveitamento comercial da madeira invasora, porque, hoje, o cambará invade o Pantanal sem qualquer tipo de controle. Se você serrar uma tora e colocar na sua caminhonete, é preso no posto fiscal sendo que ela é espécie autóctone. Ela não pertence ao Pantanal. Ela invadiu o Pantanal e está silenciosamente tomando conta do nosso Pantanal. Para fixarmos o homem pantaneiro no Pantanal

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

precisamos de renda. Renda paga projeto, renda paga pesquisa, paga salário de professor e paga, principalmente, imposto. Nós queremos pagar imposto com esse cambará aqui.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Obrigado, Eduardo!

Com a palavra, a Professora Solange Ikeda Castrillon, da UNEMAT.

A SR^a SOLANGE IKEDA CASTRILLON - Eu gostaria de falar à mesa que sinto muito pela pouca presença aqui não pela minha fala, pois sou professora da Universidade, mas pelos estudantes. Nós saímos de Cáceres, hoje, às 4h30min e vamos voltar sem almoçar. Eu senti o começo das inscrições, porque não vimos o momento em que começaram a ser feitas e, por isso, estamos conseguindo falar às 14h, praticamente, e vamos retornar para ter aula, à noite, em Cáceres. Isso, também, é parte do processo democrático.

Eu sinto muito os Senadores que são de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, terem ido para Brasília em um momento importante como este. Eu acho que eles deveriam ter continuado nessa mesa, porque é aqui que estão as pessoas que eles deveriam ouvir.

Eu gostaria de ter falado, também, para o Presidente da ACRIMAT porque acho que ele já foi embora, mas ele fez uma fala que aqui viemos somente para discutir sobre o Pantanal, mas, de fato, gostaria que tivesse uma muralha que separasse o planalto da planície e que essa muralha e tudo o que sofremos de prejuízo, a partir do planalto, nunca chegasse ao Pantanal, mas essa não é uma realidade quando usamos o termo conectividade. Quando estamos falando de conectividade planalto/planície, que estamos falando que é uma bacia hidrográfica, é que as águas vêm por cima, mas elas vêm por baixo, também. (PALMAS)

Quero falar à população de Mato Grosso que 70% dessa população estão na Bacia do Paraguai. Se nós rebaixarmos o lençol freático em 2, 3cm, as pessoas vão passar sede, como já passam nas comunidades rurais.

Ou alguém se esquece – o Décio que falou há pouco aqui - que Tangará da Serra acabou de passar por uma crise hídrica, que Rondonópolis passou por uma crise hídrica? E o Estado de Mato Grosso vai passar por uma crise hídrica!

Mas quando vimos com projetos, o Deputado vem e fala: “Não, mas hidrovia tem que ter.”. E os pecuaristas?

Porque eu acabei herdando um sítio, eu chamo de sítio perto de fazendas de 10, 20 mil hectares. Mas acabamos herdando um sítio e aí vejo que os pecuaristas quando olham para o céu, em outubro, olham do mesmo jeito que a senhora do Assentamento Laranjeiras, esperando se vai chover ou não, porque se não chover e não tiver água não tem gado, pessoal.

A palavra que nos une aqui é água. As pessoas quando rebaixarem o lençol freático com o impacto de hidrovia, eu falo para os políticos e falei para os Vereadores de Cáceres, quem vai procurar vocês para empreendimentos, como a hidrovia, vão ser os empresários. Mas quem vai votar em vocês são as pessoas que estão aqui, que dependem dessa água e na hora que esses grandes empreendimentos retiram a sua possibilidade de vida, eles viram as costas para o pantaneiro e para a pantaneira.

Então, são informações como essa que nós queremos levar, Fernanda, que já foi nossa candidata a prefeita em Cáceres, que nós não somos contra os pecuaristas, porque do mesmo jeito que vocês bebem a água do Rio Paraguai, que é a veia central do Pantanal, a hora que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

escoarmos a água do Pantanal, aprofundando leitos, retirando as curvas, vamos tirar a água dos pastos também, vamos tirar da mulher do Sr. Sival...

Quando fomos trabalhar restauração ecológica, porque a comunidade pediu, falou: “Professora, as nossas nascentes secaram e as nossas crianças aqui passam sede. Quando trabalhamos lá, ela guarda a primeira água de chuva e me entrega para beber e fala: “Professora, nós guardamos a primeira água de chuva para a senhora”. Estamos falando de um planejamento energético para o Pantanal de mais de cento e dez PCHs propostas que vão estar na parte alta, no planalto, que vai barrar a água que é essa mesma água que todo mundo vai beber.

Eu quero fazer um desafio aqui: eu me proponho a reunir com o Presidente da ACRIMAT para discutir com o senhor, Presidente da ACRIMAT... Eu vi aqui o Dr. Dalben, faça consulta com o filho dele, o Alexandre, que falou assim: “Olha, come carne de manhã, come carne à tarde”. Eu só não como carne depois das três horas. Aí eu penso, eu como carne, sim, porque sei que é uma carne saudável ainda, porque as novas tecnologias de começar a fazer confinamento de animal no Pantanal muda toda a nossa história. Mas se só mudasse a história era legal, vocês iam ter muito dinheiro no futuro. O problema que não muda só a história da parte financeira, porque se mudarmos o sistema e destruir o Pantanal, nós vamos sofrer, todo mundo, coletivamente.

Então, eu gostaria de deixar isso para vocês como um recado, falar que viemos e no começo desta Audiência uma parte da sociedade não foi ouvida, tanto é que aqui tem representantes de comunidades tradicionais que vão voltar para casa do jeito que vieram, sem ser ouvidos. (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Muito obrigado, professora!

O próximo inscrito é o Sr. Eduardo Ferraz Pacheco.

(PARTICIPANTE INFORMA AO MEDIADOR QUE O INSCRITO ANUNCIADO JÁ USOU DA PALAVRA)

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) – Com a palavra, o Sr. Isidoro Salomão, Presidente do Comitê Popular do Rio Paraguai-Pantanal.

O SR. ISIDORO SALOMÃO – Boa tarde a todos!

Eu já não gostaria de falar neste horário, com fome e com uma minoria do povo que veio para a Audiência Pública.

Primeiro, quero dizer à mesa constituída: é uma proposta. Na próxima Audiência Pública do Pantanal dividam a fala de vocês ao meio para escutar o povo. (PALMAS). Vamos dividir, porque, senão, não vale a pena sairmos às 4h30min de casa.

Hoje, ainda, estou falando, mas em outras Audiências que vim não pude falar. Então, o nosso povo que saiu de lá para vir aqui quer falar. Até coisas que eu ia falar já deixei de lado para falar mais de organização.

O pantaneiro foi ouvido e eu quero saber quando vai ser ouvida a agricultura familiar? Porque o pantaneiro do agronegócio, o grande pantaneiro, foi ouvido. Quero saber quando vai ser ouvida a mulher do Pantanal? Porque o homem pantaneiro, inclusive, falando desse jeito foi ouvido e a mulher não. E é a mulher que convive lá com o mosquito, como eu convivo na beira do rio. Pelo menos três meses por ano quase não temos condições de viver na beira do rio do Pantanal de tanto mosquito. Muitos que vão de avião de vez em quando são ouvidos e esse povo não. Eu quero saber quando que vai ser ouvido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Uma boa notícia que ouvi é que vai ter Audiência Pública em Cáceres, em Poconé e não sei mais onde. Mas que tenha, porque o povo precisa ser ouvido.

Senadores, Deputados, esta Audiência Pública, para nós, é muito importante! A Lei do Pantanal, para nós, é muito importante! É importantíssima!

Eu falo de coração, porque moro lá, nasci lá, e queremos que coisas nossas estejam dentro dessa Lei e não está aparecendo, por exemplo, a questão cultural do nosso povo. Nós somos um povo de irmãos, do corredor biocultural do Pantanal. Somos irmãos; somos irmandade e não é porque sou índio, não. Nem sou índio. Somos uma irmandade de cultura. Corumbá, Cáceres, Porto Esperidião, Barra do Bugres, somos uma irmandade. Essa Lei é para nós, é para convivermos com ela, assim como o pantaneiro também. Mas o pantaneiro foi ouvido e nós não fomos. Estou falando do pantaneiro em geral.

Outra coisa, a questão da hidrovia. A hidrovia vai nascer morta, pessoal! Por que vamos fazer uma coisa que vai nascer morta?

Eu tenho uma chalana no Rio Paraguai de apenas 12 metros, preciso ficar seis meses sem andar com ela no rio. Por que vamos fazer uma hidrovia comercial num rio desses? Vai construir outro rio? Porque uma vez eu ouvi o discurso de um Deputado, dizendo: “Se não tiver água, nós criamos água”. Mas eu não vi, ainda, ninguém criar água para colocar no Rio Paraguai para funcionar uma hidrovia. E eu estou lá. Todo dia, à tarde, depois do meu serviço, serviço braçal na chácara onde moro a beira do rio, fico observando as águas que passaram lá em cima, nas terras diamantinas, como nós cantamos, também somos poetas e cantores, que nascem na Chapada Diamantina, em Diamantino e Alto Paraguai, está passando lá perto de casa, mas, com uma composição muito grande de agrotóxicos.

Pessoal, precisa dar um jeito no agrotóxico antes que ele mate o nosso rio. Queriam até, nessa mesma Lei, tirar o direito do pescador de pescar, do pescador que pescou há 500 anos e não matou o peixe. Agora o agrotóxico mata com um mês e queriam tirar, primeiro, o direito do pantaneiro e da pantaneira de pescar para depois nem mexer com o agrotóxico.

Eu vou encerrando, mas teria muita coisa para nós, pantaneiro e pantaneira, povo pantaneiro, não só o pantaneiro, porque meus pais também eram pantaneiros, falarmos.

Eu sou de uma família grande de agricultura familiar, sou de um povo do Pantanal e gostaria de estar falando mais junto com eles na Audiência Pública para a Lei do Pantanal, a Lei que vai reger a nossa vida, a vida de um povo, não é a economia só de um povo, não, vai reger a vida de um povo que somos nós. (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) - Obrigado Isidoro.

Com a palavra, a Sr^a Débora Calheiros, da UFMT, que dispõe de três minutos.

A SR^a DÉBORA CALHEIROS - Boa tarde a todos!

Esta Audiência, realmente, é muito importante realmente e senti falta de uma maior divulgação das inscrições, realmente só nos inscrevemos no final.

Eu sou originalmente da EMBRAPA Pantanal, estou cedida à Universidade Federal de Mato Grosso e trabalho no Pantanal há trinta anos com ecologia de rios, com a bacia hidrográfica, gestão de bacia hidrográfica.

Então, espero encarecidamente que essa lei não se limite à planície pantaneira.

Temos que trabalhar a questão da bacia hidrográfica, isso está na Lei de Recursos Hídricos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

A Lei de Recursos Hídricos coloca que a gestão e o planejamento de uma bacia hidrográfica tem que ser em nível de bacia hidrográfica, planejamento de gestão de recursos hídricos.

Então, trabalhar com outro nível de território, com outra esfera de recorte no território é um erro básico, primeiro, de geografia, e, segundo, de legislação, porque a nossa legislação é muito clara.

As nascentes que formam os rios do Pantanal têm que ser conservadas da mesma forma que a planície.

Os usos do Pantanal são principalmente pecuária extensiva, turismo de pesca, turismo de observação e a pesca profissional-artesanal.

Todas essas atividades econômicas dependem da saúde ambiental do sistema e a saúde ambiental do sistema implica em manutenção dos pulsos de inundação, como já foi dito aqui até pela Promotora.

Se não mantermos os rios enchendo e esvaziando na época certa, não vamos ter limpeza do pasto na pecuária, não vamos ter entrada de nutrientes para melhorar as pastagens em termos nutricionais.

Então, isso é o básico do funcionamento do Pantanal, é o que chamamos dos serviços ecossistêmicos, que são utilizados pela sociedade pantaneira, por exemplo, ter uma pastagem que foi limpa durante a inundação e ter principalmente produção pesqueira.

Aqui ninguém falou muito na produção pesqueira, mas se barrarmos todos os rios do Pantanal, como o setor elétrico quer, não terá mais peixe na planície pantaneira, nos rios do Pantanal. Isso é óbvio!

No Rio Paraná não existe mais produção pesqueira e o Rio Paraná é muito maior que a nossa bacia.

Nós já estamos com 46 PCHs construídas já em operação e isso já representa 50% do potencial hidrelétrico da Bacia.

A nossa Lei de Recursos Hídricos também é clara: “usos múltiplos têm que ser preservado”. Então, todos os usos têm que ser contemplados na utilização de um recurso, no caso, recurso hídrico.

No caso do setor elétrico, ele já utiliza 50% do seu potencial. Mais do que isso é afetar profundamente a produção pesqueira na região. É só estudar outros rios, como eu estudo.

Aqui em Mato Grosso, que tem 80% dos empreendimentos hidroelétricos, vem 75% da água do sistema da Bacia do Alto Paraguai-Pantanal.

Se barrarmos os rios que formam em Mato Grosso, estamos afetando o pulso de inundação em Mato Grosso do Sul.

Agora nós conseguimos um plano de bacia na Bacia do Alto Paraguai com a Agência Nacional de Águas, nós conseguimos, a sociedade civil conseguiu, os pesquisadores conseguiram.

No Conselho Nacional de Recursos Hídricos existe um plano de bacia - isso não foi mencionado aqui em momento nenhum.

Existe o Zoneamento Ecológico Econômico de um e de outro Estado. O Plano de Bacia, não, o Plano de Bacia é para a bacia como todo.

A gestão da reserva da biosfera também é para a bacia como um todo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Então, temos que levar as legislações e as premissas que já existem.

Nós, enquanto pesquisadores, colocamos claramente a questão da hidrovia.

A hidrovia foi barrada em 1996 pelo governo brasileiro de Cáceres a Corumbá. É o trecho mais sensível do Pantanal, é o trecho mais estreito, onde o rio é mais estreito e mais sinuoso. Não tem como fazer navegação industrial ali. Foi barrado inclusive pelo então Procurador da República Pedro Taques, hoje Governador.

Por algum motivo foi barrado. Por que foi barrado? Para preservar o Pantanal.

O Pantanal é patrimônio nacional!

Além de ter o desenvolvimento econômico da região, você tem que conservar o Pantanal, ele é patrimônio nacional, patrimônio da humanidade, reserva da biosfera, área de conservação de áreas úmidas internacionais. Vamos falar de outro nível de uso dos recursos naturais na região.

Para terminar, nós, como pesquisadores, conseguimos três recomendações do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, do qual eu faço parte, e essas recomendações foram contempladas na resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para aprovação do plano de bacia hidrográfica.

A recomendação nº 09 é relacionada a uma proposta de lei do Pantanal.

Nós, da UFMT, fizemos essa proposição e foi aprovada no Comitê Nacional de Zonas Úmidas, que é ligada a Convenção Ramsar, que é uma Convenção de Conservação de Áreas Úmidas Internacionais. Então, é uma política pública do Ministério do Meio Ambiente que propõe um texto de lei para o Pantanal, a recomendação nº 09, de 2018.

Tem a Recomendação nº 10, também de 2018, que é relacionada às hidrelétricas e às hidrovias, suspender, barrar qualquer outro licenciamento. Por quê? Porque no Mato Grosso só sobraram os rios Sepotuba, Cabaçal, Mutum, Aricá e o Jauquara, todos os rios pequenos, todas sub-bacias pequenas.

A Recomendação nº 11 é em relação à expansão da soja, de grãos, produção de grãos no Pantanal.

São políticas públicas que conseguimos no Ministério de Meio Ambiente, com uma discussão em relação à Convenção Ramsar e elas foram incorporadas na Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que tem força de Lei, para serem levadas em consideração na propositura da continuidade do Plano de Bacia.

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) – Conclua, Débora, por favor.

A SRª DÉBORA CALHEIROS – Então, nós já temos todas essas iniciativas, que acho importante serem levadas em conta, agora tem a Lei do Pantanal que tem que levar em conta o Plano de Bacia, essas recomendações, a questão da reserva da biosfera, a questão do zoneamento.

Eu acho importante juntar todas essas políticas públicas e fazer uma coisa única.

Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. MEDIADOR (NILSON DE BARROS) – Obrigado, Débora.

Com a palavra, Rubem Mauro, Pesquisador da UFMT.

O SR. RUBEM MAURO – Boa tarde!

Eu quero iniciar contestando uma coisa que toda vez acontece: a mesa fala demais e não tem tempo para nos escutar... (PALMAS) ...tanto é assim que nós estamos falando para meia dúzia de pessoas, porque a maioria foi embora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Vocês quinze, dezesseis da mesa passaram até meio dia e vinte discursando.

Eu quero prestar as minhas homenagens ao Deputado Professor Allan Kardec, filho de um amigo, de um contemporâneo de estudante em Brasília, pantaneiro como eu sou, primo irmão do Paulo, bisavô, avô, neto, pai, todo mundo pantaneiro.

Eu gostaria de colocar uma coisa que tem me incomodado muito, ou por desconhecimento, por falta de formação profissional adequada, ou até por covardia, estão demonizando as PCHs como se fossem o grande problema do Pantanal.

Alguém sabe, desses que estão demonizando, o uso da água? O que é uso consultivo e não consultivo? O uso consultivo é aquele que consome água, é o abastecimento público, é abastecimento industrial e é irrigação na agricultura. E os não consultivos, quais são? Quais são os não consultivos? Navegação não consome água, ela usa a água, é o turismo e são as hidroelétricas que usam a água para produzir energia. As PCHs, principalmente, aquelas a fio d'água, usam a água para produzir energia e devolve alguns minutos depois sem alteração de quantidade e qualidade. No entanto, estão gastando dinheiro público, mais de 780 mil reais para pesquisar o mal das PCHs.

Se lá no Rio Jauru tem problema, é porque fizeram hidrelétricas mal dimensionadas e precisam ser corrigidas. O que não pode acontecer nas hidrelétricas e nas PCHs é interferir no regime hídrico dos rios formadores do Pantanal. Água que entrou tem que sair, não pode estar armazenada e mudar o regime hídrico do rio. Essa é uma das coisas que eu gostaria de falar aqui e tantas outras, no entanto, estamos com um aperto de tempo.

Outra coisa que eu gostaria de falar com vocês, é a questão do ribeirão pantaneiro. Uma delas é a seguinte: o Código Florestal diz que temos que estar afastados tantos metros a partir do regime, vai jogar o ribeirão pantaneiro na planície inundada do Pantanal. Tem que ter uma legislação própria. O lugar mais alto e protegido do Pantanal é o dique marginal natural e todos os nossos pantaneiros estão morando naquele dique.

Em 1856, o nosso Augusto de Leverger, o nosso Barão de Melgaço, descreveu o Rio Cuiabá e falava e um trecho quando chegava às Colinas do Melgaço. Aqui todos os moradores moram à beira do rio, porque é o lugar mais alto e protegido. Alguns metros para o interior se alagam mais, pequenas enchentes, e nós estamos querendo jogar os nossos ribeirinhos lá para o fundo, não pode construir mais nada na beira do rio. São coisinhas assim que não podem mudar na lei do Pantanal, porque existe uma lei maior que é o Código Florestal e aí eu peço ao senhor, Senador, que faça isso, nós temos que mudar essas coisas. Tempo esgotado, infelizmente eu tinha mais coisas para falar, mas por enquanto é isso.

Muito obrigado.

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Francisco Arruda Machado, assessor especial do meio ambiente do Dr. Mauro Curvo.

Nós temos mais três inscrições e vamos encerrar.

O SR. FRANCISCO ARRUDA MACHADO – Boa tarde a todos.

Em nome do Senador Pedro Chaves, eu cumprimento a todos os membros da mesa e ao mesmo tempo agradecê-lo pela generosidade de ficar aqui para nos ouvir.

É lamentável que agronegócio e pecuária cheguem aqui e digam que é que o planalto não faz parte do Pantanal, no nosso caso ele faz parte sim, Pantanal é uma região geográfica, dessa perspectiva ele tem que ser tratado como tal. O Pantanal não sobrevive sem água,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

não adianta falar que tem 83; 86% de vegetação, a maioria necessita desse processo de inundação para que ela exista lá, isso é só um preâmbulo. Da mesma forma, não concordo com Robervaldo quando ele fala das usinas, existem tecnologias para falar especificamente da PCH Mantovillis, na cabeceira do Rio Mutum, o sistema interligado nacional é quem dita as regras da produção de área para cada uma.

Então, você verá peixe com dorso de fora em um momento do dia e totalmente inundado no outro. É brincadeira de mal gosto falar que isso é má fé, eu acho que é melhor estudar mais um pouco e não falar uma bobagem dessas, está bem? (PALMAS).

Eu sou ictiologista, tenho 44 anos trabalhando no Pantanal, meu pai é do Barranco Alto, a minha primeira mamadeira foi caldo de peixe, dessa perspectiva eu quero dizer aos senhores que o artigo número 12 dessa lei precisa ser totalmente retirado do projeto para uma contribuição direta. Cada Estado, de acordo, com sua organização tem que fazer a sua lei de pesca, é uma pena que o Baby não está aqui, mas eu pergunto ao Deputado Professor Allan Kardec, que é desta Casa e que leva aos seus colegas Deputados... Aliás, político tem mania de achar que não é funcionário do povo, que são os nossos representantes. Vêm aqui e usam duas ou três horas para falar e quem deveria falar, tem tanta triagem lá fora, se isto é Casa do Povo, deveria ser um troço bem menos da forma como está sendo triado lá fora, menos burocrático. Obrigado.

Então, essa Lei ela precisa existir de acordo com aquelas situações daqueles pantanais, porque o Pantanal não é um só, eles são pantanais geomorfologicamente diferenciados, porém, uma única zona de inundação, onde há áreas alagadas e áreas alagáveis na planície, não são só alagadas não. Agora não subsiste sem água, toda essa vegetação vai embora.

E por último, quero dizer para os senhores... já estou terminando... Ainda tem um minuto. O negócio é o seguinte: nós precisamos entender o que nós queremos com isso, se em um determinado momento, de forma democrática, como é que se apregou neste País, nós temos que decidir o que queremos. Agora, o que não é admito é que 80% de tudo que consumimos nas nossas casas são produzidos por pequenos agricultores e querem confundir, pequeno agricultor com agronegócio, em que algodão, soja, milho, esses tantas produções não ficam aqui. A soja, por exemplo, quem conhece um pouco, está engordando suínos, bovinos em sistema fechado. Precisamos discutir sim, precisamos nos respeitar, é essa que é a verdade, ninguém aqui é dono da verdade.

E para encerrar, eu tinha tanta coisa para falar, mas uma coisa é necessária gente, não será economista, não será engenheiro, não será o biólogo, não será o administrador de empresas e, fundamentalmente, não será o advogado que resolverá o problema do Pantanal, é necessário que se unam os profissionais para que se discuta a respeito das profissões, para que possamos salvar esse povo, porque não dá para discutir ambiente ou meio ambiente sem colocar esse animal chamado homem não tão *sapiens* (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Obrigado. Givaldo do Campos, Instituto Ambiental Augusto Leverger.

O SR. GIVALDO DO CAMPOS – Senhoras e senhores bom dia.

Meu nome é Givaldo do Campos, sou Instituto Ambiental Augusto Leverger. Cumprimento à mesa na pessoa do Deputado Professor Allan Kardec, que sempre está disposto a nos ouvir, quero cumprimentar a plateia na pessoa da Ana Rita, grande inspiradora nossa no curso de arquitetura e urbanismo da UNIC.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Eu quero ir direto ao ponto, não só pelo avanço do horário, mas para restaurar a finalidade da Audiência. Audiência não é para falarmos e para ouvirmos a própria voz, mas é para propor solução naquilo que está em pauta.

E sobre esse projeto de lei, agora eu estou me referindo ao substitutivo do Senador Cidinho, há algumas coisas que precisam ficar mais bem colocadas, por exemplo, e aí eu falo do art. 6º, mas eu tenho as minhas dúvidas qual dos substitutivos está valendo. Eu estou falando do que foi elaborado, apresentado pelo Senador Cidinho.

No art. 6º fala da compensação, que pode ser compensado de um bioma para o outro. Isso deve ser corrigido, porque, salvo engano, o Código Florestal veda esse tipo de compensação. As compensações devem ser dentro do próprio bioma, isso é um erro...
(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GIVALDO CAMPOS – Ah! Já decidiu! Então precisa ser corrigido urgentemente porque... É claro, pode ser corrigido pelos próprios Senadores a qualquer momento na Comissão de Meio Ambiente, pode ser corrigido na Câmara, pode ser corrigido no veto, melhor que já seja corrigido, já que não tem valor, não tem eficácia.

Sobre a questão das obras complexas nessa área do Pantanal, no que estamos chamando de bioma, que na verdade é o Cerrado alagado, pelo que nós sabemos, mas quando o projeto de lei cuida de disciplinar, por exemplo, piscicultura, ele disciplina com ênfase, com clareza o que deve ser feito.

Acredito que, claro, na regulamentação da lei sempre há um desdobramento da natureza das coisas na elaboração da legislação no País, mas ela trata com cuidado da estrada, por exemplo, ao enfatizar o que deve ser feito, criando uma regra da estrada pantaneira praticamente, e isso é bom. Mas passa correndo, assim, de forma bastante vaga sobre as demais obras, sobretudo aquelas obras ligadas a infraestrutura nacional, até das PCHs, qualquer outra infraestrutura.

Nós propomos, e isso está colocado no art. 9º, que fala do zoneamento socioeconômico e ecológico dos Estados, respeitando a instância estadual, que a lei pode delimitar, colocar limites para esses zoneamentos, que nós queremos que não haja... Não tem sentido executar, por exemplo, PCH dentro do Pantanal, que é um ecossistema extremamente frágil, já resta mais do que comprovado, se nós temos excedente de energia em Mato Grosso e temos espaço de sobra para fazer energia em outro lugar.

Então, por exemplo, relacione a infraestrutura como negada para esse bioma, a não ser aquela necessária para o desenvolvimento local, por exemplo, do turismo, do acesso das pessoas quando se trata de rodovias, da infraestrutura de celular – opa, tem um minuto –, das linhas de transmissão necessárias para aquela região, mas não gerar energia, por exemplo, do Pantanal para colocar no sistema nacional.

O operador do sistema nacional sabe o que fazer, ele sabe onde há energia, em Mato Grosso há excedente, então sugiro que no artigo 9º se aprofunde a vedação ou o disciplinamento dessas obras, que está colocado ali de forma muito vaga. Assim como fez com a piscicultura e com a rodovia, detalhar o que pode ou não em nível do que é permitido legalmente.

Outra coisa é a questão do fundo que foi introduzido pelo Senador Pedro Chaves, quase que eu falo Pedro Taques, ótima ideia, o fundo é essencial para que tudo isso funcione, vai permitir que as pessoas desenvolvam projetos, por exemplo, e que até o Ministério Público, a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Doutora foi embora, a Promotora de Justiça, aliás, quero deixar registrado, em minha opinião, foi uma das pessoas que fez, no primeiro momento da fala da mesa, a colocação certa, ela pontuou o que deve ser corrigido na lei.

Deputado Professor Allan Kardec fez a apresentação da Audiência, e em seguida ela fez essa boa colocação. Mas para o fundo precisa colocar – tá ótimo do jeito que está, é uma ótima iniciativa – um prazo para que aconteça a regulamentação, senão vamos ficar esperando isso para sempre, e o fundo é importantíssimo até para receber, por exemplo, recursos de TAC estabelecido pelo Ministério Público Federal ou Estadual. Isso é uma sugestão.

E por último, para conclusão, já acabou meu tempo, há um erro grave, e eu espero que o Deputado Professor Allan Kardec já corrija de imediato na Audiência que vai ser realizada dia 3, apesar de que não tem eficácia nenhuma, pelo que falou o Senador Pedro Chaves, para essa lei geral, acabei, porque... Ela falou que o tempo esgotou, eu vou concluir, boa tarde.

A Convenção 169 da OIT determina que os povos indígenas sejam ouvidos, nós enquanto instituto, estivemos em contato com os Bororos do Rio São Lourenço ali do Pantanal, para que estejam nessa Audiência do dia 3 que o senhor chamou, para que se cumpra a lei. É claro, a convenção determina que esta audiência tenha desdobramento lá dentro da aldeia, e para isso eu já deixo o requerimento pronto aqui, vamos requerer, aliás, vou fazer um requerimento aqui de ofício verbal para que seja disponibilizada a Ata, que em seguida nós vamos fazer as providências necessárias junto ao Ministério Público Federal para que esta Audiência Pública seja anulada, e nós possamos fazer uma nova Audiência Pública do Senado Federal do jeito que tem que ser, ouvindo as pessoas.

E por favor, Deputado, peça para desligar o ar condicionado. Está frio demais!
(PALMAS).

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) – Muito obrigado, Givaldo.

Com a palavra, o Sr. Elson Gonçalves dos Santos.

O SR. ELSON GONÇALVES DOS SANTOS – Boa tarde a todos!

Cumprimentar a mesa em nome do Senador Pedro Chaves, e quero dizer a Vossa Excelência, antes tarde do que nunca, que nós pantaneiros já fomos penalizados por deixarmos de exercer e de investir por falta dessa lei.

Há muito tempo, fomos ouvidos e foi investido no homem pantaneiro, a nossa pátria fez, o nosso Brasil, foi no Projeto da PRODEPAN, bem quando eu nasci, em 1971, que fez o estudo do Pantanal, em que colocou recursos para a transpantaneira e tantos outros mais.

Espero que esse fundo, que Vossa Excelência fez, coloca aí, embora eu concorde com o art. 15 e discordo parcialmente do art. 16, que Vossa Excelência colocou, seja investido direto no homem pantaneiro, lá na ponta, não fique aqui. Porque o homem pantaneiro não agride o meio ambiente como já foi colocado, 86% nossas áreas são preservadas.

E de modo que não leve o nome do homem pantaneiro, do Pantanal... Como houve no passado o BIRD Pantanal, houve recursos, levou o nome do Pantanal só para viabilizar recursos e ficou na conversa aqui. É necessário ter plena consciência que, com o tratamento do esgoto, nós também seremos beneficiados lá na ponta, parte, mas não resolve a sobrevivência do homem pantaneiro dentro do seu habitat.

Quero salientar e colocar, entre aspas, que descobriram o Pantanal, 300 anos ficou-se sob o domínio dos índios Bororos e Guatós, mais ou menos. Aí depois veio o homem que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

conseguiu dominar essa região. Já tem quase 300 anos que nós zelamos por ela. E existem influências, eu tenho muito medo, quero salientar aqui que Vossa Excelência cuide muito bem por nós lá em Brasília, tenho muito medo que forças internacionais possam levar à baixa e à expulsão desse bicho homem que somos nós, pantaneiros, de lá de nosso habitat. Porque já está concluindo essa década aí.

Então, existem muitas influências e está comprovado que parte dos homens, salvo alguns que habitam o Pantanal, não conseguem sobreviver lá. Porque o homem pantaneiro é o homem caboclo, é aquele que é cruzado com índio, bororo, guatós, espanhóis, portugueses, que conseguem sobreviver nessa região. De modo que são essas pessoas que temos que permitir estar lá.

Eu pergunto a Vossas Excelências. Nós temos um baixo índice, o IDH dos nossos municípios pantaneiros são os mais baixos. Poconé é o terceiro; pergunto: Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, como isso está?

E para finalizar, estão querendo estender ainda mais um pouco o diferencial do que é Pantanal e o que é planalto, compensando a divergência do planalto, mais dez quilômetros além, sendo que os municípios que abrangem dentro do Pantanal não têm quase cerrado. Vai tirar ainda mais o poder aquisitivo e a sustentabilidade das suas prefeituras, desse povo.

De modo que olhem com muito cuidado lá e preservem esses homens pantaneiros que têm preservado e honrado o que foi herdado, o que Deus deu.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. NILSON DE BARROS (MEDIADOR) - Com a palavra, Luiz Orcírio Fialho de Oliveira, do Centro Nacional de Pesquisa de Gado e Corte e da ACRISSUL.

O SR. LUIZ ORCÍRIO FIALHO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos!

Senador Pedro Chaves, meus parabéns por estar até neste momento, nesta Audiência Pública ouvindo a todos.

Eu gostaria de fazer uma pequena defesa com relação às inscrições.

Eu cheguei aqui exatamente junto com o nosso moderador da mesa, e também por uma questão de percepção, eu não vi o horário, fiquei por último, mas estou aqui disposto a conversar com vocês e a dar as palavras finais.

Eu represento aqui a ACRISSUL, apesar de ser pesquisador da EMBRAPA e de ter ouvido pela primeira vez o PL-750, em 2012, lá na EMBRAPA Pantanal, quando participei da Comissão que fez uma avaliação, uma Nota Técnica sobre esse PL-750.

Eu acho que nós estamos em um processo de construção. Hoje já ouvimos muito aqui com relação à preservação e há um consenso de que a preservação e o pantaneiro fazem parte de um processo só.

Então, eu quero conclamar todos vocês, assim como a Dr^a Liane Amélia disse hoje de manhã, e eu tinha dito na Audiência lá em Campo Grande, que é fundamental que aumentemos a renda de todos os pantaneiros: produtores rurais, pescadores, comunidades tradicionais, agricultores familiares e aí, sim, com esse aumento de renda, nós vamos facilitar a preservação do Pantanal, Senador. Essa é a única forma de realmente fazer, porque a sustentabilidade está dentro do processo. E nós intensificarmos o Pantanal não é a única solução. Realmente, a cidade tem que contribuir através da valorização dos produtos, através da remuneração dos serviços ambientais, através da abdicção de impostos, como foi dito aqui, de incentivos e de estímulo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

O meu desejo, para finalizar, é que haja realmente resultado disso aqui, uma união de todos: ambientalistas, produtores e comunidades para que se inicie agora, com esse Projeto de Lei, iniciativa do Ministro Blairo Maggi, e agora conduzido pelo Senador Pedro Chaves, e que de pedra em pedra possamos construir o nosso sonho que é preservar, produzir e dar melhores condições de vida ao homem pantaneiro que sempre preservou esse Pantanal.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. ÂNGELO RABELLO - Senador, Vossa Excelência me permite?

Eu só gostaria de informar àqueles presentes e àqueles que estão acompanhando, que as sugestões poderão ser encaminhadas ou deverão ser encaminhadas via instituição pelo *e-mail*: pedrochaves@leg.senado.gov.br. Qualquer dúvida, estaremos à disposição para anotar. Nós temos um tempo hábil ainda, não há a necessidade de que isso seja amanhã, até o final do mês ou início do mês, o Senador receberá tudo isso para que componha o relatório e apresente a partir daí à Comissão.

Então, é importante que os professores da Universidade Federal e outras manifestações, que façam esse encaminhamento... Este registro aqui não é válido para encaminhamento, está registrado pela Taquigrafia, mas é preciso que cada instituição encaminhe isso da melhor forma para que possamos processar isso na Consultoria Legislativa e finalizar o relatório. É pedrochaves@senador.leg.br.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CHAVES) - Eu retomo a Presidência.

Quero agradecer o representante do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Professor Allan Kardec; todos que permaneceram na mesa; o Maurício; a representante da FAMATO; o Nilson; o Coronel Rabello que ajudou muito; e todos vocês que realmente fizeram a Audiência Pública.

Eu acho que é um pouco equivocado dizer que vocês não participaram, eu acho que uma das Audiências Públicas que mais houve participação até hoje foi a de vocês, eu estou acostumado a fazer no Senado dezenas de Audiências Públicas. Eu estou sentindo, houve uma amostragem geral, mesmo aqueles que não quiseram falar, mas eu senti realmente o grande drama do pantaneiro e de maneira geral do produtor rural, daquele que está no Pantanal, do ambientalista, enfim, tivemos uma noção exata disso aí, eu estou muito feliz com isso.

Até o dia 30, não tem data limite, com esse e-mail que ele falou, podem mandar todas as contribuições que serão muito bem aceitas e vamos levar em conta para o relatório final.

Eu agradeço muito a vocês, às autoridades, aos parlamentares, aos prefeitos, aos representantes de classes, aos empreendedores, ao pessoal do agronegócio e aos ambientalistas.

Declaro encerrada esta Audiência Pública e muito obrigado a todos! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Tânia Maria Pita Rocha;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Cristina Maria Costa e Silva;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTITUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750,
DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO BIOMA
PANTANAL COM A PARTICIPAÇÃO DO SENADOR PEDRO CHAVES, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

- Dircilene Rosa Martins;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Luciane Carvalho Borges.
- Revisão:
- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.